



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PRPG)
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO (CCE)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (PPGCOM)

LÍVIA MARIA DA SILVA COSTA

DESINFORMAÇÃO SOBRE VACINAS: um estudo de narrativas checadas pelo
Projeto Comprova sobre os imunizantes contra a COVID-19

TERESINA – PI
2024

LÍVIA MARIA DA SILVA COSTA

DESINFORMAÇÃO SOBRE VACINAS: um estudo de narrativas checadas pelo
Projeto Comprova sobre os imunizantes contra a COVID-19

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação (Mestrado), da Universidade Federal do Piauí, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Linha de Pesquisa: Processos e Práticas em Jornalismo.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Regina Barros Rêgo Leal

LÍVIA MARIA DA SILVA COSTA

DESINFORMAÇÃO SOBRE VACINAS: um estudo de narrativas checadas pelo
Projeto Comprova sobre os imunizantes contra a COVID-19

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação (Mestrado), da Universidade Federal do Piauí, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Dissertação aprovada em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Ana Regina Barros Rêgo Leal (Presidente)
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Prof.^a Dr.^a Samantha Viana Castelo Branco Rocha Carvalho (Examinadora Interna)
Universidade federal do Piauí (UFPI)

Prof. Dr. Rogério Christofolleti (Examinador Externo)
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

*Porque dele e por ele, e para ele, são todas as coisas; glória, pois, a ele eternamente. Amém.
Romanos 11:36*

AGRADECIMENTOS

Chegar à conclusão desta pesquisa é a realização de um sonho despertado na graduação de jornalismo, a partir do desejo de seguir a vida acadêmica e a pesquisa científica. Muitos foram os desafios, mas é também por meio deles que posso alcançar essa transformação social à qual a educação possibilita. Agradeço a Deus, pela família que sempre me apoia e incentiva, à minha mãe, Irismar Pereira, ao meu pai, Miguel Costa, meus padrinhos, Francisco Santos e Antônia Pereira, e à minha irmã, Evanielle Costa e aos três amores da minha vida, Arthur, Helena e Clarinha.

Agradeço à minha orientadora, Ana Regina Rêgo, pela parceria, aprendizados e pela rede de afetos construídos durante esses dois anos. Do projeto inicial ao resultado da pesquisa, houve mudanças, e, em todas, ela me direcionou para um pensar diferente, mais crítico e atento ao mundo. Uma orientadora maravilhosa, que me ensinou muito, cobrou quando necessário, e, principalmente, trouxe apoio e segurança durante a construção deste trabalho. Não foi fácil chegar à finalização deste ciclo, mas diante de tudo, minha orientadora, sempre, mostrou o seu cuidado, atenção e comprometimento. Minha gratidão, por cada momento, os ensinamentos repassados vão para além do mestrado.

Estendo os meus agradecimentos à minha banca avaliadora, pelas contribuições, olhar cuidadoso e humano dos professores Rogério Christofolleti, Paulo Fernando e Samantha Castelo Branco, certamente, possibilitaram o aprimoramento desta pesquisa. Ao escrever essas palavras, também me recordo do início dessa trajetória e de toda a ajuda para que eu pudesse ingressar no PPGCOM, por isso, não poderia deixar de mencionar e agradecer as professoras Mayara Ferreira, Thamyres Sousa e a amiga Sandy Swamy.

De forma especial, agradeço à minha turma do mestrado, na qual juntos compartilhamos tantos momentos, superamos os desafios e a cada etapa vibramos uns pelos outros, que turma maravilhosa e de pessoas tão incríveis. Agradeço à UFPI e ao PPGCOM, pela acolhida de todos os professores e servidores do programa. Além de estender meus agradecimentos, aos meus colegas de trabalho da ASCOM/UESPI, em especial, à minha chefe, Sammara Jericó e ao amigo André Wiliam, pela compressão nas minhas ausências e por sempre me incentivarem nesse processo. Por fim, agradeço aos amigos, Lilian, Mike, Fabiana e Mônica, pelo apoio de sempre. Com certeza o caminho se tornou mais tranquilo por ter vocês ao meu lado, gratidão!

RESUMO

O fenômeno da desinformação, assim como as narrativas antivacinas perpassam a sociedade desde muitos séculos. Com a deflagração da crise sanitária mundial provocada pelo Coronavírus, as narrativas falsas se potencializaram, reverberando o negacionismo científico e a pseudociência, ao mesmo tempo, em que colocaram em suspeição os estudos desenvolvidos pela ciência. Nesse cenário desinformativo, as iniciativas de checagem atuaram para combater a desinformação e esclarecer os fatos que correspondem à realidade. Partindo dessas perspectivas, esta pesquisa teve como objeto de estudo as checagens produzidas pelo Projeto Comprova, viabilizando analisar as narrativas desinformativas sobre as vacinas contra o coronavírus, disseminadas em 2021, primeiro ano de distribuição dos imunizantes. Desse modo, o objetivo geral permitiu identificar quais tipos de afetos a desinformação relacionada às vacinas durante a pandemia convocaram, a partir de suas narrativas, para tentar desacreditar os imunizantes da COVID-19. E de maneira específica, buscamos: perceber as estratégias desinformativas antivacina que foram utilizadas pela falsa ciência para fortalecer suas narrativas e colocar em dúvida a segurança dos imunizantes; compreender de que forma a desinformação sobre as vacinas pode ter colaborado para o negacionismo científico durante a pandemia e, por último, perceber a atuação do jornalismo no combate a desinformação sobre a ciência por meio do trabalho desenvolvido pelo Projeto Comprova. Como metodologia para a análise das narrativas verificadas pelo Projeto Comprova, utilizamos a Hermenêutica em Profundidade de John B. Thompson (2011), a qual permite um processo crítico, analítico e interpretativo dos fatos que se deseja investigar. Em relação aos resultados da pesquisa, observamos que as narrativas antivacinas na pandemia utilizaram de argumentos que possibilitaram acionar diversas perspectivas na sociedade, fortalecendo o negacionismo científico e a pseudociência. Para isso, a indústria antivacina convocou afetos que incitaram o medo, a insegurança, a revolta e a desconfiança sobre os imunizantes, além de se equivalerem de estratégias manipulatórias para facilitar a aceitação de suas narrativas. Percebemos que em alguns desses acionamentos, narrativas e estratégias, estão ligadas a outros momentos da história, em que a desinformação antivacina provocou dúvidas e descrédito aos imunizantes, de modo que ultrapassam a temporalidade e afetam a sociedade até os dias atuais. Nesse contexto, compreendemos que o Projeto Comprova desempenhou um importante trabalho no esclarecimento das narrativas antivacinas disseminadas durante a crise sanitária, atuando significativamente para manter a sociedade informada.

Palavras-chave: Desinformação sobre vacinas; Pandemia; *Fake Science*; Jornalismo.

ABSTRACT

The phenomenon of misinformation, as well as anti-vaccine narratives, has permeated society for many centuries. With the outbreak of the global health crisis caused by the Coronavirus, false narratives increased, reverberating scientific denialism and pseudoscience, at the same time, placing studies developed by science under suspicion. In this disinformative scenario, checking initiatives worked to combat misinformation and clarify the facts that correspond to reality. Based on these perspectives, this research had as its object of study the checks produced by the Comprova Project, making it possible to analyze the disinformative narratives about coronavirus vaccines, disseminated in 2021, the first year of distribution of the vaccines. In this way, the general objective made it possible to identify what types of affections the misinformation related to vaccines during the pandemic summoned, based on their narratives, to try to discredit the COVID-19 immunizers. And specifically, we seek to: understand the anti-vaccine disinformation strategies that were used by false science to strengthen their narratives and cast doubt on the safety of immunizers; understand how misinformation about vaccines may have contributed to scientific denialism during the pandemic and, finally, understand the role of journalism in combating misinformation about science through the work developed by the Comprova Project. As a methodology for analyzing the narratives verified by the Comprova Project, we used John B. Thompson's *Hermeneutics in Depth* (2011), which allows a critical, analytical and interpretative process of the facts that we wish to investigate. In relation to the research results, we observed that anti-vaccine narratives in the pandemic used arguments that made it possible to activate different perspectives in society, strengthening scientific denialism and pseudoscience. To this end, the anti-vaccine industry summoned emotions that incited fear, insecurity, revolt and distrust towards immunizers, in addition to being equivalent to manipulative strategies to facilitate the acceptance of their narratives. We realized that in some of these actions, narratives and strategies, they are linked to other moments in history, in which anti-vaccine disinformation caused doubts and discredit in those who are immunizers, in a way that goes beyond temporality and affects society to this day. In this context, we understand that the Comprova Project played an important role in clarifying the anti-vaccine narratives disseminated during the health crisis, acting significantly to keep society informed.

Keywords: Misinformation about vaccines; Pandemic; *Fake Science*; Journalism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Página inicial do Projeto Comprova.....	83
Figura 2: Verificação produzida pelo Comprova sobre a desinformação da reinfeção de Doria ser a prova da ineficácia da CoronaVac.....	96
Figura 3: Verificação produzida pelo Comprova sobre a desinformação que associava a morte do jovem de 22 anos do Rio Grande do Sul com a vacina da COVID-19..	104
Figura 4: Prints dos comentários na desinformação em que associava a morte do jovem de 22 anos a vacina da COVID-19.....	108
Figura 5: Sequência de prints dos comentários na desinformação em que associava a morte do jovem de 22 anos a vacina da COVID-19.....	108
Figura 6: Sequência de prints dos comentários na desinformação em que associava a morte do jovem de 22 anos a vacina da COVID-19.....	109
Figura 7: Verificação produzida pelo Comprova sobre a desinformação disseminada pelo médico francês em que apontava que as pessoas vacinadas são perigosas e deveriam ser isoladas.....	114
Figura 8: Verificação produzida pelo Comprova em que site antivacina relaciona efeitos adversos em crianças.....	126
Figura 9: Verificação produzida pelo Comprova em que site de cunho jornalístico distorce informações sobre mortos após a vacinação.....	133
Figura 10: Sequência de prints dos comentários sobre a matéria do site de cunho jornalístico que distorceu a informação dos óbitos de pessoas após a vacinação..	136
Figura 11: Sequência de prints dos comentários sobre a matéria do site de cunho jornalístico que distorceu a informação dos óbitos de pessoas após a vacinação..	137
Figura 12: Sequência de prints dos comentários sobre a matéria do site de cunho jornalístico que distorceu a informação dos óbitos de pessoas após a vacinação..	137

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. O FENÔMENO DA DESINFORMAÇÃO	18
2.1 Infodemia e desinfodemia	21
2.2 As redes sociais como vetores da desinformação	26
2.3 A receptividade da desinformação	29
2.4 Desinformação e a relação com os regimes de verdade	36
2.5 Desinformação sobre vacina	41
2.6 <i>Fake Science</i> e o negacionismo científico	51
3 JORNALISMO DE VERIFICAÇÃO	56
3.1 A instituição jornalística em busca da revitalização da credibilidade em meio a desinformação	68
3.2 “O jornalismo colaborativo contra a desinformação” na pandemia da COVID-19	76
3.3 Projeto Comprova durante a pandemia da COVID-19	82
4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO	89
4.1 Processo metodológico	89
4.2 As narrativas antivacinas sob uma perspectiva da Hermenêutica em Profundidade	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
REFERÊNCIAS	146

1. INTRODUÇÃO

A desinformação traz prejuízos irreparáveis à humanidade. A chegada das novas tecnologias, o surgimento da Internet e a facilidade das redes sociais possibilitou a propagação constante e incontrolável de um conteúdo falso. Como afirma a pesquisa¹ do Poynter Institute, desenvolvida em 2022, com 8,5 mil pessoas de países como Estados Unidos, Brasil, Reino Unido, Alemanha, Nigéria, Índia e Japão para avaliar o compartilhamento e a disseminação de desinformação nesses locais. Foi possível identificar que no Brasil, 4 a cada 10 pessoas recebem conteúdos falsos diariamente.

O estudo pontua que 46% dos usuários de Internet no Brasil, já compartilharam algum tipo de desinformação nas suas redes sociais ou para pessoas próximas. A partir desse dado, podemos perceber que as narrativas falsas, de fato, possuem alta circulação, ao tempo em que os próprios indivíduos colaboram para que conteúdos fraudulentos sejam compartilhados. Esse cenário desinformativo provoca interferências e prejuízos à sociedade que muitas vezes não consegue identificar que tais assuntos não correspondem à realidade dos acontecimentos.

Rêgo (2021, p. 223) aponta a desinformação como um fenômeno² social, oposto à informação, visto que “é algo que se ‘vende’ como informação, sendo assim, aceita, uma vez que, a informação é necessária à vida em sociedade. E a desinformação, que usa uma máscara de informação, é aceita pelos aparatos de receptividade da informação na sociedade”. Ainda de acordo com esta autora, a desinformação possui alto potencial de circulação, bem como, de formar opiniões acerca de determinados assuntos, podendo limitar o acesso a informações confiáveis.

No início da pandemia da COVID-19 inúmeras incertezas rodeavam o mundo, especialmente, por se tratar de uma doença desconhecida e sem tratamento inicial. Esse foi o cenário ideal, para disseminação de informações fraudulentas, surgiram inúmeras inverdades sobre tratamentos precoces, a fabricação e eficácia das vacinas. A própria ciência passou a ser desacreditada pelas notícias falsas, pondo em risco a saúde e a vida de milhares de pessoas.

¹ Veja mais em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/4-em-cada-10-brasileiros-afirmam-receber-fake-news-diariamente/>.

² Um fenômeno somente se completa quando as faces que estão na sombra são desveladas e só adquire sentido quando interpretados pela consciência.

Nesse sentido, existia, no Brasil, um projeto político ideológico em relação à pandemia, associado ao negacionismo científico e a desinformação sobre as vacinas. Bezerra e Magno (2021, p.15) complementam que durante a pandemia “em um cenário infodêmico, o discurso do presidente Jair Bolsonaro passou a conduzir um manual de infoxicação³, semeando dúvidas e conspirações na população”.

Dessa maneira, a pandemia de COVID-19, para além de uma questão de saúde pública que provocou sequelas e milhares de mortes em todo o mundo, foi palco de questões políticas que influenciaram e impactaram decisões sobre como agir diante da crise sanitária. Se por um lado, a ciência e os principais órgãos de saúde no mundo orientavam medidas de contingência, como isolamento social, uso de máscaras, e álcool em gel para tentar barrar a propagação do vírus em massa, o governo federal, liderado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, contrariava as orientações e estimulava por meio de seu posicionamento que as pessoas não seguissem essas recomendações, pois segundo o ex-presidente o Coronavírus se tratava apenas de uma gripe comum.

Recuero e Soares, et al. (2020, p.13) complementam ao relacionar que a pandemia passou a se destacar na mídia social como um viés político, bem mais do que, uma urgência de saúde pública. Conforme os autores, “a discussão sobre os modos de tratamento, as ações e mesmo elementos de mitigação é absolutamente polarizada e confundida com uma questão de filiação política pela população”.

A ideologia política de direita estimulada por Bolsonaro e seus apoiadores durante toda a pandemia difundiu a pseudociência e o negacionismo científico, ao sugerirem o Kit Covid e receitas caseiras para minimizarem os impactos da doença, e recusarem-se a tomar a vacina. Por outro lado, governantes contrários ao posicionamento do presidente da república aplicavam em seus estados condutas e medidas sanitárias a serem seguidas conforme as orientações científicas e dos órgãos de saúde renomados como a OMS. Nesse sentido, a polarização política na pandemia colocou grupos sociais atuando de diversas formas diante da crise sanitária mundial.

A polarização política na pandemia passou a interferir no consumo de informações, e com isso os grupos sociais distintos passam a consumir e acreditar nos assuntos que vão de encontro às crenças pessoais. Recuero e Soares, et al.

³ “Termo criado por Alfons Cornellá, em 1996, a partir da adesão das palavras “informação” e “intoxicação”, apontando um excesso de informação não “digerida” por completo” (Bezerra; Magno 2021, p.15).

(2020, p. 13) explicam que na pandemia a polarização aconteceu de forma simétrica, tendo em vista que, ela “não aconteceu com a mesma intensidade dos dois lados do espectro político”. Com isso, o grupo mais polarizado apresenta maior tendência a compartilhar conteúdo hiperpartidário e a desinformação”. Para os autores, o grupo político de direita, especialmente, relacionado a Bolsonaro, utilizou de narrativas falsas sobre a Covid-19 para sustentar seus argumentos contrários a ciência por meio de estratégia desinformativas.

A partir dessas questões, ressaltamos que neste trabalho optamos por utilizar propriamente o termo “desinformação”, em vez da expressão *fake News*, que em português significa notícia falsa, portanto, entendemos que a palavra não abrange a complexidade do fenômeno. Shu et al. (2020, p. 14) explica que as “*fake News* perdeu a aplicabilidade nos modelos teóricos de desinformação por ser amplamente usada para atacar a imprensa, numa politização do termo que remeteu para segundo plano a legitimidade dos factos apresentados”.

Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de uma síndrome respiratória aguda grave, causada pelo vírus SARS-CoV-2. A cidade de Wuhan passou a ser o epicentro da doença. E, rapidamente, o vírus atravessou as fronteiras da cidade da República Popular Chinesa, chegando ao Leste Asiático, em janeiro de 2020, posteriormente, em países como a Coreia e Japão, no mês seguinte, o vírus já estava presente inclusive, na Nova Zelândia e atingindo outros países como a Itália e Irã. Com mais de 100 mil casos registrados em menos de três meses e com a rápida disseminação do vírus, em 11 de março de 2020, a OMS declarou a COVID-19 como uma pandemia, tendo em vista, os surtos em vários países e regiões do mundo (OMS, 2020).

Nesse contexto, o alerta emergencial dado pela OMS acerca da pandemia mudou drasticamente o cotidiano das pessoas. Para conter a propagação do vírus foi necessário inserir medidas sanitárias, entre elas, o uso obrigatório de máscaras ao sair de casa, a lavagem das mãos, o uso frequente de álcool em gel, o distanciamento e isolamento social. Todos esses protocolos passaram a fazer parte da rotina de milhões de pessoas no mundo. Sendo um período marcado pelo medo, insegurança e o desconhecimento de como a doença agiria em cada organismo, isso porque, não saberiam quem conseguiria sobreviver em meio a ameaça de um vírus devastador.

O número crescente de casos superlotava os hospitais e o risco do sistema de saúde colapsar era iminente. Os órgãos oficiais de saúde, no Brasil, e em parte, do

mundo enfrentaram a difícil missão de entender a melhor forma de tratamento para conter a doença, e compreender como a nova cepa do coronavírus afetava as pessoas infectadas.

Diante da insegurança causada pela pandemia, a desinformação encontrou um ambiente propício para espalhar-se. Pena (2020) explica que esse período potencializou a era das notícias falsas, além disso, a desinformação passou a ser mais grave em virtude de afetar diretamente a vida das pessoas.

Conforme Costa (2018), as *fakes News* possuem grande alcance nas redes sociais e causam impacto na sociedade, utilizando assuntos que incitam o ódio, a indignação ou a inquietação nas pessoas. Por esse motivo, conseguem atingir um alto número de indivíduos, que acreditam veementemente na informação falsa, tornando-se colaboradores dessa rede ao compartilharem o conteúdo fraudulento.

Tal fato, se explica a partir do conceito da pós-verdade: “relativa a circunstâncias, em que os fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública, do que, em emoções e crenças pessoais” (English Oxford Living Dictionaries, 2016). Em vista disso, Pena (2020, p. 76) relaciona que mais do que a era da pós-verdade, estamos vivenciando o tempo da autoverdade, “aquilo que consolida meu desejo por uma autoverdade consolida a informação que recebo mesmo que ela seja falsa”.

Segundo Brennen et al. (2020) de janeiro a março de 2020, as checagens de notícias em língua inglesa cresceram 900%, o autor acredita que esse número possa ser ainda maior, pois os verificadores de fatos têm recursos limitados, não podendo checar tudo que é disseminado pelas narrativas desinformativas. A amostra relaciona que em termos de desinformação, políticos, celebridades e figuras públicas, representaram 20% das afirmações de informações falsas e que o engajamento das falas atingiu 69% nas mídias sociais.

Massarani et al. (2021) destacam que durante a pandemia, o mundo aguardava respostas, especialmente, em relação ao desenvolvimento de uma vacina que colocasse fim à crise sanitária. Entretanto, nos primeiros resultados dos testes com imunizantes, as narrativas desinformativas propagaram-se com mais intensidade, atacando diretamente as indústrias farmacêuticas, assim como, a eficácia das vacinas produzidas em diversos países. Esse cenário exigiu da imprensa um trabalho minucioso de checagem para refutar a desinformação (Massarani et al., 2021). Acerca disso, pode-se compreender que:

À medida que a ciência entrou em ação para revelar mais sobre o novo coronavírus SARS-CoV-2 e as formas de prevenção e tratamento da doença, tornou-se mais evidente a necessidade de uma vacina para frear as altas taxas de contágio e letalidade. Entretanto, a descoberta de vacinas seguras e eficazes em tempo recorde esbarra não apenas na dificuldade de acesso diante da capacidade de produção insuficiente para atender a demanda mundial por imunizantes, mas também na hesitação e recusa decorrentes da desconfiança estimulada pela desinformação. Nesse contexto, o jornalismo e a ciência ganharam protagonismo no combate ao negacionismo científico, evidenciado na atual pandemia, que agrega os adeptos dos movimentos antivacina, das teorias conspiratórias, das curas milagrosas e de uma infinidade de conteúdos que desinformam e viralizam nas mídias sociais (Massarani et al., 2021, p. 30).

Assim, as plataformas digitais de *fact-checking* e projetos de verificações foram indispensáveis para levar ao público informações reais e, desmentir os boatos em torno da pandemia. Tornou-se um desafio jornalístico combater a desinformação, diante da gravidade da crise sanitária mundial da COVID-19. Os profissionais que vivenciaram as mesmas angústias e incertezas, reforçaram seu papel de checar os fatos e de possibilitar um ambiente seguro em meio a proliferação de conteúdos falsos.

A partir dessa conjuntura, o jornalismo evidenciou ainda mais a sua importância diante da sociedade, esclarecendo os fatos que condizem com a realidade, e colaborando através do uso da ciência para um ambiente que pudesse ser referência no combate às narrativas falsas. Nesse aspecto, a complexidade da desinformação, especialmente, em tempos de pandemia, requer um trabalho preciso, por isso iniciativas como o projeto Comprova se tornaram um importante aliado para combater as informações falsas. Santos e Spinelli (2018) complementam que o *fact-checking* (checagem dos fatos) é um formato importante para o jornalismo na era da pós-verdade, ao assumir o compromisso com a transparência.

Além do estado crítico da pandemia, vários fatores contribuíram para reforçar os conceitos da pós-verdade e favorecer as informações falsas. Falas e declarações negacionistas do Presidente da República, Jair Bolsonaro (2019 - 2022), acerca da gravidade da COVID-19 colaboraram para ampliar o discurso desinformativo e negacionista. Segundo Recuero e Soares (2021), Bolsonaro, na maioria dos seus pronunciamentos, defendia que a COVID-19 se tratava de “uma gripezinha”. Além de defender a quebra do isolamento social e afirmar, que a cura para doença seria o uso da cloroquina, embora os especialistas, o Ministério da Saúde e a Organização Mundial da Saúde (OMS) alertassem para a falta de evidências, em relação às falas do ex-presidente.

Diante da complexidade da pandemia da COVID-19 e de todas as questões vivenciadas pela sociedade nesse período, os estudos científicos foram fundamentais para o desenvolvimento das vacinas que possibilitaram o controle do Coronavírus. Segundo a OMS (2021), mais de 200 pesquisas após o surgimento da doença passaram a ser realizadas com o objetivo de conter a pandemia e, cerca de 14 vacinas tiveram o uso emergencial aprovado até o ano de 2021. Com os avanços tecnológicos e científicos, os imunizantes foram produzidos e aprovados rapidamente diante da gravidade da síndrome respiratória aguda grave. Em 8 de dezembro de 2020, a primeira vacina começou a ser distribuída no Reino Unido e, posteriormente, outros países iniciaram a aplicação dos imunobiológicos fabricados pelas diversas farmacêuticas.

O Brasil foi um dos países que desenvolveu um imunizante contra a COVID-19. A CoronaVac, vacina chinesa, produzida em parceria com o Instituto Butantan, que passou a ser distribuída em 17 de janeiro de 2020, aos profissionais de saúde, atuantes na linha de frente da pandemia, aos idosos e as pessoas com comorbidades, sendo estes, grupos prioritários e de risco do Coronavírus. Nesse sentido, a CoronaVac, assim como os demais imunizantes contra a COVID-19, foram colocados em suspeição, especialmente, pelo governo do ex-presidente Bolsonaro, tornando-se alvo fáceis das campanhas de desinformação na pandemia.

Conforme o estudo divulgado pelo *Center for Countering Digital Hate* (Centro de Combate ao Ódio Digital) dos Estados Unidos, em 2021, a indústria da desinformação a partir das narrativas antivacinas, encontrou na pandemia da Covid-19, o cenário ideal para ser ainda mais lucrativa, potencializando as narrativas desinformacionais em diversas modalidades, como, por exemplo, imagens, vídeos, áudios, matérias escritas, entre outros. Sendo esses conteúdos, direcionados aos mais variados tipos de públicos, explorando através das narrativas falsas curas a partir de medicamentos aleatórios ou remédios caseiros, além de promover distorções e mentiras sobre os efeitos colaterais das vacinas (Rêgo, 2021).

Com os resultados positivos da vacinação em relação à diminuição das internações e mortes em todo o mundo, a Organização Mundial de Saúde (OMS), decretou em 05 de maio de 2023, o fim da crise sanitária mundial, o que não desconsidera que o coronavírus ainda seja uma ameaça a saúde e, que as pessoas não precisem se proteger, além de continuarem tomando as doses de reforço dos imunizantes contra a COVID-19 (OPAS, 2023).

Desde o início da pandemia no mundo, foram mais de 6,9 milhões de mortes causadas pela COVID-19. O Brasil é o segundo país com mais mortes, atingindo a marca de mais de 700 mil vítimas (OMS; Ministério da Saúde, 2023). Na pandemia, muitas questões ecoaram na sociedade, provocando, sobretudo, impactos políticos, econômicos, sociais e culturais. Esse momento histórico, vivenciado em todo o planeta, reverberou um cenário desinformativo pautado na pseudociência e no negacionismo científico, afetando a saúde coletiva e individual.

A partir desse contexto, a presente pesquisa tem como observável as narrativas desinformativas antivacinas verificadas pelo Projeto Comprova, o qual é uma iniciativa jornalística da First Draft⁴, instituição criada em 2015 formada por plataformas como *Bellingcat*, *Dio Deeper*, *Emergent*, *Eyewitness Media Hub*, *Google News Initiative*, *Meedan*, *Reported. Ly*, *Storyful* e *Verification Junkie*, com a missão de auxiliar entidades a descobrir, examinar, confirmar e conduzir a verificação de informações na Internet. Com o encerramento permanente das atividades First Draft, em 2022, atualmente, o Comprova é liderado pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), a qual colabora para que o projeto continue exercendo suas atividades, além de garantir que o processo metodológico e as checagens produzidas pelos jornalistas sigam os princípios orientadores de transparência e ética.

O Comprova reúne uma coalizão de veículos de comunicação de diversos locais do Brasil, com o objetivo de combater conteúdos desinformativos que circulam nas redes sociais, aplicativos de mensagens e sites hiperpartidários. Desse modo, o projeto atua desde 2018, porém, não realiza um trabalho contínuo, isto é, os repórteres se reúnem em momentos específicos para investigar conteúdos suspeitos sobre políticas públicas, eleições e a pandemia da COVID-19.

O Comprova está na sua quinta fase de atuação, sendo que, a primeira e a segunda fase foram dedicadas às eleições presidenciais no período de 2018 a 2019, as outras fases tiveram como centro a pandemia da COVID-19, entre os anos de 2020 e 2023. O jornalismo do projeto atua de forma colaborativa e não possui fins lucrativos, de modo que, iniciam e encerram suas atividades conforme o fim desses episódios que ecoam em cenários onde a desinformação possui alta circulação na sociedade.

A escolha desta plataforma, justifica-se por ser uma iniciativa que reúne 41 veículos jornalísticos brasileiros, voltados para realizar a checagem das informações

⁴ Saiba mais em: <https://firstdraftnews.org/>.

que circulam na Internet. Além de ser uma coalizão dos veículos de comunicação, a qual possibilita observar as mais diversas narrativas jornalísticas em relação à desinformação, especialmente, as verificações sobre as vacinas da COVID-19, foco principal de estudo da nossa pesquisa. Sendo assim, o projeto de checagem permite a interpretação e compreensão da desinformação sobre as vacinas, visto que iniciativas como essa realizam um trabalho importante no combate aos conteúdos falsos.

Nesse viés, as narrativas antivacinas durante a pandemia propagaram-se desde os primeiros ensaios para o desenvolvimento dos imunizantes contra a COVID-19, assim como, após a aprovação e aplicação das vacinas, de forma que passaram contrapor a ciência e colocar em dúvida a qualidade dos imunobiológicos. Desse modo, muitas questões reverberaram na sociedade, provocando a desconfiança em relação à segurança das vacinas e as possíveis consequências à saúde humana. Apesar desse cenário de incertezas, gerado em torno das vacinas, parte da sociedade se imunizou contra a doença. Segundo dados da Coalizão Internacional de Autoridades Reguladoras de Medicamentos⁵ (ICMRA), mais de 13 bilhões de doses contra o Coronavírus foram aplicadas em todo o mundo até o ano de 2023.

Consoante a essas narrativas desinformativas, a indústria antivacina se utilizou da *fake Science* na tentativa de capturar indivíduos e interferir na aceitação dos imunizantes, por meio de teorias conspiratórias e suspeitas infundadas sobre as vacinas passando a evidenciar a pseudociência e o negacionismo científico. Machado e Cordeiro (2023, p. 4) relacionam que “os movimentos antivacinação, ao explorarem amplamente os possíveis riscos das vacinas, assustam determinados indivíduos que passam a acreditar que não se imunizar configura-se como um autocuidado benéfico”.

A desinformação sobre os imunizantes da COVID-19, como afirma Macedo et al. (2021) prejudicou a cobertura vacinal durante a pandemia, colocando milhares de pessoas em risco de desenvolverem complicações da doença e até mesmo de morte. Um estudo desenvolvido pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) identificou que os movimentos antivacinas e discursos contra a vacinação durante a pandemia podem provocar danos futuros à sociedade, especialmente, em relação à hesitação vacinal, afetando a forma como os indivíduos confiam nos imunizantes e na

⁵ Leia mais em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2023-07/paises-usam-mais-de-13-bilhoes-de-vacinas-para-combater-covid-19>.

ciência, além de, conseqüentemente, terem uma maior exposição a doenças que podem ser evitadas pelas vacinas (UFMG, 2022).

Contribuindo com essas discussões, Rêgo e Leal (2023) destacam que a desinformação sobre as vacinas têm se beneficiado do modelo de negócio das plataformas digitais para alcançarem seus objetivos mercadológicos e, com isso, obterem mais lucros. Para tanto, a desinformação sobre a ciência se apropria de narrativas pautadas na *fake Science*, em uma tentativa de colocar dúvidas sobre as vacinas da COVID-19, tendo em vista que esses conteúdos desinformativos atraem os indivíduos e provocam respostas e engajamento espontâneo.

A partir desse contexto, e diante do fenômeno da desinformação, especialmente, durante a crise emergencial de saúde pública, vivenciada em todo o mundo, a partir 2020, no qual a ciência e os imunizantes contra a COVID-19 foram atacados pelas narrativas desinformativas antivacinas, este trabalho parte do seguinte problema de pesquisa: quais questões a desinformação sobre as vacinas acionou na sociedade, no primeiro ano de distribuição dos imunizantes da COVID-19, para provocar a desconfiança nas vacinas?

Para tanto, temos como objetivo geral identificar que tipos de afetos⁶ a desinformação relacionada às vacinas durante a pandemia convocaram a partir de suas narrativas para tentar descredibilizar os imunizantes da COVID-19.

De maneira específica, pretendemos: perceber as estratégias⁷ desinformacionais antivacina presentes no conteúdo verificado pelo Comprova que foram utilizadas pela falsa ciência com o intuito de fortalecer suas narrativas e colocar em dúvida a segurança dos imunizantes da COVID-19; compreender de que forma a desinformação sobre as vacinas pode ter colaborado para o negacionismo científico

⁶ Para Deleuze (2002, p. 56- 57) “afecção remete a um estado do corpo afetado e implica a presença do corpo afetando, ao passo que o afeto remete à transição de um estado a outro, tendo em conta variação correlativa dos corpos afetantes. Dessa forma, os afetos (alegria ou tristeza) dizem respeito a estarmos sujeitos aos aumentos e também diminuições de nossa potência de agir”.

“A ação de afetar contém o significado de emoção, ou seja, um fenômeno afetivo que, não sendo tendência para um objetivo nem uma ação de dentro para fora, define-se por um estado de choque ou de perturbação na consciência. Ou seja, o afeto pode equivaler à ideia de energia psíquica, assinalada por uma tensão em campos de consciência contraditórios. Mostra-se, assim, no desejo, na vontade, na disposição psíquica do indivíduo que, em busca de prazer, é provocado pela descarga da tensão (Sodré, 2018, p. 28).

⁷ Certeau (1998, p.99) chama de “estratégia um cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.)”.

durante a pandemia e, por último, perceber a atuação do jornalismo no combate a desinformação sobre a ciência, por meio do trabalho desenvolvido pelo Projeto Comprova.

Nessa perspectiva, a pesquisa extrai seus resultados a partir das checagens produzidas pelo Projeto Comprova sobre a desinformação relacionada às vacinas da COVID-19. Assim, destacamos que a proposta do estudo não tem como foco principal observar o trabalho do Comprova⁸, mas, de investigar as narrativas desinformativas verificadas pelo projeto, como forma de analisar o fenômeno da desinformação. Ou seja, a partir dessas narrativas antivacinas buscamos os caminhos que essas textualidades tencionaram na sociedade, por meio da nossa observação, interpretação e reinterpretação desses conteúdos falso, conforme a Hermenêutica em Profundidade de Thompson (2011).

A presente pesquisa considera as seguintes hipóteses: acreditamos que a desconfiança sobre os imunizantes da COVID-19 na pandemia foi uma questão potencializada, especialmente, pela propagação da desinformação sobre a ciência.

Nesse sentido, as narrativas antivacinas buscavam descredibilizar as vacinas contra o Coronavírus, alimentando na população o medo sobre as reações adversas e efeitos colaterais que os imunizantes poderiam causar. Tais narrativas convocam emoções e afetos que podem gerar em certos indivíduos dúvidas, receios, inseguranças e até mesmo a recusa das vacinas.

Cogitamos que a desinformação sobre as vacinas se equivale, de estratégias forjadas na própria ciência e, em certos aspectos, remetem a outros momentos da história, que as vacinas foram atacadas e colocadas em suspeição. Pois, as alegações antivacinas associam os imunizantes a ineficácia, morte e efeitos colaterais graves para obter a atenção e provocar dúvidas nos sujeitos; além disso, a desconfiança acerca das vacinas contra a COVID-19 reverberam a pseudociência e o negacionismo científico, causando descrédito sobre a ciência e o processo científico.

⁸ Entendemos que perante a complexidade do fenômeno da desinformação, o *fact-checking* ou jornalismo de verificação, não consegue abarcar a dimensão que essas narrativas desinformativas tem provocado e alcançado na sociedade, especialmente na contemporaneidade e com os recursos tecnológicos ofertados pelas redes sociais. Portanto, este trabalho se propõe a analisar a desinformação, e dentro desse recorte tem como observável para extrair as narrativas falsas antivacinas o Projeto Comprova. Compreendemos também que mesmo o jornalismo não sendo uma alternativa que consegue abranger amplamente a desinformação, a instituição desempenha um papel necessário e importante diante das suas possibilidades no combate à desinformação.

Por fim, pressupomos que o Comprova atuou significativamente durante a pandemia da COVID-19, possibilitando um ambiente mais confiável para seus leitores, especialmente, em relação às narrativas desinformativas antivacinas. Proporcionando, desta forma, que seu público tenha um amplo acesso e discussões sobre as informações verificadas. Além de destacar e valorizar a ciência, como fonte essencial no combate a desinformação, mostrando em suas checagens dados que possam garantir a confiabilidade do conteúdo analisado.

Como metodologia de pesquisa utilizaremos a hermenêutica em profundidade de John Thompson (2011). E como mencionado anteriormente, temos como objeto de estudo os resultados das verificações produzidas pelo Projeto Comprova, no intuito de compreender como a desinformação colaborou para desacreditar os imunizantes da COVID-19. Desta forma, nosso período de análise é voltado para o ano de 2021, no qual, as primeiras doses das vacinas passaram a ser distribuídas, além de se tratar de um período de aceite, ou não, dos imunizantes e de como a desinformação sobre as vacinas intensificaram as narrativas fraudulentas.

A Hermenêutica em Profundidade possibilita um processo crítico, analítico e interpretativo. Thompson (2011) explica que a HP parte inicialmente da Interpretação Doxa, e em seguida utiliza três fases de análise. A primeira fase consiste na análise sócio-histórica, nesse sentido, a matéria do projeto Comprova facilita situar e aprofundar como se apresenta a narrativa desinformativa antivacina verificada.

A segunda fase, se refere a análise formal ou discursiva, o sociólogo britânico sinaliza que nesta etapa é necessário utilizar uma técnica de análise para complementar o que se deseja extrair do objeto a ser investigado. Sendo assim, para tratamento dos dados utilizaremos a Análise de Conteúdo (AC), por Bardin (2011), possibilitando desta forma, analisar o que foi checado pelo Comprova, como a postagem e a desinformação que contém na página verificada, além do que, o conteúdo diz e aciona na sociedade. A terceira e última fase, corresponde à interpretação e reinterpretação, a partir do que foi encontrado anteriormente nas outras duas etapas. Neste momento da análise, a pesquisadora evidencia seu ponto de vista realizando a reinterpretação dos dados encontrados durante todo o processo metodológico.

Para isso, a análise se dá a partir de cinco matérias produzidas pelo Projeto de verificação, no ano de 2021, desta forma, selecionamos temáticas que tratam de assuntos diferentes e que relacionam a desinformação sobre as vacinas, sendo estes:

a política, a morte, os profissionais da área da saúde, os efeitos adversos em crianças e sites de cunho jornalístico.

As escolhas dos assuntos foram realizadas a partir da observação de todas as checagens produzidas pela plataforma em 2021. Nesse sentido, notamos que parte das narrativas verificadas sobre a desinformação relacionadas às vacinas se repetem, de modo que abordavam o mesmo assunto ou estratégia para atacar as vacinas da COVID-19. Desta forma, selecionamos uma temática de cada assunto que mais apareceu nas matérias e, que continham uma verificação mais elaborada, ampla e com maior alcance nas redes sociais, de modo que possibilitasse essa associação interpretativa e reinterpretativa que a HP propõe.

Ressaltamos que a metodologia, assim como a própria análise, não tem o objetivo de quantificar essas temáticas, e sim, de possibilitar um pensamento crítico e reflexivo sobre as narrativas antivacinas produzidas nesse período. A amostra é realizada em caráter intencional e com abordagem qualitativa da Hermenêutica em Profundidade, por isso, a seleção de apenas cinco conteúdos se justifica, pois o processo metodológico possibilita uma ampla análise do material escolhido, no qual, as questões encontradas em ambas as verificações atendem o recorte e o objetivo da pesquisa.

É por meio da aplicação desses métodos da Hermenêutica em Profundidade e, sobretudo, no que possibilita a fase de interpretação e reinterpretação, que obtemos os resultados desta pesquisa para compreendermos o que as narrativas desinformativas sobre as vacinas acionaram durante a pandemia, assim como o mundo permitiu com que os movimentos antivacinas atuassem na crise sanitária na tentativa de gerar uma desconfiança dos imunizantes da COVID-19. Identificando desse modo, os afetos, as interferências e as estratégias das narrativas científicas desinformativas para plantar dúvidas na sociedade, em relação à qualidade das vacinas, bem como, perceber a atuação do jornalismo no combate a desinformação relacionada aos imunizantes por meio do projeto selecionado.

Assim, destacamos a ampla relevância de se pesquisar sobre a desinformação relacionada à ciência em um período extremamente complexo como o da pandemia de coronavírus, no qual, a ciência e o jornalismo passaram por momentos desafiadores para conter o vírus da COVID-19 e a desinformação. Nesse cenário, as vacinas, uma das alternativas confiáveis e seguras, são alvos incessantemente da desinformação, pondo em risco a saúde de milhões de pessoas no mundo.

Além disso, o estudo possibilita entender como o jornalismo de verificação contribui a partir da checagem de conteúdos durante esse período, assim como, engrandece a discussão sobre o fenômeno da desinformação, da pandemia, da falsa ciência, do negacionismo científico e do uso das vacinas contra a COVID-19.

Desta forma, este trabalho possui quatro capítulos, no primeiro capítulo, apresentamos a introdução com os aspectos que contextualizam o tema, objeto investigado e os objetivos da pesquisa, além do aporte-teórico, da metodologia e da justificativa. No segundo capítulo, falamos sobre o fenômeno da desinformação, relacionado à crise sanitária mundial, tendo em vista, o que a OMS definiu nesse período como infodemia, assim como a UNESCO classificou também esse momento como desinfodemia, a partir do aumento significativo de conteúdos fraudulentos. Também abordamos os possíveis caminhos que levam a sociedade a credibilizar uma narrativa falsa, assim como, os regimes de verdade de Foucault (2010), que possuem ligação com a desinformação e o cenário da pandemia da COVID-19. Ademais, discutimos sobre a desinformação em relação às vacinas, que compõem um mercado lucrativo e que age, intencionalmente, para disseminar a *fake Science*, influenciando a sociedade a aderir suas narrativas.

Trazemos posteriormente, no terceiro capítulo, o jornalismo de verificação e sua atuação na pandemia, como também, no combate às narrativas fraudulentas, sobretudo em relação à desinformação sobre as vacinas e a falsa ciência. Abordamos a crise que perpassa a instituição jornalística e a busca para a revitalização da sua credibilidade, assim como o trabalho jornalístico durante a pandemia, a partir do que foi desenvolvido pelo projeto Comprova.

O quarto capítulo é voltado para a análise e interpretação sobre os resultados obtidos na pesquisa. Dentro deste capítulo, trazemos uma sessão metodológica que explica como é desenvolvida a Hermenêutica em Profundidade de Thompson (2011). Em seguida, apresentaremos a análise das cinco matérias conforme o material produzido pelo projeto Comprova em relação à verificação das narrativas que tratavam sobre desinformação relacionada à ciência e ao movimento antivacina.

Por último, apontamos as considerações finais do trabalho, retomando as questões abordadas ao longo da pesquisa, assim como, os resultados obtidos por meio da interpretação e reinterpretação das narrativas antivacinas analisadas.

2. O FENÔMENO DA DESINFORMAÇÃO

Na última década, a desinformação passou a ser mais discutida e estudada diante da proporção em que conseguiu alcançar e afetar a sociedade, especialmente, devido à velocidade que se espalha através da Internet. Esse fenômeno que possui alcance global, atinge as mais diversas classes sociais e impacta diretamente a economia, a saúde, a educação, e a política. Sendo assim, as narrativas desinformacionais interferem nas decisões dos indivíduos, provocam emoções e em muitos casos trazem prejuízos irreparáveis a humanidade. A Comissão Europeia entende a desinformação “como informação comprovadamente falsa ou enganadora que é criada, apresentada e divulgada para obter vantagens econômicas ou para enganar deliberadamente o público” (Comissão Europeia, 2018).

Desse modo, a desinformação provoca aos seus interlocutores uma difícil dissociação entre os fatos verdadeiros e os falsos, especialmente, em relação à quantidade de informações disponíveis nas redes sociais, aplicativos de mensagens, sites, assim como, em outros meios tradicionais da comunicação. Assim, essa camada exponencial de conteúdos disponíveis pode contribuir para que os sujeitos não acompanhem a lógica das informações e com isso informem-se de maneira inadequada.

As narrativas desinformacionais estão presentes nos mais diversos meios e, podem ser propagadas por variados canais de transmissão e emissão de informações. Dessa maneira, personalidades como políticos, celebridades, religiosos e profissionais da área da comunicação, podem disseminar conteúdos fraudulentos intencionalmente, ou não.

É importante ressaltar, que a desinformação não é um fenômeno atual ou exclusivo das redes sociais, as tecnologias móveis possibilitaram apenas que tais conteúdos falsos passassem a ter mais potência pela velocidade e alcance com que conseguem chegar à sociedade. Santini (2022, p. 349) complementa que “as redes sociais, ao invés de se tornarem uma nova força na política global a favor da transparência, pluralidade e uma oportunidade para tornar a esfera pública mais participativa e horizontal, podem estar ameaçando a legitimidade e a confiança da população nas instituições democráticas”. É nesse cenário de produção, consumo e compartilhamento excessivo de informações que Wardle e Derakhshan (2017), sinalizam para uma desordem desinformacional.

Segundo os autores, a desordem desinformativa pode ser definida em três tipos: primeiro como a *disinformation*, entendida como uma informação falsa criada com objetivo de prejudicar de forma intencional certos indivíduos; em sequência, pela *misinformation* que também é uma informação falsa, no entanto, esta não é desenvolvida com a intenção de prejudicar as pessoas; e pôr fim a *mal-information*, que utiliza informações de assuntos baseadas na realidade para provocar prejuízos a pessoas, organizações ou países. Wardle e Derakhshan (2017) apontam que a criação, a produção, e a distribuição de mensagens é um dos principais elementos que envolvem e possibilitam a desordem informativa.

Contudo, podemos contrapor que a desordem desinformativa sempre esteve presente na vida em sociedade, especialmente, diante do grande número de meios de comunicação que disputam a atenção do público e que tornam propício à circulação de desinformação. Rêgo (2021) explica que a “desordem informativa” conceituada pelos autores Wardle e Derakhshan, não são suficientes para compreender o fenômeno da desinformação, tendo em vista a sua complexidade.

Conforme relaciona, o “*locus*” de produção da desinformação, compõe um mercado altamente lucrativo; e, além disso, dentro deste mesmo processo mercadológico e desinformativo também é possível visualizar inúmeros indivíduos que utilizam os meios de produção de conteúdo para produzir desinformação seja de maneira intencional ou não (Rêgo, 2021).

Para tanto, a desinformação é um fenômeno complexo e compreender o que motiva as pessoas a acreditarem em um determinado fato, mesmo que, se tenha todas as evidências de que ele não condiz com a realidade, é ainda mais desafiador. Isso porque, cada ser humano carrega consigo experiências adquiridas ao longo da vida que abrangem muitas áreas do sentido. Ao se deparar com um conteúdo falso algumas pessoas conseguem perceber rapidamente que se trata de uma informação enganosa, outros sujeitos, já consideram como real, tendo em vista que os elementos fraudulentos vão de encontro com as suas perspectivas de vida.

A partir da mediação dos usuários pela Internet, a desinformação se tornou uma “corrente” forte e difícil de ser rompida. Além de suas próprias concepções de vida, a relação de confiança e proximidade de pessoa para pessoa, faz com que, a desinformação seja compartilhada e credibilizada facilmente. Por isso, não é comum que indivíduos questionem a origem de uma informação quando ela vem de uma

pessoa que confiamos ou convivemos, logo as pessoas tornam-se propensas e vulneráveis a se ludibriar com um conteúdo falso.

Cabe lembrar que nem sempre uma informação é completamente falsa, as narrativas desinformativas, muitas vezes, se estruturam em detalhes que transformam completamente o sentido do real. Southwell e Boudewyns (2017) discutem a propagação da desinformação a partir de uma abordagem comportamental, considerando os desejos, assim como, as esperanças de cada pessoa. Para os pesquisadores, o compartilhamento de *misinformation* pode ser entendido como um fenômeno comportamental, pois a disseminação de informações possui inúmeros fatores, que vão desde a formação de laços e apoio social, até mesmo, por busca de vingança.

Quanto mais uma pessoa acredita que compartilhar desinformação (*misinformation*) vai resultar em consequências positivas, que as pessoas que são importantes para ela compartilhariam o conteúdo (e que a regra é compartilhar esse tipo de conteúdo), e que elas estão confiantes em suas habilidades de compartilhar desinformação, maior é a chance dessa pessoa o fazer (Southwell; Boudewyns, 2017, p. 60).

Em alguns casos, a desinformação é utilizada estrategicamente para provocar na sociedade confrontos de opiniões, inquietações, angústias, indignação e revolta, para isso, forjam narrativas que vão de encontro às perspectivas de mundo das pessoas com o intuito de ganhar atenção da audiência e lucrar com a visibilidade do público. Dessa maneira, a lucratividade da desinformação se dá especialmente pelo uso das redes sociais, nas quais os usuários estão presentes diariamente.

Valente (2019) aborda que nas redes sociais, grandes agentes como o *Google* e o *Facebook* utilizam a publicidade como a principal fonte para manter o seu modelo de negócio, no entanto, isso contribuiu para incentivar a obtenção de lucro através da desinformação. Um estudo desenvolvido pelo *Global Disinformation Index*⁹ (GDI, 2019), a partir da análise de 20.000 mil domínios de desinformação, apontam que a publicidade online e o mercado desinformativo lucra anualmente cerca de 253 milhões de dólares.

A pesquisa indica que o *Google* é responsável por fornecer 70% dos anúncios em sites desinformativos analisados, lucrando por ano, aproximadamente 86,7

⁹ Veja mais em: https://www.disinformationindex.org/files/gdi_brazil-disinformation-risk-assessment-report-2021-portuguese.pdf. Acesso em: 29 jul.2023.

milhões de dólares. Santini (2022) destaca que a indústria da publicidade online atuante nas redes sociais e nas plataformas digitais, possibilita que a desinformação circule em todo o mundo. E através do processo de distribuição automática de anúncios, conhecido como mídia programática, os mercadores da desinformação escolhem o perfil do público que desejam atingir.

Nesse sentido, Rêgo (2021) enfatiza que a desinformação é um fenômeno atrativo, lucrativo e possui alto potencial de circulação e formação de opinião, além de utilizar a lógica das plataformas, de maneira que agregam pessoas com pensamentos, valores e crenças semelhantes em câmaras de eco¹⁰. Impossibilitando o alcance de outros conteúdos, que se propagam para além das câmaras, uma vez que, colaboram para isolar as pessoas com visões restritas do mundo e limitar o acesso à informação contrária (Rêgo, 2021). Desse modo, a desinformação tem construído narrativas que dificultam a dissociação do real e sobretudo que provocam na sociedade impactos que afetam a vida cotidiana, tal qual suas decisões.

2.1 Infodemia e desinfodemia

A desinformação não é um fenômeno recente, mas, ao longo do tempo, tem se propagado frequentemente e se manifestado de diversas maneiras. A partir da deflagração da pandemia da COVID-19, as narrativas desinformativas ganharam força e se propagaram velozmente, afetando o controle da doença. Apesar da sociedade já ter vivenciado outras crises sanitárias e humanitárias, como a Peste Negra, a Gripe Espanhola, a Varíola, o Cólera e o H1N1, a pandemia da COVID-19 se espalhou de forma rápida, e apesar das medidas de contenção chegou até as comunidades mais remotas, em questão de meses. Segundo a Fiocruz (2020), a rápida contaminação da Covid no planeta é reflexo das ações econômicas que viabilizaram a circulação de pessoas para diversos países, assim como a importação e exportação de produtos consumidos em todo o mundo.

Nesse contexto, em 2020, a emergência global provocada pelo Coronavírus fez surgir muitas dúvidas e questionamentos sobre qual seria a maneira mais segura para lidar com o vírus do SARS-CoV-2. Se por um lado, a ciência orientava que o

¹⁰ “A câmara de eco é um termo cunhado a partir de uma analogia aos sons que reverberam em um invólucro oco, como os sinos, e servem para descrever um espaço de mídia vinculado e fechado que tem o potencial de ampliar as mensagens entregues ali e isolá-las das mensagens que as contradizem” (Mathias, 2022).

isolamento social e o uso de máscaras poderiam diminuir o contágio da doença, por outro, alguns médicos, religiosos e políticos tentavam convencer a população para usar alternativas paliativas, como tratamentos precoces a base de medicamentos para vermes e receitas caseiras de chás e gargarejo com vinagre e sal. Além do Kit Covid, a base de Cloroquina e Hidroxicloroquina, utilizados para tratamento de doenças reumáticas e dermatológicas. Essas orientações baseadas na pseudociência fizeram parte das narrativas falsas, sobre como prevenir e tratar o Coronavírus.

Desta forma, o trabalho desempenhado pelo jornalismo e as agências de *fact-checking* mostrou-se, cada vez mais, indispensável, principalmente, durante a pandemia da COVID-19, visto que a desinformação se tornou mais constante, interferindo diretamente na vida e na saúde das pessoas em todo o mundo. Com a camada excessiva de narrativas desinformativas relacionadas ao coronavírus, a OMS declarou esse período como uma “enorme infodemia: um excesso de informações, algumas precisas e outras não, que dificultam encontrar fontes idôneas e orientações confiáveis quando se precisa” (OMS, 2020).

Nas palavras de Massarani et al. (2021, p. 5), “a infodemia se caracteriza como um fenômeno complexo e multifacetado”, de modo que, interfere na circulação de conteúdos relacionados à saúde, como na produção dos estudos científicos. A pandemia provocou além de uma crise em cenários socioeconômicos, políticos e de saúde pública, mas, sobretudo, deflagrou a desordem informacional, potencializando, especialmente, o mercado da desinformação.

No mesmo viés, Costa Júnior (2020, p. 32) compreende a infodemia como “uma superabundância de informações, algumas precisas, outras não, que estimulam cada vez mais nossos sentimentos e emoções mais profundas”. Se a desinformação já causava muitos prejuízos e impactos em tempos normais, com a pandemia da COVID-19, a quantidade e o perigo da desinformação foi intensificada, especialmente, por ser um momento extremamente delicado sobre uma doença de alto risco de contaminação e morte.

Perante as grandes proporções que a desinformação alcançou na sociedade durante a pandemia, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) avaliou esse período, considerando a potencialidade e o alcance da desinformação relacionada à ciência como uma desinfodemia. Em seu relatório, *Desinfodemia: Decifrando a desinformação sobre a COVID-19* desenvolvido em 2020, a instituição expõe que as narrativas falsas sobre o Coronavírus foram

disseminadas deliberadamente com o propósito de enganar os indivíduos. O órgão sinaliza para as ameaças à saúde coletiva e a própria ciência, tendo em vista que, “a nova desinformação sobre a COVID-19 cria confusão referente à ciência médica, com impacto imediato em todas as pessoas do planeta e em sociedades inteiras. Ela é mais tóxica e mais letal que a desinformação sobre outros assuntos” (UNESCO, 2020, p. 2).

Ainda em conformidade com a UNESCO (2020), a desinfodemia faz parte de um recorte no que se refere a infodemia, tendo em vista que, a complexidade do volume informacional deixa de estar diretamente ligada a quantidade de informações disseminadas no período da COVID-19, e passa a ter como foco a narrativas fraudulentas relacionadas a pandemia, as quais foram propagadas de forma intencional, ou não. Nesse sentido, o período desinformativo o qual perpassou a sociedade na crise sanitária do Coronavírus, evidencia o quanto a indústria da desinformação atuou significativamente para moldar uma narrativa contrária à ciência e ao desenvolvimento das vacinas.

Zattar (2020) aponta que a desinfodemia pode possuir objetivos claros, como por exemplo, ser produzida intencionalmente por grupos políticos ou grupos com interesses comerciais, e, até mesmo, surgir como uma forma de “brincadeira”, porém, essa prática desinformativa em relação a pandemia tem provocado a deslegitimação da produção do conhecimento científico. Marques e Alves (2023) explicam que a desinfodemia se espalha de forma veloz e, para atingir a população utiliza-se da *fake Sciences* e de teorias conspiratórias como uma estratégia de manipulação para enganar a sociedade, de modo que direcionam os sujeitos a tomarem decisões que podem colocar a sua vida em risco.

Os órgãos de saúde depararam-se com o desconhecimento do vírus, buscando um tratamento que fosse eficaz contra a doença. De fato, ninguém sabia exatamente como lidar com a situação e, por isso, a pandemia se tornou propícia a disseminação de conteúdos falsos. Segundo Tavares e Almeida (2021), a expectativa por explicações e informações durante a pandemia colaborou para as pessoas começarem a compartilhar conteúdos enganosos que traziam promessas de curas milagrosas para acabar com a COVID-19.

Segundo a UNESCO (2020), a desinfodemia provocou na sociedade uma ampla desconfiança nas instituições de saúde e nas orientações baseadas na ciência, interferindo, até mesmo, no trabalho jornalístico de verificar e refutar as narrativas

falsas. Para tanto, a desinformação se forja em uma conjuntura de verdade, recorrendo a métodos conhecidos, como os links, os memes, os vídeos, as imagens, as fontes, etc. para se disfarçar e enganar a população. Nesse sentido, “o resultado é que a desinformação sobre a COVID-19 afeta todos os conteúdos de maneira geral, incluindo aqueles sobre: a origem, a propagação e a incidência da doença; seus sintomas e tratamentos; e as respostas dos governos e outros atores” (UNESCO, 2020, p. 5).

Como aponta a pesquisa realizada em 87 países, incluindo o Brasil, pelo *American Journal Of Tropical Medicine and Hygiene*, a qual identificou que as curas milagrosas, espalhadas pelas narrativas desinformativas na Internet levaram aproximadamente 5.800 pessoas aos hospitais por acreditarem nesse tipo de conteúdo (Islam, 2020).

O negacionismo científico ficou evidenciado durante a pandemia, e ao tempo que os estudos sobre os primeiros imunizantes da vacina contra a COVID-19 começaram a ser divulgados, as desinformações atacavam a ciência tentando desacreditá-la. Silva (2021, p. 458) afirma que “o problema das *fake News* sobre as vacinas é que elas geram confusão, dúvida, descrença e medo”.

Conforme matéria divulgada pelo portal de notícias G1 (2021), as mensagens falsas sobre o coronavírus levaram as pessoas a colocarem a própria vida em risco, e desde o início da pandemia, a “onda de desinformação” abordou assuntos falsos como as curas milagrosas a partir de medicamentos e receitas caseiras. Além da disseminação da informação de que o uso de máscaras e o distanciamento social não seriam necessários para conter o vírus, além de boatos, minimizando o número de casos sobre a doença.

As vacinas são alvos constantes de desinformação, pondo em questão a sua eficácia, algumas mensagens falsas relatam que se trata de um processo experimental e que podem causar Alzheimer, doenças autoimunes ou que alteram as células sanguíneas. No entanto, cientificamente os imunizantes são seguros e eficazes contra a COVID-19, ajudando a reduzir o alto número de casos e mortes em todo o mundo.

O âmago da argumentação do negacionismo científico cria um movimento especializado para fortalecer as *fake News* com argumentos que coloca a população em dúvida sobre as questões apontadas por estes, ou seja, toda vez que a ciência descobre uma verdade que desagrade ou contrária determinados grupos, esse grupo mobiliza esforços para desacreditar e

invalidar a ciência e, inclusive se fortalece e engrandece com a confluência e união de outros movimentos negacionistas que passam a se articular como uma frente de oposição a legítima ciência (Marques; Raimundo, 2021, p. 69).

Castilho (2020, p. 1) aponta que “um aumento acelerado das condutas irracionais alimentadas pelo medo, mostra que o contágio do pânico é muito mais veloz do que a transmissão física do vírus”. Por isso, a infodemia impacta não apenas na deliberação desinformativa, mas, em um momento de crise como vivenciado na pandemia do coronavírus, que afetou a população psicologicamente, a qual por medo tende a aceitar informações de origem duvidosas para amenizar a situação de tensão e insegurança.

A Organização Pan-Americana de Saúde, divulgou que em abril de 2020, início da pandemia, 361 milhões de vídeos foram publicados no *YouTube* sobre a COVID-19, outros 19.200 artigos foram relacionados com o tema. Em março de 2020, a crise sanitária mundial do SARS-CoV-2, teve 550 milhões de menções sobre o coronavírus, a COVID-19 e a pandemia. Essa camada gigantesca de conteúdo provoca uma confusão na sociedade, principalmente, para distinguir as informações reais das falsas. Cinelli (2020) complementa que “a divulgação de informações pode influenciar fortemente o comportamento das pessoas e alterar a eficácia das contramedidas implantadas pelos governos”.

Assim, a desinformação sobre a pandemia da COVID-19 afetou a ciência, os estudos sobre a doença, o desenvolvimento das vacinas e, principalmente, deixou a sociedade com dúvidas em relação a quais medidas seguras deveriam seguir. Nesse sentido, é possível sinalizar que a disputa política em relação a quem apontaria uma alternativa para diminuir a gravidade do vírus provocou mais insegurança na sociedade durante a pandemia.

Freire et al. (2021) afirma que líderes políticos de inúmeros países orientaram a população sobre como tratar o vírus a partir de informações que não tinham base científica comprovada. Guenther e Mello (2021, p. 5) ressaltam que “a ausência de informação por parte das autoridades oficiais brasileiras tornou o trabalho de divulgação dos cientistas indispensável para suprir a população de um mínimo de informação e, principalmente, combater a enxurrada de *fake News* propagadas incessantemente nas redes sociais”.

Nesse cenário de conflito de informações sobre a COVID-19, durante a pandemia e por conta do isolamento social, as pessoas passaram a usar mais as

redes sociais e consumir os conteúdos dos meios de comunicação para se manterem atualizadas sobre o vírus, recebendo e compartilhando informações deliberadamente.

Garcia e Duarte (2020) enfatizam que na pandemia em meio a quantidade de informações disponíveis as pessoas encontram dificuldades para diferenciar os conteúdos verdadeiros, e que esse aspecto pode afetar profissionais que estão na linha de frente do combate ao vírus da COVID-19, tendo em vista que nem todos dispõem de tempo suficiente para checar o conteúdo recebido.

2.2 As redes sociais como vetores da desinformação

O ambiente virtual possibilitou grandes mudanças, tanto no fazer jornalístico, como no comportamento das pessoas diante das informações. A partir da internet, o uso das redes sociais possibilitou múltiplas facilidades, entre elas, o fato de ser provedor de notícias, assim, essa função deixou de ser exclusividade dos meios de comunicação. Conforme Recuero (2009), a Internet permitiu mecanismos no qual as pessoas podem se comunicar, socializar e interagir com outros internautas.

Tal fato colabora para que qualquer indivíduo produza conteúdo nas mídias sociais, afetando diretamente a produção jornalística, assim como, a credibilidade da informação. Nesse sentido, as redes sociais têm como característica a interatividade com os seus outros usuários, proporcionando respostas imediatas em tempo real ao que é publicado. Desse modo, Teixeira (2017) relaciona que o ciberespaço e o uso das tecnologias móveis modificaram os processos e a rotina do jornalismo, além de alterar a qualidade do produto apresentado ao público. A partir dos novos limites e possibilidades do jornalismo contemporâneo, tornou-se necessário um caminho de inovação e redefinição dos produtos dos meios de comunicação.

Palácios et al. (2015) enfatizam que essa inovação pelas mídias digitais não implica em rupturas bruscas ou desconstruídas. De fato, podemos perceber mudanças não só no jornalismo, mas em todo o contexto social, a partir da criação da internet em 1969. Essas revoluções desenvolveram uma sociedade que atualmente não se vê sem o uso das tecnologias. No jornalismo não é diferente, afinal, a internet tornou-se fundamental para a propagação de conteúdo. Sobre o assunto, Luciana Mielniczuk (2003, p. 21) expõe que:

O jornalismo desenvolvido para a web não é um fenômeno concluído, e, sim, em constituição e, mesmo com menos de uma década de história, vem apresentando transformações significativas. Por um lado, por causa dos avanços tecnológicos pelos quais a própria web tem passado, por outro, devido às descobertas de possibilidades oferecidas pela web para a prática do jornalismo.

A partir das redes sociais na internet, o processo de seleção de notícias passou a envolver outros mecanismos e preocupações, tanto pela rapidez, como pela forma que as mensagens se propagam nesse meio. De maneira que, a transmissão e o compartilhamento imediato de uma mensagem seguem a lógica de uma nova era que integra protagonistas diferentes, além de abranger dimensões que frequentemente se descontextualizam (Silva, 2019).

A autora ainda enfatiza que “no atual cenário assinala-se que a própria produção de *fake News* se refugia em páginas com designações semelhantes a jornais de referência, dificultando à maioria da população a identificação e distinção” (Silva, 2019, p. 3). Partindo desse ponto, Teixeira e Martins (2021) correlacionam que a internet não tem sido palco apenas de conteúdos propositivos, mas que, desde de 2010 é possível perceber o processo de desinformação nas mídias digitais desenvolvida e estruturada.

Para Costa (2018, p. 26) “hoje, qualquer pessoa que tem acesso à internet pode disseminar informações e mobilizar outros internautas. Tal facilidade provocou consequências que preocupam não só a veracidade das informações, mas a intenção do falso discurso para transformar a opinião pública”.

Gruszynski et al. (2020) explica que as transformações das tecnologias de mídia despertaram muitas incertezas, principalmente na camada exponencial do fluxo informativo, bem como, no impacto que diferentes pontos de vista poderiam gerar nas redes sociais, sobretudo no compartilhamento de *fake News*. E mesmo que este não seja um fenômeno novo na internet, as plataformas de mídias sociais tendem a ser propícias a esse tipo de conteúdo, pois funcionam como aceleradores e propagadores das notícias falsas através do engajamento e da ampla possibilidade dos conteúdos alcançarem muitas pessoas ao mesmo tempo.

Portanto, partimos de um princípio no qual o que os usuários fazem na internet não está determinado pela tecnologia em si, senão por valores, crenças, influências interindividuais e lógicas de imitação e repetição de comportamentos que dão forma a uma cultura particular, dentro de determinadas condições econômicas, políticas, sociais e institucionais (Santini; Calvi, 2013, p. 165).

No Brasil, uma pesquisa desenvolvida pelo Data Senado¹¹ (2019) apontou que 79% das pessoas que vivem no país e se utilizam da internet, têm o WhatsApp como a principal fonte de informação. Limaye et al. (2020) assegura que é possível notar com mais frequência que os usuários na internet confiam em sujeitos próximos e, além disso, apoiam a produção e compartilhamento de informações como fontes credíveis.

Nessa perspectiva, quanto mais uma informação é repassada adiante, maior é a probabilidade de legitimá-la como verdadeira. Durante o período da pandemia da COVID-19, os indivíduos recorreram consideravelmente a esse método tendo o objetivo de busca por orientações, especialmente de assuntos relacionados à saúde (Limaye et al., 2020).

Os mercadores da desinformação se apropriam das possibilidades oferecidas pelas tecnologias móveis com o intuito que suas narrativas alcancem de forma rápida, o maior número de pessoas possíveis e com o auxílio dos algoritmos conseguem não apenas direcionar conteúdo aos usuários, mas também, conhecer seus gostos pessoais, possibilitando que os materiais disseminados tenham mais chances de influenciar o público.

Conforme Santini (2022) os *bots* recolhem dados dos usuários, cada vez que, acessam a internet de seus computadores, *smartphones* ou *tablets*, esses dados revelam seus desejos, comportamentos e interesses pessoais, conforme as informações são coletadas os anunciantes aprimoram os seus conteúdos para o público ser atingido em tempo real. Nesse contexto, o cenário digital permite com que, o mesmo conteúdo desinformativo seja transmitido simultaneamente em diferentes canais na internet, ademais possibilita a alteração do material publicado conforme os fatos acontecem e conforme a reação do público (Santini, 2022).

Nas redes sociais, o mercado da desinformação se propaga sem que haja controle ou punição para os prejuízos causados por suas narrativas. Pelo contrário, as plataformas digitais possibilitam meios para a desinformação circular livremente e atingir seus objetivos. Com mais frequência, a filtragem dos algoritmos direciona apenas conteúdos segmentados com o gosto de cada sujeito, inviabilizando com que assuntos contrários cheguem até os usuários. A lucratividade, a partir da

¹¹ Ver mais em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/ouvidoria/dados/pesquisa-nov-2019-relatorio-completo>.

desinformação, possibilita com que o fenômeno tenha ainda mais potência em todo o mundo. Rêgo (2021) complementa que o grande potencial de circulação é o que faz a desinformação ser altamente lucrativa e até mesmo o próprio jornalismo pode cometer a desinformação. No mesmo sentido, Santini (2022) esclarece que:

As motivações para desinformar podem ser políticas, financeiras ou uma combinação de ambas. Entretanto, cabe chamar atenção que a motivação financeira é um ponto fundamental: não só porque explica a dinâmica do mercado lícito e ilícito pelo qual a desinformação circula e do qual se beneficia, mas porque explica como seu modelo de financiamento viabiliza campanhas políticas, ideológicas ou de concorrência desleal com custo baixo, ou quase nulo. Portanto, é a indústria da publicidade online, chamada de ad-tech (“anúncios digitais” em tradução livre), que tem viabilizado economicamente a desinformação no mundo (Santini, 2022, p. 355).

Fullerton (2021) assinala para um aumento de 61% na interação nas redes sociais desde a primeira onda de COVID-19 em 2020. Neste cenário, as tecnologias móveis foram importantes durante a pandemia do Coronavírus para manter a comunicação entre as pessoas, tendo em vista que, a maioria da sociedade por decisão dos órgãos de saúde e do governo precisaram manter-se isoladas em seus lares para desacelerar a propagação da doença, na tentativa de evitar a superlotação dos hospitais e diminuir o número de óbitos causados pela gravidade da síndrome respiratória aguda.

No entanto, enquanto os principais órgãos de saúde de todo o mundo buscavam formas de conter o vírus, o mercado da desinformação atuava para disseminar ainda mais suas narrativas, e encontrou na crise sanitária do Coronavírus uma oportunidade de lucro. Visto que, a fragilidade das pessoas diante de um cenário desconhecido e ameaçador para a vida humana, colaborou para aceitação do conteúdo desinformativo disseminado sobre a pandemia, especialmente, quando se tratava das curas milagrosas e de tratamentos precoces. Para Rocha (2023, p. 23) “precisamos começar a compreender que *fake News* é uma indústria. É produção em massa e é fonte de monetização. Para as plataformas, conteúdo radicalizador, agressivo e virulento vende mais que conteúdo didático ou sereno”.

2.3 A receptividade da desinformação

A desinformação se estrutura especificamente para confundir a sociedade do que é real, ou falso. Dessa maneira, as narrativas enganosas buscam influenciar as

tomadas de decisões e fazem com que alguns indivíduos acreditem em um cenário distorcido do que se condiz com a realidade. Essas questões ganham ainda mais proporção no ambiente digital mediado pela tecnologia, no qual, as redes sociais na Internet e aplicativos de mensagens possuem inúmeros adeptos e amplo alcance de propagação.

Nesse sentido, a segmentação aliada aos algoritmos permite com que os usuários permaneçam em suas “bolhas” e que, na maioria das vezes, recebam apenas conteúdos que vão de encontro às suas opiniões. Narciso e Costa (2021) sinalizam que a desinformação pode ser disseminada por campanhas altamente elaboradas que utilizam robôs para se propagarem, como também, por indivíduos isolados que não verificam a informação antes de compartilhá-la. Além disso, os próprios jornalistas podem causar a desinformação, ao não verificarem os fatos corretamente devido à pressão em publicar em rede e receber engajamento do público.

Paralelo a essas conjunturas, os sujeitos estão inseridos em um ambiente que potencializa tais aspectos e contribui para as narrativas falsas possuírem ainda mais alcances sem serem contestadas. A Internet e a rapidez com que as informações são depositadas em rede desencadeia, no que já pontuamos anteriormente, como desordem desinformacional.

Com isso, o comportamento das pessoas diante de uma informação ou conteúdo mudou, as notícias na maioria são lidas superficialmente, e em algumas situações os leitores sentem-se informados apenas ao ler o título de uma informação. As imagens, memes e vídeos compõem essa análise superficial dada pelos usuários, especialmente nas redes sociais.

A partir desse comportamento, a desinformação se utiliza de narrativas que objetivam acionar emoções, que vão desde uma indignação superficial com o fato, a questões que ativam o ódio nas pessoas. Nesse contexto, os leitores se deixam levar pelos aspectos emocionais, não questionando, ou, buscando outras fontes de informações, e com isso tendem a repassar os conteúdos fraudulentos adiante.

Para os autores Narciso e Costa (2021), as redes sociais possuem interesses comerciais, e para alcançar seus objetivos econômicos são desenvolvidos algoritmos que possibilitam reconhecer e direcionar aos usuários conteúdos que provavelmente podem ser compartilhados por eles. Além disso, é possível conhecer não apenas os gostos pessoais e padrões de comportamento de cada internauta, mas também, identificar as dependências emocionais e as vulnerabilidades cognitivas.

Nessa perspectiva, o jornalismo é uma das alternativas para atenuar a disseminação da desinformação, no entanto, a instituição perpassa por uma crise na sua credibilidade. De tal modo que, a confiança nas suas informações caiu drasticamente, conforme o relatório do *Digital News Report*¹² (2023), no Brasil, apenas 43% das pessoas confiam nas notícias jornalísticas veiculadas no país.

Com isso, a crise do jornalismo pode ser apontada sobre vários aspectos, os abordaremos mais amplamente nos próximos capítulos. Desse modo, podemos citar o reflexo da estruturação do seu modelo de negócio, a percepção do público em relação a “imparcialidade” dos veículos de comunicação e as estratégias para o consumo de notícias paralelo com a publicidade, a qual visa influenciar e obter lucro, como umas das questões contribuintes para o enfraquecimento da instituição.

Além disso, a desinformação agrava tal cenário, visto que, as narrativas falsas atacam a credibilidade jornalística e confundem os leitores. Shu et al. (2020) consideram que mesmo em um contexto de verificação dos fatos, os sujeitos ainda, sim podem ser influenciados pela desinformação, logo, a proximidade e a repetição dos conteúdos fraudulentos contribuem para potencializar a credibilidade das suas narrativas.

A instabilidade da credibilidade no jornalismo torna a sociedade mais vulnerável e propícia ao consumo da desinformação. Dessa maneira, existe uma polarização política, social, econômica, científica, de gênero, raça e crenças. Cinelli et al. (2020) enfatiza que a polarização entre os usuários contribui para a desinformação ser disseminada mais facilmente.

Diante dessa polarização, o diálogo entre os sujeitos tem se tornado tênue, isso porque, algumas pessoas possuem pontos de vista irreversíveis e mesmo com todas as evidências, não confiam nas informações recebidas. Neste contexto, indivíduos com visões de mundo semelhantes se agrupam e paralelamente confrontam outros grupos que pensam sobre outra perspectiva, de modo que disputam a hegemonia da verdade.

O mercado da desinformação utiliza estratégias que visam manipular a realidade dos acontecimentos, mesclando fatos verdadeiros com falsos, para credibilizar suas narrativas, além disso, se forjam em estruturas do jornalismo e

¹² Leia mais em: https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2023-06/Digital_News_Report_2023.pdf.

entidades renomadas para distorcer parte das informações e confundir a sociedade. Por isso, nem sempre as pessoas que têm contato com um conteúdo fraudulento conseguem distinguir o que é real, em uma informação recebida. Os conteúdos desinformativos despertam a atenção do público a partir de títulos, vídeos, imagens e áudios que carregam uma mensagem atrativa que provocam nos sujeitos a urgência em ver e repassar adiante o material recebido.

Diante dessa conjuntura, além da forma como a desinformação aborda suas narrativas para atrair a atenção das pessoas, existe uma receptividade por parte do público que pode ser compreendida a partir do acionamento das emoções ao se depararem com um material desinformativo. Assim como, o que cada indivíduo determina eleger como verdadeiro, tendo como base o seu entendimento de mundo e suas relações pessoais ao longo do tempo.

Outros fatores para acreditar na desinformação possui correlação com a capacidade de avaliar as informações, seja cognitivamente, ou pela pressa em ler e repassar o conteúdo adiante. Sendo assim, a desinformação em alguns casos também não é contestada, pois a relação de proximidade entre as pessoas ou de afinidade com outros grupos e sujeitos que possuem notoriedade no meio social como políticos, celebridades, religiosos, pessoas influentes que compartilham ou disseminam informações falsas fazendo parte desse elo de confiança, contribui para as narrativas fraudulentas serem aceitas mais facilmente.

Alguns fatores psicológicos também podem explicar a receptividade da desinformação pela sociedade. Shu et al. (2020, p. 10) explicam, tendo como base os estudos dos psicólogos DiFonzo e Bordia (2007),¹³ em que existem cinco fatores emocionais que podem influenciar a credibilização das narrativas fraudulentas.

O primeiro trata sobre a incerteza, no qual a desinformação se potencializa em situações incertas onde o acontecimento ainda não foi esclarecido, como em cenários políticos ou de catástrofes. O segundo fator corresponde à *ansiedade*, o qual a pressão emocional aciona pânico a um indivíduo ao se deparar com determinados contextos e propicia o compartilhamento de conteúdo não comprovado (Shu et al., 2020).

O terceiro se relaciona com a importância ou relevância do resultado, visto que as pessoas buscam a redução da incerteza e compartilham determinado conteúdo

¹³ Veja mais em: <https://wires.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/widm.1385>.

apenas, quando algo é relevante na sua perspectiva de mundo. Já o quarto fator que influencia para uma narrativa falsa ser credibilizada, se refere a falta de controle. Nesse caso, como pontuam os autores, a desinformação está correlacionada ao enfrentamento de situações incertas e de difícil domínio. O quinto e último, trata sobre as *crenças*, em que os autores relacionam a sujeitos que acreditam em informações que confirmam seus pensamentos preexistentes e também ao entendimento que possuem do mundo com base nas suas relações pessoais (Shu et al., 2020).

Assim, a pandemia da COVID-19 se correlaciona com esse percurso de fatores psicológicos abordado por Shu et al. (2020), isso porque, diante da crise sanitária global, várias emoções foram acionadas na sociedade, como medo, insegurança, incerteza, preocupação, entre outros. Tais aspectos emocionais contribuíram para que as narrativas desinformacionais se sobressaíssem e fossem credibilizadas diante da falta de conhecimento da doença, possibilitando com que a ciência, as instituições de saúde e o jornalismo fossem desqualificados como fonte de informação segura.

Acrescenta-se que, ambos os órgãos tiveram um trabalho duplicado, tendo que, ao mesmo tempo, buscar formas para sanar a propagação do vírus e, em contrapartida, repassar orientações a sociedade que pudessem de fato colaborar para salvar vidas e desmentir os boatos em torno do vírus da COVID-19.

Vale salientar, que a desinformação em um período como a pandemia do Coronavírus, trouxe prejuízos não apenas na influência no uso de tratamentos precoces, ou dúvidas sobre as medidas preventivas e o desenvolvimento dos imunizantes, mas sobretudo contribuiu para que a doença se propagasse e conseqüentemente que o número de óbitos aumentasse. Apontamos ainda que a desinformação sobre os elementos políticos e econômicos também acionam emoções psicológicas, logo, a desinformação sobre esses temas pode ser usada para influenciar e mudar cenários na sociedade.

Rocha (2023) sinaliza para uma dissonância cognitiva coletiva entre os sujeitos que legitimam e compartilham desinformação, provocando uma desconexão com os fatos que leva as pessoas a acreditarem em uma realidade paralela, nas palavras do pesquisador “a dissonância cognitiva é própria da condição humana. Nós evitamos informações que contrariam nossas crenças e procuramos informações que reforçam” (Rocha, 2023, p. 19). Sobre isso, Pilati (2018) complementa ao pontuar que:

[...] nas últimas décadas, a consolidação das ciências cognitivas deu uma nova perspectiva para entender como conhecemos o mundo. As pesquisas sobre o funcionamento do cérebro e da mente já nos permitem compreender como construímos e mantemos crenças que deem sentido à vida e ao que nos rodeia, necessidade inerente à espécie humana. Podemos entender que as limitações mentais nos levam, facilmente, a acreditar em explicações que se distanciam da realidade. Mesmo assim, teimamos em acreditar. Não porque existam evidências de que a explicação seja boa, mas porque queremos acreditar (Pilati, 2018, p. 9).

Podemos compreender essa dissonância cognitiva social explicada por Rocha (2023) a partir do baixo nível de conhecimento sobre determinado assunto ou quando os sujeitos não possuem entendimento total de um fato, desse modo, analisam as informações apenas com base no seu entendimento superficial.

O psicólogo e pesquisador Ronaldo Pilati (2022) assinala para essas questões a partir do que compreende como balanço cognitivo, ele explica que as pessoas acionam elementos psicológicos de modo que determinam os conteúdos que desejam, ou não, confiar e que também determinam a sua permanência em um diálogo. Nesse sentido, caso não gostem de um determinado assunto, as pessoas ficam propícias a qualificar como falso, em contrapartida, se o acontecimento vai de encontro às narrativas que lhe agradam, tendem a defini-los como verdadeiros.

Nesse aspecto, cabe ressaltar que o processo de credibilizar¹⁴ ou descredibilizar uma narrativa está na forma como ela é apresentada, ou seja, na maneira como a história é elaborada e emitida, e não na forma como é recebida pelos indivíduos. Como explicam Belda e Santos (2017, p. 4) a credibilidade e os níveis de confiança que as pessoas obtêm em relação aos acontecimentos e assuntos possuem componentes objetivos e subjetivos. Pois, “enquanto a confiança consiste em um estado psicológico do receptor e em suas convicções, a credibilidade é uma relação que se estabelece com base tanto no emissor e no receptor, quanto na qualidade de seu discurso”. Neste caso, a credibilidade de uma narrativa é determinada na constante negociação de sentidos e significados entre emissor e receptor.

Em síntese, credibilizar uma informação ou uma desinformação pode estar diretamente ligado com os aspectos pessoais, experiências de vida, assim como a tradição, e a construção histórica do meio em que vivemos. Nesse sentido, as narrativas desinformacionais se utilizam de elementos diferentes, de maneira que

¹⁴ Entendemos que essa noção é complexa, mas para o escopo dessa dissertação não avançaremos além das discussões dos autores (Belda; Santos, 2017; Miguel, 1999; Lisboa; Benetti, 2015), que utilizamos para o embasamento dessa questão nos capítulos seguintes.

acionam na sociedade sentimentos bons ou ruins, e evocam nos indivíduos emoções e opiniões que vão de encontro, ou não, a suas crenças, levando a credibilizar uma informação consoante a sua experiência de vida. Pilati (2018) acrescenta que diante de um acontecimento as pessoas são afetadas pelo sistema de crenças, de modo que, tais crenças funcionam como um viés de confirmação para justificar suas escolhas, mesmo que sejam errôneas.

No que concerne à pandemia, ao tempo em que a crise do Coronavírus se espalhava pelo mundo e causava insegurança de como seria o decorrer da doença e a gravidade. A desinformação buscava relações com outros fatos do passado objetivando distorcer as narrativas, se utilizando de teorias conspiratórias e falsas promessas de cura, como também, de outros acontecimentos epidemiológicos, como a Gripe Espanhola dos anos de 1918, com o intuito de gerar afetos na sociedade, contribuindo de maneira que o período provoca-se ainda mais incertezas.

O conteúdo fraudulento se espalha de forma rápida, pois como explica o pesquisador Castelfranchi (2022) a desinformação aciona sentimentos que deixam as pessoas em estado de alerta e por isso compartilham o material desinformativo visando avisar a quem está próximo sobre os riscos que estão sujeitos. Com isso, receitas caseiras de chás, gargarejo com vinagre e sal, remédios para verme e Kit Covid fizeram parte das narrativas falsas sobre como prevenir ou tratar o Coronavírus.

Conforme o editorial da revista científica *Lancet Infectious Diseases*¹⁵, publicado em agosto de 2020, a desinformação confunde seus interlocutores ao misturar conteúdos falsos com informações legítimas. Consequentemente, as teorias conspiratórias são aceitas, em virtude de possibilitarem uma explicação diante dos cenários de incerteza e ansiedade. Segundo o que aponta a revista, grande parte dessas teorias incorporam resquícios de verdade, e sobretudo, disseminam mensagens carregadas de emoções e valores essenciais na sociedade, de forma que acionam mentalmente sinais que legitimam a fonte como confiável.

Outro estudo produzido em 2020, pelo Centro de Controle e Prevenção de Doenças¹⁶ (CDC), dos Estados Unidos, explica que cada pessoa interpreta as informações de maneira diferente, e em momentos de inseguranças como tragédias ou crises sociais, desenvolvem um raciocínio básico diante de um assunto. Isso

¹⁵ Leia em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)31678-0/fulltext..](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)31678-0/fulltext..)

¹⁶ Ver em: https://emergency.cdc.gov/cerc/ppt/CERC_Psychology_of_a_Crisis.pdf.

porque, são expostas a um intenso nível de estresse e sobrecarga de informações, por isso, não ouvem, compreendem e interpretam a mensagem corretamente, confiando apenas em seus hábitos e na opinião de outras pessoas próximas ou influentes.

2.4 Desinformação e a relação com os regimes de verdade

Para adentrarmos nos conceitos de verdade, começaremos primeiro a relacionar o poder como um dos fatores para o detrimento das relações sociais. Sendo assim, as relações de poder e os regimes de verdade possuem ligação com o cenário desinformativo, além disso, existe uma segmentação com a própria visão de mundo de cada usuário, ou seja, as concepções e encontro de valores sobre a verdade são determinantes para as pessoas credibilizarem, ou não, uma informação. Nessa perspectiva, Rêgo (2021) ressalta que as estruturas de poder, econômicas e políticas, estabelecem estratégias e distrações que possuem potencial duplamente lucrativo.

Conforme destaca Brígido (2013) mediante Foucault, o poder se estabelece a partir de uma relação de força e estar presente em todas as partes da sociedade, de modo que envolve todos os grupos e indivíduos. Ou melhor, o poder não se estabelece apenas em um lugar específico, mas está presente em todos os âmbitos sociais, espaços e sujeitos. Por meio dos seus processos, o poder controla e disciplina as pessoas operando como uma força. Nas palavras de Foucault (2004, p. 175), “o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação; o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força”.

Nesse aspecto, as relações de poder estão presentes em diversos âmbitos sociais, desde órgãos que coordenam a sociedade, impondo as normas e condutas que devem ser seguidas pelo coletivo, como também, nas relações de pessoa para pessoa, dependendo da sua posição social. Foucault (2010) ainda explica que o poder sempre estará presente na sociedade, mas que tais relações em dado momento podem ser contornadas. Sendo assim, o poder não se detém, mas se exerce sobre outro poder, e a partir de suas relações um dos lados será o dominante ou dominado. Logo, o poder possui múltiplas formas, em algumas situações são reajustados ou reforçados, assim como, transformados diante das estratégias globais e atrelados a partir de inúmeros fenômenos.

É preciso não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder, não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (Foucault, 2004, p. 193).

Foucault (2010, p. 232), relaciona que “as relações de poder suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem a possibilidade a uma resistência, e é porque há possibilidade de resistência e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força, tanto mais astúcia quanto maior for a resistência”. O filósofo aborda que é preciso considerar um fato primário de dominação baseado em uma estrutura binária de dois lados, um “dominantes” e no outro, “dominados”.

Sobretudo pensar no sentido de uma produção multiforme de relações de dominação, as quais são relativamente integráveis a estratégias de conjunto, considerando que as relações de poder são úteis. Entretanto, tal fato não se configura por estar ligada ao interesse econômico, e sim, porque também pode ser aplicada em diversas estratégias, em que não existem relações de poder sem que se tenha resistências. Portanto, ambos se correlacionam, sendo múltiplos e integráveis às estratégias que o poder também é coextensivo ao corpo social. Foucault (2010) define em outras quatro instâncias de poder, sendo elas:

[1] A multiplicidade de relações de força imanente à esfera na qual operam e que constitui a sua própria organização, como [2] o processo que, através de lutas e confrontos incessantes, as transforma, fortalece ou reverte; como [3] o apoio que essas relações de força encontram umas nas outras, formando assim uma cadeia ou um sistema ou, pelo contrário, as disjunções e contradições que as isolam umas das outras; e, por último, como [4] as estratégias nas quais surtem efeito, cuja concepção geral ou cristalização institucional está incorporada no aparato estatal, na formulação da lei, nas várias hegemonias sociais (Foucault, 1999, p. 92–93).

Diante da potência das desinformações e do mercado que produz tais conteúdos fraudulentos, sobretudo acerca do desejo de lucrar com a sua disseminação, as grandes plataformas exercem na sociedade seu *status* de poder.

De maneira que prendem a atenção do público e direcionam o conteúdo a depender do interesse mercadológico, visando influenciar as pessoas e obter vantagens financeiras.

Nesse contexto, as relações de poder são evidenciadas mediante personalidades políticas, pessoas públicas influentes, que de alguma forma podem propagar desinformação, seja intencionalmente, ou porque realmente possuem uma visão deturpada do mundo. Santin e Pra (2022) apontam que a maioria das pessoas na sociedade não possui senso crítico o suficiente para avaliar se as informações recebidas são reais e, outros sujeitos, que possuem mais conhecimento, poder e habilidade, podem se tornar influentes e manipular as informações.

Foucault (2010) assinala que a verdade possui ligação direta ao sistema de poder, de forma que o sustenta. Correlacionando com as relações de poder, a verdade se estabelece diante do cenário de dominação, sendo incontestável em algumas situações. Nesse sentido, cada sociedade como também os indivíduos estruturam o que entendem como verdadeiro, assim, quem acredita em uma desinformação mesmo que, não existam evidências sobre os fatos, se ampara no que acreditam e nos regimes que estabelecem como verdadeiro.

Segundo Foucault (2008) cada sociedade estabelece seu regime de verdade e, nesse sentido, também determinam as questões que desejam ter como verdadeiras, além disso, definem os mecanismos que possibilitam distinguir os fatos verdadeiros, dos falsos. Para isso, há inúmeros regimes de verdade estabelecidos pela sociedade que regem a posição de mundo de forma coletiva e individual.

Há um regime da loucura que é ao mesmo tempo, regime de verdade, regime jurídico, regime político. Há um regime da doença. Há um regime da delinquência. Há um regime da sexualidade. E é nesse equívoco ou nessa articulação, que a palavra regime tenta penetrar, que eu gostaria de apreender a articulação entre o que, tradicionalmente, chamamos de o político e o epistemológico. O regime de saber é o ponto em que se articula um regime político de obrigações e de constrangências e esse regime particular de obrigações e constrangências que é o regime de verdade (Foucault, 2014, p. 93).

Destacaremos neste capítulo, o regime científico de verdade, o qual correlaciona com o tema da pesquisa e tem como base, a evidência dos fatos em que trabalham o jornalismo e a ciência. Desta forma, optamos por ressaltar esse regime, tendo em vista a importância no âmbito social e principalmente diante da pandemia da COVID-19, pois a ciência foi indispensável para o controle do vírus, como também,

para a diminuição dos casos graves, sobretudo na redução dos milhões de mortes em todo o mundo. Em contraponto, as narrativas desinformativas se forjaram no regime científico, utilizando a *Fake Science* para atender seus interesses mercadológicos e influenciar a sociedade por meio de conteúdos imagéticos que distorcem a realidade dos acontecimentos.

Foucault (2014) compara a ciência como uma família de jogos de verdade e que todos os membros obedecem ao mesmo regime, mesmo que não sigam a mesma gramática. O poder do regime científico, de verdade, está organizado de forma que haja a constrangência e que, especificamente, seja assegurada pelo próprio verdadeiro. A ciência produz conhecimento a partir do desenvolvimento de estudos que visam buscar soluções para a sociedade ou explicar acontecimentos do mundo, além disso, a ciência procura por evidências para os fatos puderem ser comprovados, ou não.

Nesse viés, o conhecimento científico estabeleceu sua credibilidade ao longo dos anos, pois, através de suas pesquisas foi possível avançar no campo da medicina com a cura e erradicação de doenças por meio do desenvolvimento de medicamentos e vacinas, além de vários outros avanços, que possibilitam com que a sociedade tenha qualidade de vida. Na pandemia, a ciência foi responsável pela criação dos imunizantes, os quais permitiram o retorno das pessoas para as suas atividades cotidianas sem o risco de que o vírus causasse a sua morte. A partir desse contexto, cabe lembrar que mais dois regimes se correlacionam com o científico, são eles o da lógica e o cartesiano:

A lógica é um jogo em que todo o efeito do verdadeiro será o de constranger toda pessoa que joga o jogo e que segue o procedimento regulatório a reconhecê-la como verdadeira. Podemos dizer que, no caso da lógica, temos um regime de verdade em que o fato de ser um regime desaparece, ou em todo o caso não aparece, porque é um regime de verdade em que a demonstração como autoindexação do verdadeiro é aceita como tendo um poder absoluto de constrangência. A lógica, o regime de verdade e a autoindexação do verdadeiro ao identificados, de sorte que o regime de verdade não aparece como tal (Foucault, 2014, p. 89).

O regime cartesiano de verdade se baseia através da dedução e evidência dos fatos, além de está calcado no ceticismo, ou seja, na dúvida. Foi criado por René Descartes, um dos primeiros a propor um conhecimento filosófico seguro para as questões da sociedade. O filósofo elaborou um conjunto de regras, que visam chegar em um conhecimento verdadeiro, a primeira é da *evidência*, na qual é preciso estar

ciente em não reconhecer nenhum conhecimento como verdadeiro até que se possa ter certeza. O segundo, é a *análise* que visa dividir em partes as questões das quais deseja comprovar, já o terceiro se trata da *síntese* que consiste em começar a dissolução dos problemas menores para os maiores, e, por último, a *enumeração* das etapas seguidas para facilitar a conferência dos resultados encontrados (Santana, 2012).

Seguindo as questões tencionadas por Foucault, sobre os regimes de verdade, a desinformação se ampara em diversas questões para influenciar a sociedade a credibilizar as narrativas desinformacionais, disseminadas em diversos meios. Com isso, o indivíduo passa a acreditar na desinformação, tendo em vista que, diante de um determinado fato, ele passa a ser guiado segundo a sua razão, como acontece no regime cartesiano de verdade.

Em um cenário digital, tal fenômeno fica ainda mais complexo, a partir da mediação tecnológica pela internet, no qual os usuários se mantêm conectados e ativos, como detentores de suas próprias páginas para publicar e comentar livremente. De modo que, ficam à mercê dos regimes de poder gerenciados pelas grandes plataformas que se utilizam de mecanismos como os algoritmos para levar conteúdo que podem persuadir tais indivíduos, uma vez que, as narrativas vão de encontro às visões de mundo, opiniões e o que cada um tem estabelecido como verdade.

Durante a pandemia da COVID-19, vários regimes de verdade ecoaram em meio a insegurança causada pelo vírus, como os regimes relacionados à ciência, a medicina e a religião. Ao tempo em que os cientistas buscavam por maneiras de conter a disseminação da doença e encontrar uma forma segura de barrar as reações graves do vírus no corpo humano. A ciência também sofreu duros ataques desinformacionais, sobretudo da própria classe, que no lugar de seguir as recomendações dos órgãos oficiais de saúde, recomendava e receitava, sem nenhuma base comprovada, medicações e tratamentos precoces.

Esses indicativos iam contra os inúmeros estudos em desenvolvimento que diziam que era seguro para o enfrentamento da doença. Rêgo (2021, p. 52) explica que “a sociedade opta pela crença cega em situações e narrativas que comprovam suas experiências relacionais e atestam seus valores pessoais, e passam a ser coletivos, não por um processo de consciência de si, mas por identificação do gosto”. Nesse sentido, alguns líderes religiosos contestavam, sem evidência, para a

sociedade tratar o coronavírus como uma gripe comum, e recriminavam o uso de máscaras, isolamento social e se opuseram a tomar a vacina.

O ex-presidente da república, Jair Bolsonaro, também usufruía do seu poder para disseminar as suas crenças sem base científicas. Rêgo (2021) afirma que os regimes de verdade se chocam e causam a desinformação, dependendo do local em que estão situados. Contudo, tais questões apontadas contribuíram para a pandemia provocar mais impacto no Brasil.

Muitos desses regimes de verdade são utilizados para estabelecerem os próprios interesses mercadológicos, de quem dissemina desinformação intencionalmente, influenciando por meio de suas narrativas parte da sociedade através da desinformação. Desse modo, segmentando a visão de mundo e indo ao encontro de valores de cada pessoa, especialmente em um período propício para colocar em dúvidas muitas questões, como a pandemia da COVID-19.

2.5 Desinformação sobre vacina

Neste sub-capítulo, discutiremos sobre como a desinformação relacionada às vacinas faz parte de um mercado atuante, e age intencionalmente para obter lucro a partir da disseminação de suas narrativas e estratégias que visam influenciar a sociedade para aderir suas pautas. Conforme os dados do Center for Countering Digital Hate (CCDH), apontamos essas questões nas páginas 49 e 50. Desta forma, ressaltamos que não faz parte da nossa pesquisa investigar a lucratividade dos movimentos antivacina, porém, compreendemos que apresentar as questões sobre o assunto contribui para visualizarmos melhor os interesses desses movimentos que impactam a vida e a saúde das pessoas.

As vacinas atuam como uma importante controladora de doenças em todo o mundo, e através da cobertura vacinal muitas doenças infecciosas graves são controladas e erradicadas. Nesse sentido, os imunizantes reduzem consideravelmente o número de mortes, além de ser um método mais barato e eficaz para a saúde pública. No Brasil, por exemplo, doenças como a poliomielite, a varíola e o sarampo foram eliminadas do país, entretanto, em 2019, devido à recusa dos imunizantes, os casos de sarampo voltaram a contaminar a população brasileira.

Um fator considerável para a baixa procura e recusa dos imunizantes é a desinformação sobre as vacinas, que visa convencer a população, de que as vacinas

provocam malefícios ao organismo humano. No entanto, como aponta dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) “a vacinação é responsável por evitar cerca de 2,5 milhões de mortes anuais, número que poderia ser bem maior, com mais 1,5 milhão de vidas salvas, caso a cobertura vacinal fosse melhorada em todo o mundo” (FIOCRUZ, 2021).

Os primeiros registros dos movimentos antivacinas foram relatados no século XIX, na Inglaterra, a partir do desenvolvimento da vacina contra a varíola pelo médico britânico Edward Jenner. O *Compulsory Vaccination Act* despertou a ira da classe média alta, ao tornar obrigatória a vacinação para as crianças menores de 14 anos, devido ao novo surto epidemiológico da varíola. Dessa maneira, a obrigatoriedade vacinal determina que caso os pais ou responsáveis não cumpram a determinação do governo da época poderiam ser multados, e até mesmo presos. Por isso, a imunização compulsória mobilizou milhares de pessoas contrárias à vacinação, que exigiam outras medidas de contenção para a doença, além da liberdade de escolha em tomar, ou não, a vacina.

Segundo Erman (2022), em 1866 foi fundada em Londres a primeira Liga Antivacinação pelo homeopata e adepto da pseudociência Richard Gibbs. Anos depois, em 1870, a iniciativa de Gibbs, reunia mais de 10 mil membros e inúmeros simpatizantes, em cerca de 100 filiais da liga. Os líderes antivacinas consideravam a prática desenvolvida por Jenner duvidosa, de modo que incitavam medo em outros indivíduos por meio de argumentos conspiratórios, sugerindo que a vacina contra a varíola era ineficaz, podendo causar mutações genéticas e até mesmo morte.

Ainda de acordo com Erman (2022) essa ação deliberada antivacina sobre o imunizante da Varíola, não se tratava apenas de uma questão ideológica, ou de desconfiança, sobre os efeitos colaterais da vacina, mas também refletia um interesse mercadológico e perda de receita dos médicos que tratavam a doença a partir da inoculação¹⁷ e lucravam com essa prática, como os líderes anti-vacinas Benjamin Moseley e William Rowley. A partir do avanço da vacinação e posteriormente do desenvolvimento de outros imunizantes, ao longo dos séculos XIX e XX, para combater doenças como tétano, febre-amarela, difteria, tuberculose, coqueluche, etc. os movimentos anti-vacinas continuam disseminando-se e capturando mais adeptos.

¹⁷ Prática de contaminar pessoas saudáveis com secreção da varíola causando uma leve infecção. Após a cura da doença o próprio corpo tende a desenvolver resposta imunológica há um próximo contágio.

No Brasil, os primeiros registros antivacina aconteceram em 1904, através da Revolta da Vacina, um levante popular realizado no Rio de Janeiro, que contrariava as ações do Governo da época que tornava obrigatória a vacinação para combater a varíola, peste bubônica e a febre-amarela. Gomes et al. (2021, p. 35) apontam que a manifestação popular naquele tempo foi provocada por “boatos, alaridos e discursos oposicionistas, as quais alimentaram a crença na dizimação das populações mais pobres, advogando pela liberdade individual frente à vacina obrigatória”.

Conforme Abi-Ramia e Sandova (2011), o Rio de Janeiro possuía condições insalubres, especialmente, para os mais pobres que viviam às margens da sociedade. Nesse cenário, a falta de saneamento básico e de agentes que pudessem criar medidas para sanar o problema contribuíram na proliferação de epidemias e outras doenças. Desde 1837, a vacina contra a Varíola era obrigatória para crianças e, em 1846, os adultos passaram a fazer parte da obrigatoriedade vacinal, no entanto, essas medidas não foram completamente instituídas, pois as indústrias farmacêuticas não conseguiam produzir o imunizante em larga escala.

Sevcenko (1993) explica que alguns fatores foram determinantes para culminar na Revolta da Vacina, como as mudanças no cenário brasileiro para acompanhar as transformações da Segunda Revolução Industrial e atrair investidores para o Rio de Janeiro, Capital da República recentemente instalada nesse período. Nesse sentido, para superar esses obstáculos e alcançar uma sociedade moderna, o presidente Rodrigues Alves e o prefeito Francisco Pereira Passos determinaram medidas sanitárias que visavam invadir e fiscalizar as residências, podendo, em casos extremos, demolir as casas.

O sanitarista Oswaldo Cruz foi o responsável por coordenar a campanha de vacinação contra a Varíola, na época, o médico ocupava o cargo de Diretor Geral de Saúde Pública e possuía autorização para realizar a imunização de forma compulsória. Desse modo, a maneira arbitrária como foi imposta a vacinação e os discursos antivacinas, que relacionavam o imunizante a uma injeção de veneno, além de campanhas traumáticas anteriores como a da febre-amarela, fortaleceram a resistência da população (Shimizu, 2018). Para Sevcenko (1993), a falta de preparo psicológico e a insensibilidade política e tecnocracia foram determinantes para culminar na agitação popular entre aqueles que não se sentiam inseguros diante dessa violação de direitos.

Nesse contexto, a Liga contra a Vacina Obrigatória, durante a Revolta da Vacina, atuou de maneira significativa para potencializar a insegurança e a desconfiança dos indivíduos. Shimizu (2018, p. 89) sinaliza que “a Liga era presidida por políticos de oposição ao governo e membros das classes operárias, possuía claro viés político e significava naquele momento um centro de tomada de decisão e direcionamento de massa, com discursos inflamados que instigava a população a se insurgir”.

A aprovação da lei n.º 1.261 em 31 de outubro de 1904 e a instauração em 9 de novembro, resultou no estopim da rebelião popular da Revolta da Vacina. Além da vacinação compulsória, a lei exigia “comprovantes de vacinação contra a varíola para a realização de matrículas nas escolas, obtenção de empregos, autorização para viagens e certidões de casamentos. Ademais, a medida previa o pagamento de multas para quem resistisse à vacinação” (FIOCRUZ, 2022). O movimento teve fim dias depois após a suspensão da lei e a declaração de estado de sítio. Com isso, a guerrilha ocasionou 945 prisões, 110 feridos e 30 mortos, sendo um dos maiores acontecimentos históricos do Brasil contra a vacinação (Gomes et al., 2022).

Em 1980, mais de um século depois, em que a pandemia da Varíola provocava sérias consequências à saúde humana, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a erradicação do vírus. Apesar da vacinação possibilitar resultados positivos no controle das doenças, ao longo dos anos, a desinformação sobre as vacinas continuou presente no Ocidente. Contudo, os movimentos perderam força após a Guerra Fria, tendo em vista, as questões educacionais e os avanços científicos, assim como, a aceitação dos imunobiológicos pela sociedade. Nesse viés, os líderes antivacinas passaram a disseminar outros argumentos, concentrando os seus questionamentos sobre os riscos à saúde, ineficácia, além de expor as empresas farmacêuticas (Erman, 2022).

No ano de 1949, a Coqueluche foi uma das principais causas de morte de crianças de 1 a 5 anos. A partir do desenvolvimento do imunizante para combater a enfermidade, entre 1950 e 1960, cerca de 90% dos casos foram evitados, reduzindo a taxa de mortalidade infantil. Em 1974, um artigo relacionou a vacina da Coqueluche com problemas neurológicos de 36 crianças internadas no *Great Ormond Street Hospital*, em Londres. Com isso, desde a divulgação sobre o caso na mídia, nos anos seguintes, a imunização da doença caiu de 77% para 33%. Diante dessa repercussão,

algumas pessoas antivacinas afirmavam que desenvolver a doença seria mais seguro, do que tomar o imunizante.

Sete anos mais tarde, um estudo comprovou que os riscos neurológicos em vacinas da Coqueluche e Difteria, eram baixos e não apresentavam riscos à saúde infantil, sendo apenas 1 caso de complicações a cada 310 mil crianças vacinadas. Em 1998, outro grupo de cientistas comprovaram que territórios como a Polônia, Estados Unidos e Hungria, ao insistirem em manter a vacinação contra a Coqueluche, tiveram os níveis da doença de 10 a 100 vezes menor, do que, em outras regiões, que os movimentos antivacinas foram bem-sucedidos. Para tanto, o cenário de insegurança sobre a vacina provocou rejeições e a hesitação vacinal, em países como Suécia, Austrália, Japão, Reino Unido e Itália, ampliando desta forma o surto epidêmico da doença (Erman, 2022).

Em 1998, o médico Andrew Wakefield publicou um periódico na revista *The Lancet*, em que os estudos apontavam que a vacina MMR contra sarampo, caxumba e rubéola, teria exposição ao mercúrio e poderia causar autismo nas crianças. Tal especulação fortaleceu as narrativas dos movimentos antivacina, a partir da divulgação desse estudo forjado “cientificamente” para comprovar suas teorias conspiratórias contra as vacinas (Vasconcellos; Castiel, 2020).

O estudo de Wakefield avaliou 12 crianças em boas condições de saúde com desenvolvimento neurológico normal, mas que, chegaram à unidade de gastroenterologia pediátrica apresentando sintomas como diarreia e dor abdominal, “seguida de perda abrupta de habilidades adquiridas, como linguagem”. Os resultados do estudo apontaram que 8 das 12 crianças passaram a apresentar esses sintomas após a imunização com a vacina MMR, sendo que 9 desses casos tiveram o diagnóstico de autismo (Silva; Martins, 2020, p. 2).

A Internet e a globalização possibilitaram que o falso estudo de Wakefield obtivesse mais alcance, de modo que, a reação da sociedade inglesa foi imediata aos resultados do estudo, como também ao vídeo no qual o médico apresentava a então descoberta (Ernam, 2022, Silva; Martins, 2020). A pesquisa sobre o suposto risco de autismo pós-vacinal, impactou significativamente as taxas de vacinação com MMR que caíram drasticamente em diversos países, e mesmo depois duas décadas, a cobertura vacinal havia protegido apenas 32,9% da população entre 10 e 40 anos no Brasil (Vasconcellos; Castiel, 2020).

Richard Horton, diretor da *The Lancet* (2020), na época em que o estudo de Andrew Wakefield foi publicado na revista, desconfiou dos resultados da pesquisa e passou a investigar o caso. Em 2004, Horton apresentou a comunidade científica diversas fraudes presentes na pesquisa de Wakefield, entre elas adulterações de documentos do comitê de ética para a realização da pesquisa, mudanças no projeto inicial que não condiziam com o resultado do trabalho, além do recebimento de receita de 55 mil libras de um grupo de advogados que atuavam contra indústrias farmacêuticas. Richard Horton, conseguiu provar a falsidade do estudo, o que, conseqüentemente, resultou na retratação da pesquisa, bem como, na demissão de Wakefield e na suspensão do seu direito de exercer legalmente a medicina (Silva; Martins, 2020).

Nota-se que, tanto os movimentos antivacina, como a desinformação, emergem na sociedade desde a antiguidade, contrapondo os estudos científicos e colocando em risco a vida humana. E a partir das possibilidades ofertadas pela internet, as narrativas desinformacionais antivacina foram potencializadas pelo alcance das ferramentas digitais, em aplicativos de mensagens instantâneas, redes sociais, plataformas de vídeos, sites, entre outros mecanismos.

Conforme Vasconcellos e Castiel (2020, p. 6) “nas últimas décadas, as redes virtuais antivacinas seguiram ampliando seus espaços, influência e vítimas por conta do vigoroso impulso de vários aliados, entre eles, as celebridades que aderiram à causa em debates veiculados pelas mídias de massa”.

No Brasil, o ex-presidente Jair Bolsonaro, tornou-se um dos principais negacionistas científicos e disseminadores de desinformação. Durante a pandemia da COVID-19, o maior líder político do país tratou o vírus como uma “gripezinha” e defendeu tratamentos precoces a base de medicamentos comprovadamente ineficazes contra a doença em curso, como a Hidroxicloroquina. E com a chegada da vacina, travou uma disputa política com o governador de São Paulo, João Doria, acerca da eficácia e da distribuição dos imunizantes.

É importante salientar, que essa disputa ocorria enquanto os cientistas e o mundo comemoravam a segurança e a chegada das vacinas contra a COVID-19, por outro lado, Bolsonaro e a sua família fizeram questão de deixar claro que não tomariam o imunizante, por considerarem ineficaz. Além disso, o ex-presidente ainda sugeriu que as pessoas que tomassem a vacina poderiam virar “jacaré”, contribuindo para a hesitação vacinal da população brasileira.

Entramos em uma nova fase de combate político e intelectual, em que ortodoxias e instituições democráticas estão sendo abaladas em suas bases por uma onda de populismo ameaçador. A racionalidade está ameaçada pela emoção; a diversidade, pelo nativismo; a liberdade, por um movimento rumo à autocracia. Mais do que nunca, a prática da política é percebida como um jogo de soma de zero, em vez de uma disputa entre ideias. A ciência é tratada como suspeição e, às vezes, franco desprezo (D'Ancona, 2018, p. 11).

Desse modo, as narrativas antivacinas passaram a ter nova relevância com a chegada da internet. Tendo em vista, que no passado as visões contrárias à ciência eram limitadas, isoladas, e restritas a um pequeno grupo. Já nas redes sociais, mediadas pela Internet, esse tipo de narrativa conseguiu alcançar um número maior de pessoas e, conseqüentemente, atingir a massa crítica necessária para fortalecer seus discursos.

Nesse contexto, a desinformação sobre as vacinas se aproveita da lógica algorítmica através das “bolhas”, que impede que o conteúdo com visões contestadoras chegue, eficazmente, em tais grupos, além disso, possibilita um ambiente de reforço positivo em relação a todos os tipos de conceitos errados (Camargo, 2020). Como afirma Massarani (2021, p. 31) ao explicar que “a exploração dos sentimentos de medo e insegurança torna o movimento antivacina uma ameaça à saúde pública, ao contribuir para o que a OMS define como hesitação vacinal: o atraso na aceitação das vacinas ou a sua recusa, mesmo que elas estejam disponíveis para uso”.

No mesmo viés, Camargo (2020) compreende que a recusa do conhecimento científico pode ser reforçada por meio de fenômenos sociocognitivos complexos, caso, uma pessoa tenha uma concepção errada sobre determinado assunto ou acontecimento. O contato com fatos contrários tende a reforçar ainda mais suas crenças, em vez de enfraquecer tais conceitos errôneos, inicialmente estabelecidos.

Ademais, o autor explica que o efeito *Dunning-Kruger* pode ser observado nas posições antivacina, pois tal fenômeno, “leva a avaliações erradas da própria capacidade de julgamento, fazendo com que as pessoas com menos conhecimentos pensem que são mais capazes de avaliar a informação do que os próprios experts na matéria” (Camargo, 2020, p. 3).

Para Iyengar e Massey (2019, p. 01), “a desconfiança no empreendimento científico e as percepções equivocadas do conhecimento científico decorrem cada vez menos de problemas de comunicação e mais da disseminação generalizada de

informações enganosas e tendenciosas”. Segundo Centola (2020), a propagação da hesitação vacinal se dá através da aceitação da sociedade em acreditar na possibilidade que as vacinas são prejudiciais à saúde humana. Desta forma, a desinformação sobre as vacinas atinge seu objetivo quando os cidadãos consideram as narrativas desinformacionais como legítimas em um debate.

Tudo isso cria um pano de fundo para a vacina através de conversas entre indivíduos e em fóruns públicos que podem ser baseados em conspirações, falsas teorias e rumores, sobretudo, quando se pautam em resultados de pesquisas no Google, vídeos do YouTube, ou Facebook, Instagram ou WhatsApp. Um estudo publicado em fevereiro de 2020 demonstrou que as pessoas expostas ao conteúdo da vacina nas redes sociais foram mais propensas a ser mal-informadas do que aquelas expostas à mídia tradicional. O estudo, baseado em uma pesquisa representativa nacional de quase 2.500 adultos nos EUA, descobriu que até 20% dos entrevistados eram pelo menos um pouco mal-informados sobre vacinas e que as pessoas que receberam suas informações de meios de comunicação eram menos propensas a endossar alegações antivacinação (Wardle; Claire, 2020, p. 138).

Rêgo (2021) explica que conforme a pesquisa realizada em 2018, pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), as “notícias falsas” se espalham 70% mais rápido do que uma informação jornalística comprovada. A pesquisa considerou como foco o Twitter¹⁸, analisando 126 mil postagens compartilhadas, por 3 milhões de pessoas. Consoante a isso, “a desinformação é um dos produtos mais lucrativos da atualidade, tanto para quem o produz na rede mundial de computadores, independentemente da plataforma que utiliza, assim como, para as próprias *big Techs*” (Rêgo, 2021).

Vignoli, Rabello e Almeida (2021) entendem que a desinformação sobre as vacinas se utiliza de práticas, situações e formatos do regime de informação em curso para ganhar adeptos, e por este motivo torna-se difícil para as pessoas comuns contra-argumentar às narrativas negacionistas produzidas.

As tensões entre a ciência e a desinformação sobre as vacinas são exemplificadas pelos autores ao afirmarem que “do lado dos defensores dos imunossuppressores imunobiológicos há a ciência, os testes e a generalização pautada em evidências científicas; do lado da desinformação sobre as vacinas existe, por vezes, a crença, a pseudociência, as generalizações sem evidência confiável, a

¹⁸ Elon Musk, diretor-executivo da Tesla e SpaceX, comprou o Twitter em 2022, e no ano seguinte, em 24 de julho de 2023, mudou o nome da rede social para X. Nesse sentido, ressaltamos que mesmo após a troca de nome, durante a pesquisa vamos nos referir a esse canal na internet pelo nome antigo, tendo em vista que todas as citações sobre Twitter se dar antes da modificação da marca.

pseudo informação, a desinformação” (Vignoli; Rabello; Almeida, 2021, p. 14). E diante dessas narrativas, a opinião pública nem sempre consegue diferenciar as intencionalidades ou o que é condizente com a realidade.

Por trás dos movimentos antivacina por vezes se encontram comportamentos anti-intelectuais, anticientíficos, naturalistas e relativistas, os quais impactam no interesse, utilização e apropriação de conhecimento balizado por critérios científico-rationais. Correspondem a expressões públicas que se inserem no espectro da denominada pós-verdade, que toca a aceitação da informação produzida com a intenção de enganar — desinformação —, ou o faz sem essa intenção — misinformation — para a sustentação de narrativas, dentre outras, de antivacina (Vignoli; Rabello; Almeida, 2021, p. 3).

Conforme o estudo apresentado pela AVAAZ¹⁹, em 2020, cerca de 94% das pessoas entrevistadas durante a realização da pesquisa no Brasil, receberam, pelo menos, uma desinformação sobre a COVID-19, e sete em cada dez, acreditam no conteúdo recebido. Galhardi (2021) enfatiza que, a quantidade exponencial de desinformação na pandemia impactou no ‘abandono vacinal’ e conseqüentemente na adesão de tratamentos precoces sem eficácia científica comprovada. Além disso, colaborou para descredibilizar a ciência e as instituições globais de saúde, assim como, provocar pânico e colocar a vida da população em risco.

Cabe mencionar, como a vacinação foi determinante para o controle da pandemia e a redução dos números de mortes. Desde o início da pandemia, no Brasil, em março de 2020, mais de 689 mil pessoas morreram vítimas da COVID-19. Conforme o estudo divulgado pela Fundação Oswaldo Cruz, as vacinas contra a COVID-19, de janeiro a agosto de 2021, salvaram aproximadamente 54 mil a 63 mil vidas de pessoas com 60 anos ou mais.

Vale destacar, que o uso dos imunizantes evitaram cerca de 158 mil a 178 mil internações de idosos no Brasil. Assim, os dados da pesquisa apontam que se a vacinação tivesse seguido o mesmo ritmo de oito semanas depois de seu início de aplicação, cerca de 47 mil vidas de idosos poderiam ter sido salvas, bem como evitado 104 mil hospitalizações (FIOCRUZ, 2022).

A revista Lancet Infectious Diseases, em novo estudo de modelagem matemática, aponta que durante o primeiro ano de vacinação contra a COVID-19, os imunizantes evitaram 19,8 milhões de mortes em todo o mundo. Apesar da velocidade com que foram desenvolvidos os imunobiológicos, e desde que a primeira vacina foi

¹⁹ Veja mais em: https://avaazimages.avaaz.org/brasil_infodemia_coronavirus.pdf.

administrada em 2020, e distribuída ao longo de 2021, ainda assim, foram registradas mais de 3,5 milhões de mortes em decorrência da COVID-19 (Watson et al., 2022).

O Center for Countering Digital Hate (Centro de Combate ao Ódio Digital), dos Estados Unidos, divulgou uma pesquisa que aponta para uma série de empresas, ONGs, comitês políticos que compõem e fazem dos movimentos antivacina, uma grande indústria lucrativa com receita anual de até 35 milhões de dólares.

No total, a pesquisa analisou doze grupos antivacinas, estes disseminaram aproximadamente mais de 70% do conteúdo falso sobre os imunizantes da COVID-19 no Facebook. O médico Joseph Mercola é apontado como um dos maiores propagadores de desinformação sobre as vacinas, conforme pesquisa realizada em 2021, pelo The News York Times (2021), Marcola disseminou mais de 600 artigos que traziam dúvidas sobre a produção das vacinas, desde o início da pandemia do coronavírus (CCDH, 2021).

O relatório do CCDH (2021) cita personalidades com grande influência e possuem salários altíssimos por meio do mercado da antivacina como Robert F. Kennedy Jr., presidente da Children's Health Defense, o qual, anualmente, fatura 255.000 dólares em seu cargo e, Del Bigtree, Diretora Executiva, da Rede de Ação de Consentimento Informado, que fatura por ano US\$ 232.000 dólares. Assim, a desinformação sobre as vacinas lucram às custas da saúde pública com a pandemia da COVID-19, nas redes sociais, os grupos antivacina possuem mais de 62 milhões de seguidores, o que possibilita gerar para a indústria o lucro de até US\$ 1,1 bilhão de dólares.

Segundo o CCDH (2021), os antivacinas em outubro de 2020, se reuniram por uma conferência para planejar seu impulso estratégico. Nesta perspectiva, optaram por minimizar os riscos da COVID-19, subverter os especialistas em saúde e impedir consequentemente a vacinação, além de ampliar as possíveis dúvidas e efeitos colaterais sobre o imunizante.

Nos Estados Unidos, enquanto as pequenas empresas lutavam contra a pandemia da COVID-19, registros públicos do governo federal dos EUA, revelam que as organizações associadas aos nove líderes antivacinas receberam, por meio de empréstimos do Programa de Proteção de Pagamento (PPP), mais de US\$ 1,5 milhões dólares. Dessa maneira, as nove organizações antivacina que foram beneficiadas pelo empréstimo do PPP apontam que o dinheiro foi destinado para manter 174 empregos.

Contudo, nesse texto estamos buscando compreender se a desinformação sobre as vacinas é efetivamente contributiva da hesitação vacinal, em meio à crise sanitária e às inúmeras mortes provocadas pelo vírus da COVID-19. Sendo assim, as narrativas desinformacionais atacaram diretamente a eficácia das vacinas, os estudos desenvolvidos pela ciência, além de apontar erroneamente efeitos colaterais graves que podem levar a morte, causando na sociedade insegurança e medo de tomar o imunizante.

Tal fato se configura, ao ser mais lucrativo para a desinformação sobre as vacinas, trabalhar com tratamentos paliativos à base de medicamentos, já que o uso de remédios é constante, enquanto, a vacina é pontual e atua diretamente para conter a doença na população. Nesse sentido, Rêgo (2021) aponta que a recusa dos imunizantes durante a pandemia da COVID-19, não foi uma questão aleatória, mas uma estratégia que visa fortalecer a desinformação sobre as vacinas e potencializar seus lucros.

2.6 *Fake Science* e o negacionismo científico

A ciência é indispensável à saúde humana e graças aos avanços, a partir dos estudos, pesquisas e testes científicos foi possível a erradicação, controle e cura de inúmeras doenças que poderiam causar sequelas graves e, sobretudo, provocar a morte. Nessa perspectiva, a desinformação sobre a ciência traz consequências que interferem diretamente na vida das pessoas.

Cunha e Chang (2021) complementam que a ciência é atingida pelas narrativas desinformacionais por conter informações de interesse da sociedade, assim como também, possuir credibilidade frente à população. Dessa maneira, as notícias sobre a ciência são compartilhadas em diversos meios, ao tempo em que formam grupos, que não só disseminam as mensagens, mas que, tomam decisões com base nestas informações. Em virtude disso, a desinformação sobre as vacinas se fortalece e possui adeptos em todo o mundo, instituindo-se a partir de notícias inverídicas, de forma que influenciam diretamente as pessoas, especialmente, sobre a decisão de tomar o imunizante, ou não (Cunha; Chang, 2021).

Os riscos de não se vacinar afetam não somente quem se recusa a tomar o imunizante, mas também, prejudica todo o coletivo tendo em vista que a doença pode voltar a circular. Aps et al. (2018, p. 6) acrescentam que “devido a esse fenômeno,

algumas doenças previamente controladas por programas eficazes de vacinação, como o sarampo, ressurgiram em populações de diferentes partes do mundo, inclusive no Brasil”.

Nesse contexto, a desinformação sobre as vacinas se utiliza da *Fake Science* (falsa ciência) com estudos não comprovados e teorias conspiratórias para criar na sociedade dúvidas, medos e uma falsa segurança de que se está seguindo o caminho correto para se protegerem. Rêgo (2021) explica que a *Fake Science* não se constitui somente de fraudes, mas se utiliza de uma face imagética dos processos e métodos científicos, visando contestar a ciência. Com isso, a desinformação na ciência potencializa o negacionismo científico através do forte poder de influência da desinformação sobre as vacinas. A pesquisadora também destaca que a pseudociência tem uma trajetória ligada ao negacionismo científico, que se transformou a partir do Pós-Segunda Guerra Mundial, em uma estratégia política e mercadológica.

No cenário atual, a pós-verdade é um dos fatores pelo qual podemos compreender o porquê as narrativas antivacina são aceitas, sem muitos questionamentos por parte do público, mesmo as pessoas estando diante de um fato comprovadamente falso, ainda assim, tal conteúdo verdadeiro pode não ser aceito como uma narrativa credível.

D’Ancona (2018, p. 20) compreende a pós-verdade como “circunstâncias em que os fatos objetivos são menos influentes em formar opinião pública do que os apelos à emoção e à crença pessoal”. Nessa perspectiva, Cunha e Chang (2021) apontam que a falsificação está presente em todos os níveis da vida contemporânea, de modo que, o engano afeta a ciência e as informações sociais, além de afetar a capacidade dos indivíduos em realizar escolhas que tenham como parâmetro principal a evidência. Ainda conforme os autores é possível entender que:

Contudo, a era da Pós-verdade nos imprime modos de viver em que as decisões são baseadas na emoção e não mais na razão. Deste modo, as Ciências Falsas ganham cada vez mais destaque em meio a um turbilhão de ideias de Ciências e “Supostas” conspirações dos cientistas. Mas, por que as pessoas são levadas a acreditar em uma Ciência falsa? Devemos olhar essa questão, não dificilmente se vê uma possível falta de cultura científica das pessoas. Ou o problema parece ser muito mais linked ao modo como nos posicionamos na sociedade do que o próprio conhecimento científico. Somos levados a acreditar naquilo que nos conforta, naquilo que se adequa com nossas ideologias e valores, ou seja, aquilo que corresponde às nossas próprias expectativas. Neste sentido, a polarização de ideias em um determinado ponto de vista, sem encontrar outras formas de analisar a

mesma questão, tem deixado as pessoas encasuladas sem suas “bolhas virtuais” (Cunha; Chang, 2021, p. 527- 528).

A desinformação relacionada à Fake *Science* interfere na credibilidade científica e conseqüentemente na capacidade da sociedade em escolher as melhores orientações a seguir para cuidar da sua saúde. E embora as vacinas tenham a eficácia comprovada no combate a doenças graves que, inclusive, podem levar a morte, a disseminação de conteúdos fraudulentos que contrapõe esse fato provoca a recusa dos imunizantes, sobretudo num fenômeno crescente como a hesitação vacinal, ou seja, a recusa por parte da população em tomar vacina (Hopf et al., 2019).

Para Rêgo (2021, p. 224) as narrativas desinformacionais não se trata apenas de fraudes ou mentiras deliberadas, mas “trata-se de narrativas dúbias e/ou híbridas, que mesclam fatos e mentiras, apresentam narrativas descontextualizadas, imprecisas e manipuladas, de modo a levar o receptor da mensagem a acreditar na desinformação, pois nela há alguma informação comprovada”.

Nesse contexto, dados da UNICEF²⁰ alertam que entre, 2019 e 2021, cerca de 1,6 milhões de crianças, não foram imunizadas no Brasil contra a Difteria, Tétano e Coqueluche (DTP), e no mundo, aproximadamente 48 milhões de crianças não completaram o esquema vacinal. Conforme aponta o relatório, alguns fatores podem ter contribuído para a queda na vacinação, como a pandemia da COVID-19, considerando a sobrecarga no sistema de saúde, além da falta de importância com que alguns indivíduos têm dado à vacinação (UNICEF, 2022).

A pandemia da COVID-19 foi o cenário ideal para o mercado da desinformação disseminar suas narrativas, e conseqüentemente, influenciar mais indivíduos. O mundo ficou diante de uma doença grave, contagiosa e altamente letal. O desconhecimento de como o vírus agiria em cada organismo e a ausência de um tratamento que barrasse a crise sanitária, fez com que, muitas pessoas recorressem a alternativas paliativas, principalmente, sugeridas pelos detentores da falsa ciência, cujo objetivo é lucrar com a adesão de tais tratamentos.

Rêgo (2021) relaciona que a pandemia potencializou a produção da pseudociência, pois cientistas e médicos no mercado da desinformação utilizaram da sua credibilidade, forjando-se no campo científico para disseminar informações falsas

²⁰ Ler mais em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/1-virgula-6-milhao-de-criancas-nao-receberam-nenhuma-vacina-dtp-ao-longo-de-tres-anos-no-brasil>.

ou distorcidas e, em muitos casos, podendo prejudicar a saúde da população. Para Hopf et al. (2019) os impulsionadores da falsa ciência utilizaram o sistema de publicação científica atual, com o intuito de disseminar o conhecimento comprovado, no qual a “intersecção do avanço da ciência e recompensas financeiras e de reputação para cientistas e editores incentivam o jogo e, no extremo, a criação e promoção de resultados falsificados”.

Tendo o objetivo de conter a pandemia da COVID-19, as indústrias farmacêuticas enfrentaram uma corrida contra o tempo para desenvolver uma vacina, que fosse eficaz contra o coronavírus, e que, reduzisse o número de mortes e sintomas graves da doença. Em junho de 2020, surgiram os primeiros estudos e em dezembro do mesmo ano, as primeiras doses dos imunizantes começaram a ser aplicadas em países como Reino Unido, China e Estados Unidos.

No Brasil, a vacinação contra a COVID-19 iniciou em janeiro de 2021. Conforme Barcellos e Xavier (2022) “a partir de julho de 2021, com a expansão da vacinação, pôde-se perceber uma redução na transmissão – representada pela positividade de testes – e a subsequente redução de casos e de óbitos, o que marcou a quarta fase (julho a novembro de 2021), com consequente alívio do sistema de saúde”. Os autores destacam que durante esse período de vacinação, foram inúmeras as tentativas de desacreditar os imunizantes, porém, a gravidade da doença e o colapso no sistema de saúde, mobilizou a população a se vacinar.

Por conseguinte, o negacionismo científico contrapõe os estudos desenvolvidos cientificamente que possuem resultados comprovados com base na evidência dos fatos. A principal questão em discordar dos achados científicos é se basear no empirismo, em teorias conspiratórias, no senso comum, fatos isolados e nas crenças pessoais.

A negação da ciência tem levado alguns indivíduos da sociedade a situações preocupantes que distanciam sua percepção do mundo real, influenciando suas decisões, sobretudo podendo colocar a própria saúde em risco, como, por exemplo, ao negarem a eficácia das vacinas. Vilela e Selles (2020) concordam ao dizer que apesar das narrativas negacionistas não terem evidências comprovadas, ainda, possuem muitos adeptos que acreditam em tais explicações por se sentirem confortáveis, mesmo que, os fatos possam ser facilmente desmentidos.

Roque (2020, p. 1) elucida que “vivemos hoje um clima de ceticismo generalizado, uma descrença nas instituições que favorece a disseminação de

negacionismos, encampados por governos com políticas escancaradamente anticientíficas”. Caruso e Marques (2021) discutem como o negacionismo científico emerge em contextos nos quais membros da sociedade e organizações buscam uma realidade alternativa para contrapor ou desacreditar de fatos que, de alguma maneira, os incomodam por não se alinharem às suas preferências.

. Nesse contexto, a desinformação sobre as vacinas atrelada ao negacionismo científico tem causado na sociedade sérias consequências, que podem, inclusive, provocar a morte de pessoas, como na pandemia da COVID-19, onde tal fato ficou mais evidenciado. Enquanto os órgãos de saúde e a ciência buscavam formas de conter o vírus, a desinformação sobre as vacinas utilizou a crise sanitária mundial para potencializar os lucros e alcançar seus interesses mercadológicos por meio da *Fake Science*.

Desse modo, durante a pandemia da COVID-19 a negação da ciência e a desinformação foram determinantes para o tratamento precoce e várias outras medidas adotadas, sem a recomendação científica. Nesse sentido, Rêgo e Leal (2023) enfatizam que:

A desinformação propagada pelos movimentos antivacina, para além dos lucros que traz para si, enquanto mercado estruturado em forma de cadeia produtiva que se espalha de modo reticular pela internet, como também para as plataformas considerando o quanto os conteúdos desinformativos atraem e provocam engajamento espontâneo coletivo, se apresenta como um produto moldado em um processo comunicativo cuja ética não considera a importância da vida humana, pois ao tensionar os regimes de verdade [Foucault, 2010] e se direcionar ao circuito de afetos [Safatle, 2016] que circulam no contexto social, procura ativar respostas a partir da afetividade e da afetação que cada narrativa com desinformação pode ou não provocar em quem a recebe, para assim conseguir seus objetivos. O despertar da dúvida, o plantar do medo e evocar o ódio que possuem juntos, uma força social destrutiva (Rêgo; Leal, 2023, p. 7).

Sendo que, as plataformas digitais facilitam a atuação do mercado que utiliza a desinformação para obter lucro através da disseminação de suas narrativas, Recuero (2021) explica que durante a pandemia as estratégias dos grupos antivacinas colaboraram para fortalecer a ideia de que os imunizantes contra o coronavírus não seriam eficazes. Desta forma, os conteúdos fraudulentos passaram a desacreditar os estudos científicos e diminuir a gravidade da crise sanitária, assim como desviar a atenção das pessoas sobre o alto número de mortes causadas pelo vírus.

Diante dessas perspectivas, a *fake Science* tem aumentado na sociedade o negacionismo científico, a partir da adulteração dos fatos, assim como, por meio de uma conjuntura forjada em estruturas da própria ciência visando manipular a sociedade e ganhar, cada vez mais, adeptos que consomem, reproduzem e compartilham deliberadamente seus conteúdos falsificados. É nesse contexto que o jornalismo busca através da checagem dos diversos materiais, as quais são disseminados e circulam em diferentes meios, levar para as pessoas informações verificadas que atestam o grau de veracidade, ou mentira que determinado assunto possui. E que, apesar de suas ações não terem a mesma potência e visibilidade da desinformação, o trabalho jornalístico é indispensável para combater as narrativas de cunho enganoso.

3 JORNALISMO DE VERIFICAÇÃO

Antes de abordarmos o jornalismo de verificação ou *fact-checking*, termos que se tornaram proeminentes na última década através da propagação exacerbada de desinformação. Precisamos compreender que essa prática é intrínseca ao trabalho que sempre foi desempenhado pelo jornalismo, o papel de checar as informações e levar ao público dados que tenham o compromisso com a realidade dos fatos e acontecimentos, possibilitando, conteúdos em consonância com um ambiente democrático, ético e de responsabilidade social.

Diante do fluxo desinformativo e dos danos que o fenômeno da desinformação tem provocado na sociedade, o jornalismo reforça sua importância sendo um campo necessário para verificar e desmentir os boatos que circulam com velocidade e alcance na atualidade. Além de desempenhar, a dupla jornada de informar o público diante dos acontecimentos cotidianos e realizar a checagem de materiais suspeitos da desinformação.

Para tanto, é importante lembrar das questões que fazem o jornalismo ser o que é hoje e como se constitui enquanto instituição. Ressaltamos, brevemente, que apontaremos algumas questões, as quais julgamos necessárias para entender esse processo histórico do jornalismo, assimilando, em seguida, para o objetivo deste capítulo, o jornalismo de verificação.

Nesse viés, o jornalismo nesse século ocupa um espaço antes determinado pela historiografia, isso se deve ao fato de que os meios de comunicação passaram a posicionar-se enquanto local que é produzido relatos que refletem a realidade, sendo consagrados como verdadeiros. Por consequência, a “História passou a ser aquilo que aparece nos meios de comunicação de massa, que detêm o poder de elevar os acontecimentos à condição de históricos. O que passa ao largo da mídia é considerado, pelo conjunto da sociedade, como sem importância” (Ribeiro, 2000, p. 33).

Ribeiro (2000) reforça que essa é uma realidade das sociedades ocidentais que considera o jornalismo como porta-voz da verdade de um discurso cerceado de sentido e objetividade. Destaca-se que essa objetividade que, por muito tempo, foi aclamada por teóricos da comunicação, já foi criticada por profissionais e pesquisadores da área, porém, conforme a autora, ela é ainda uma das principais causas da força que o jornalismo ocupa diante da “fidelidade aos fatos que nos leva a acreditar que o que ‘deu no jornal’ é a verdade” (Ribeiro, 2000, p. 34).

Dessa maneira, o jornalismo se apresenta como um recorte da realidade, buscando através de suas práticas levar à sociedade informações precisas, que aconteçam em determinado instante da atualidade e, visando atender as demandas de informações por meio de um recorte temporal do mundo (Guerra, 2008). Partindo desta questão, o trabalho jornalístico se ampara em uma perspectiva de verdade, tendo em vista a apuração dos fatos por meio de fontes que comprovem e testemunhem o acontecimento. Pois a verdade no jornalismo se estabelece através da objetividade para as notícias serem fiéis ao evento, possibilitando, assim que o público tenha confiabilidade no que foi reproduzido (Belda e Santos, 2012).

Nesse sentido, Cornu (1998, p. 64) explica que “para que seja considerada boa, a imprensa deve corresponder às exigências da verdade: informações exatas, verificadas, apresentadas de modo equânime, opiniões expostas com honestidade livres de preconceitos, relatos jornalísticos verídicos e ciosos de sua autenticidade”. Portanto, no jornalismo a verdade está ligada a objetividade na busca por manter a confiança do que é noticiado pelos veículos de comunicação.

Segundo Benedeti (2006), a objetividade jornalística parte inicialmente do campo científico a partir de uma visão positivista, em que, a obtenção de dados e experiências são extraídos por meio do conhecimento e sem interferências da subjetividade humana, de modo que essas questões estão relacionadas a realidade e a verdade dos acontecimentos. Logo, compreende-se que “um conhecimento produzido a partir de

condutas metodológicas rigorosas e livres de valores do sujeito pesquisador, seria capaz de apreender a realidade dada de forma isenta (objetiva), e em consequência, revelar a verdade pela exposição descritiva dos seus resultados” (Benedeti, 2006. p. 40).

Para uma boa parte dos autores do campo do jornalismo, o fato seria equivalente à objetividade nela mesma, separada e independente dos sujeitos, e a notícia seria o resultado da ação de sujeitos interessados, os jornalistas, sobre essa realidade inacessível: o fato puro. Seria como se, a cada acontecimento noticiado, houvesse primeiro um fato, cuja constituição é autônoma, independente e anterior aos próprios jornalistas, e somente depois, no processo de produção da notícia, entrasse em cena o interesse, ou seja, a interpretação jornalística dos acontecimentos, transformando esses acontecimentos em produtos veiculados em jornal, internet, rádio ou televisão (Henriques, 2018, p. 257).

A objetividade estabelece a legitimidade ao que é noticiado pelo jornalismo, tal aspecto é o que possibilita diferenciar o trabalho dos meios de comunicação, de outros discursos e práticas sociais. Diante da objetividade se compõe a ética que estrutura o campo jornalístico como profissão, bem como, suas práticas que permitem diferenciar “o bom e o mau jornalismo”. Nesse sentido, o “jornalismo pode não sustentar mais que aquilo que ele apresenta a seu público é a realidade - mas garante que, ao menos, é realidade” (Biroli; Miguel, 2012, p. 01- 18). Ainda na perspectiva dos autores:

No mundo moderno, o ideal da objetividade corresponde, grosso modo, à valorização do acesso a uma verdade que estaria contida na realidade exterior e que seria independente dos processos cognitivos. No jornalismo, ele impõe, em primeiro lugar, um compromisso com a busca por esta verdade, que é de cada profissional e que é reforçado pelo controle mútuo e pelos códigos da deontologia jornalística. Também para o público, o bom jornalismo é aquele que sustenta esse compromisso, fornecendo informações confiáveis. Mas os obstáculos à objetividade não residem apenas na tentação - sempre presente - do falseamento deliberado dos fatos em benefício próprio. Sua outra face, mais insidiosa, são as condições concretas de construção da notícia, nas quais os relatos são indissociáveis da posição social dos jornalistas. O viés deixa, assim, de ser uma contingência (Biroli; Miguel, 2012, p. 01- 18).

Nesse aspecto, a veracidade que o jornalismo ocupa na sociedade é pautada na credibilidade que difere da confiabilidade, ambos possuem objetivos e subjetividades diferentes. Conforme Belda e Santos (2012) “a confiança consiste em um estado psicológico do receptor e em suas convicções, a credibilidade é uma relação que se estabelece com base tanto no emissor e no receptor quanto na qualidade de seu

discurso”. Desta forma, a credibilidade jornalística é pautada na relação dos sentidos e significados dos discursos, assim como, na práxis e ética profissional.

Em relação aos fatos, suas interpretações e avaliações diante dos públicos, ideologias e territórios, explicam Belda e Santos (2012, p. 6) que esta é “uma construção extralinguística da realidade, são complexos, fazendo com que haja verdades aproximadas, meias verdades, informações verdadeiras exageradas, manipuladas, distorcidas”.

Retomando Ribeiro (2000), a autora explica que isso ocorre desde o século XIX, com o jornalismo informativo, que ganhou destaque no século XX, com a objetividade pautada no modelo de jornalismo norte-americano, que no Brasil, chegou por volta da década de 1950. Nessa perspectiva, a produção do jornalismo passa pelo crivo do tempo, as coberturas são pautadas no imediatismo, o mito da imparcialidade, credibilidade, neutralidade e testemunhas da sociedade que podem narrar o presente²¹ ou o passado (Gerk; Barbosa, 2018).

Posto isto, a relação entre os meios de comunicação e os usos do passado é algo antigo, mesmo que o jornalismo seja responsável pelos fatos do presente, “e que na contemporaneidade o ultra atual ganha destaque na cena midiática”, contudo, o passado frequentemente aparece enquanto fonte “de cunho informativo ou daqueles de natureza ficcional” (Barbosa, 2015, p. 156).

Conforme explica Rêgo (2018), a relação do jornalismo com o tempo estabelece a atividade da instituição jornalística, tanto pelo modo como é construída a narrativa perante os múltiplos modos temporais ao compartilhar uma história, como a partir dos extratos de tempo que configuram o mundo. Porém, essa relação pode ser notada, especialmente, em virtude do jornalismo depender dessa lógica e articulação temporal para se instituir na sociedade.

Diante da discussão, Franciscato (2014, p. 97) concorda com Barbosa (2015) ao afirmar que essa percepção do tempo passado-presente-futuro tem sido modificada pela ação dos veículos de comunicação, em especial, a dita instituição jornalística. Consoante o autor, “o jornalismo é uma prática social voltada para a

²¹ Pensasse-se o presente, conforme Carlos Franciscato (2014, p. 98) ao afirmar que “trabalhamos a noção de tempo presente não somente como uma qualidade particular de um produto, mas como um fenômeno social composto por práticas sociais, relações de sentido e atributos inscritos em produtos culturais. Esses elementos é que tornam a vivência do tempo presente uma experiência concreta, compreensível como um objeto social e dotado de um conteúdo com um sentido intersubjetivamente partilhado”.

produção de relatos sobre eventos do tempo presente”. Rêgo (2018), complementa que o jornalismo atua a partir de narrativas e discursos dispostos no presente, de modo que, o presente é silenciado em detrimento de um futuro que já se instalou. Nesse sentido, o campo jornalístico visa desenvolver uma proximidade temporal com os seus espectadores por meio da antecipação com o futuro para que suas narrativas sempre aconteçam no presente.

No mesmo sentido, Marialva Barbosa (2015, p. 155) expõe que com o avanço “temporal exponencial” e frente a uma sociedade que não aceita perspectivas futuras, vivenciamos um “alargamento do presente”²². Para a autora este é “um tempo cujo presenteísmo substituiu definitivamente o futurismo” e diante desse contexto, explicasse, de certo modo, o porquê, dos estudos na área da comunicação, o passado encontrassem em segundo plano nas teorias e práticas jornalísticas.

Com isso, o jornalismo é privilegiado na elaboração da temporalidade social e formas de sociabilidade. Para tanto, cabe mencionar a atuação do jornalismo a partir de “uma criação institucional pela qual indivíduo e sociedade produzem a sua vivência social do momento presente. Situamos o jornalismo como uma das condições necessárias para esta vivência se realizar em alguns tipos de relações sociais”, e assim o jornalismo passa a ser indispensável (Franciscato, 2014, p. 97).

Diante desse contexto, a instituição jornalística ao longo do tempo passou por transformações no modo de produzir e apresentar as notícias, essas mudanças foram potencializadas especialmente no último século com as possibilidades ofertadas pela Internet e o uso das redes sociais. Sendo que, a mediação tecnológica permitiu que as informações fossem depositadas em rede e consumidas instantaneamente em uma velocidade nunca vista. Isso porque, o público passou a ocupar, além do lugar de espectador, o espaço de produtor e disseminador de informações. Por isso, se adequar às constantes mudanças impostas pela dinâmica da Internet, além disso, competir com elas tornou-se um desafio para os jornalistas.

²² Para Barbosa (2015, p. 156) “ao se experimentar, hoje, o tempo como algo sempre novo, inédito, em que alterações cada vez mais rápidas exigem adaptações também muito mais rápidas, se está, na verdade, alargando o presente e nele introduzindo o futuro. Vive-se uma espécie de eterno presente. O presente não é apenas o agora—isto é um tempo que se diferencia do que já terminou, o passado—mas o que está ainda por vir. Constrói-se uma fronteira, uma linha artificial que divide aquilo que já aconteceu (o passado) daquilo que se está vivendo (um presente sem fim). O passado é, assim, percebido como algo radicalmente diferente do presente. E nesse sentido, transforma-se também em novidade”.

A tecnologia reconfigurou o jornalismo, e apesar de suas novas características na Internet, a essência do profissional da comunicação não mudou, é preciso continuar desempenhando o trabalho com ética, responsabilidade, curiosidade e saber ouvir as diversas versões sobre o mesmo fato para informar o público. Além disso, as possibilidades ofertadas digitalmente e diante da participação do público, os jornalistas precisaram aprender a dominar diversas técnicas ao mesmo tempo, pois no cenário digital, o público aprendeu a utilizar as ferramentas midiáticas. Por isso, não basta apenas produzir as notícias, o profissional deve ter ciência que o seu texto após publicado na Internet pode ser comentado e opinado diante da interatividade no ambiente digital (Silva, 2015).

Atualmente, existe um acesso exacerbado de informações, marcado pelo uso da internet, redes sociais e inteligência artificial, porém é produzida “para ser consumida, sem ligação, esvaziada da possibilidade de entendimento profundo”, como se as coisas da vida fossem efêmeras e próximas de acabar. Essa perspectiva se dá no fato de que no capitalismo há o aumento do desejo de consumo instantâneos, e conseqüentemente a vontade de mostrar ao outro os registros que já não são mais guardados na memória humana. Assim, os dados compartilhados não criam conexões reais, somente reforçam a competitividade e produção de informação, muitas vezes, sem verificação (Gerk; Barbosa, 2018, p. 159).

Mesmo diante dessa realidade informacional, a mídia hegemônica ainda possui o poder de decisão sobre o que será consumido, ou não, e na apuração das notícias. Por meio da convergência multimídia, os veículos de comunicação têm necessitado de grandes investimentos em equipamentos, profissionais e estações de trabalho. Assim como “envolvem ainda mudanças na cultura organizacional dessas instituições, que se vêm obrigadas a mudar uma estrutura que é geralmente departamentalizada” (Pereira; Adghirni, 2011, p. 47).

Nesse sentido, a Internet possibilitou mudanças, não apenas no modo de reestruturação e atuação do jornalismo, mas também, passou a ser um ambiente propício à disseminação constante da desinformação. Esse cenário desinformativo tem sido um desafio para a instituição jornalística, logo o surgimento dessas plataformas de checagem tornaram-se uma forma de combater as narrativas falsas, que circulam deliberadamente nas diversas plataformas digitais. Nesse aspecto, como reforça Franciscato e Gonçalves (2022, p. 101) a partir da “desordem informacional, o campo do jornalismo tem criado estratégias de enfrentamento de conteúdos desinformativos

por meio da emergência de novos agentes, especializados, no enfrentamento da desinformação e nas organizações de fact-checking”.

Com as mudanças da profissão no ambiente digital, pode-se observar que o gênero jornalismo de verificação de fatos está em crescente ascensão, principalmente, quando relacionado ao período eleitoral, mas também passaram a abranger outros temas. Este gênero nasceu nos anos de 1990, nos Estados Unidos, porém o seu maior destaque vem ocorrendo nos últimos anos com a criação de veículos especializados na área e profissionais capacitados para o trabalho (Pérez, 2020).

De acordo com Pérez (2020, p. 247, tradução nossa), o jornalismo de verificação tem como foco o cidadão enquanto fonte importante para autenticidade das informações. Com isso, o receptor passa a contribuir para a construção de uma rede colaborativa de fatos cotidianos junto ao emissor jornalístico, ou seja, “o cidadão passa a ser uma figura de *gatekeeper* ao identificar, selecionar e enviar aos jornalistas aquelas informações virais que circulam no ambiente digital sobre temas atuais ou polêmicos que necessitam de verificação”.

Essas ações se constituem enquanto uma rede de combate a desinformação, a partir do momento que o cidadão adentra a engrenagem dos veículos de comunicação como colaborador via o compartilhamento de vídeos, imagens e áudios verificáveis. Multiplicando, assim, o número de fontes e conhecimentos sobre determinado fato do cotidiano, que contrasta com as fontes oficiais e oficiosas, as quais são as mais recorridas na profissão (Pérez, 2020).

Já Taís Seibt em entrevista ao Ricardo Machado defini que o fact-checking “faz alçar procedimentos de apuração ao patamar de produto final, criando um tipo específico de discurso jornalístico, que é complementar à cobertura tradicional, ainda que seu método possa ser replicado em quaisquer outros formatos”. O que é importante para o jornalismo é recuperar a sua identidade e valores perante a sociedade (Machado, 2018, p. 1).

Desse modo, o trabalho desenvolvido pelas agências de fact-checking é executado por meio das técnicas e expertises jornalísticas, porém, a atividade consiste especificamente em verificar assuntos que circulam publicamente, porém que sejam suspeitos de serem desinformação. A missão do jornalismo de verificação não é produzir notícias, mas checar a verdade ou o quanto de verdade os conteúdos e narrativas possuem ao serem disseminadas (Franciscato; Gonçalves, 2022). Desse

modo, o Fact-checking não consiste apenas na verificação de “fatos, dados, ou discursos, são todas essas questões juntas, bem como, a checagem de frases, fotos, vídeos, áudios, memes, infográficos”. Ou seja, todo e qualquer tipo de material que possa conter uma desinformação (Tardáguila, 2021).

Taís Seibt, relaciona que a cultura de verificação é uma das soluções para combater a desinformação, juntamente com o compromisso editorial das plataformas. A jornalista conta que “a maioria das iniciativas de checagem mantêm projetos ligados ao que se pode chamar de ‘alfabetização midiática’”, a qual visa elaborar guias de verificações e combater a desinformação, a exemplo do trabalho do O Truco, Aos Fatos e a Lupa que possuem atividades educativas com campanhas que têm, em contrapartida, o financiamento das ações, a responsabilidade social e a conscientização da população (Machado, 2018, p. 1).

Sobre as fontes jornalísticas, Pereira e Adghirni (2011, p. 47) as denominam, na sua maioria, como “verdadeiras organizações políticas”. Pois desenvolvem ações similares aos atores políticos, diante da grande mídia, que até então era “espectador externo aos fatos, e perdeu a totalidade do domínio da cena informativa, e que a opinião pública passou a contar com informações coletadas, selecionadas, tratadas editorialmente, filtradas e difundidas” por movimentos sociais e instituições corporativas.

Conforme Pérez (2020), para que os fatos e eventos verdadeiros sejam superiores a modificações advindas, muitas vezes, de emoções das fontes, o jornalista precisa pautar-se em fatos reais e dados oficiais, fazer com que, as informações se transformem em conhecimento para combater preconceitos e falácias. Logo, “o jornalismo de verificação consagra-se como um desenvolvimento dos meios de comunicação social ao evoluir propositadamente, em linha, com os desafios colocados pela revolução digital e móvel e pelos novos hábitos de consumo de informação”.

Nesse sentido, a disseminação de narrativas desinformativas representa um desafio significativo para a sociedade, não sendo exclusivamente uma responsabilidade de quem fabrica, ou forje, um conteúdo. Por isso, na atualidade o trabalho desempenhado por agências de checagem é, cada vez, mais necessário. Nessa perspectiva, a expansão dessas iniciativas precisa ocorrer de forma ética e responsável, seguindo diretrizes claras, além de manter os padrões de transparência e imparcialidade, objetivando a qualificação do debate público (Nóbrega, 2023).

Isso porque “o jornalismo de verificação defende um processo metodológico rigoroso, apartidário e transparente para obter credibilidade e confiança social” (Pérez, 2020, p. 251). O autor pontua que há desafios em relação ao gênero, tendo em vista que esta questão pode ser apropriada (como ocorreu com o termo *fake News*), o que colocará a credibilidade da profissão em desconfiança. Portanto, é preciso, cada vez mais, se munir de ferramentas tecnológicas da inteligência artificial no processo de verificação, principalmente, na fase inicial de disseminação de boatos (Pérez, 2020, p. 251).

A jornalista Taís Seibt afirma que, o que diferencia os boatos, das *fake News* e da desinformação não é a velocidade que as informações circulam nas redes sociais, “mas sim a possibilidade de personalização dessas mensagens”. Este fato ocorre porque um dos princípios da internet é a segmentação de conteúdo realizada pelos algoritmos aperfeiçoados com frequência (Machado, 2018, p. 1)

Taís Seibt explica que a princípio era interessante saber qual o perfil do leitor estava-se comunicando, mas criou-se um cenário de desinformação em relação a isso. No qual “as informações não só são falsas, como são encomendadas para sustentar os sentidos desejados por um determinado público, de acordo com suas convicções, medos, expectativas”. Logo, faz crescer teorias de conspiração e o descrédito na profissão (Machado, 2018, p. 1).

A partir desse contexto, cabe mencionar que apurar os fatos sempre fez parte do ofício jornalístico, e embora seja um fenômeno com estudos recentes, a prática do fact-checking pode ser observada desde 1991, em Washington–EUA, quando o jornalista da CNN Brooks, Jackson, recebeu a missão de checar a veracidade das falas dos possíveis candidatos à presidência dos Estados Unidos, George Bush, do Partido Republicano; e o democrata Bill Clinton. Para isso, Jackson criou o “Ad Police”, considerada a primeira equipe jornalística especializada em verificar a propaganda eleitoral.

Sendo assim, partir do sucesso com o trabalho de checagem realizado na CNN por Jackson, em 2003, o jornalista fundou o primeiro site independente de *fact-checking*, o *FactCheck.org*, em parceria com a Universidade da Pensilvânia e do *Annenberg Public Policy Center*. Seguindo os passos de Jackson, meses depois, o jornalista Bill Adair resolveu lançar o “*Tampa Bay Times*”, página atrelada a seção de seu jornal, o *Politifact.com* (AGÊNCIA LUPA, 2022).

Nesse contexto, muitas iniciativas de fact-checking surgiram em todo o mundo, e para regulamentar as agências de checagem, em 2015, foi fundada a Rede Internacional de Verificação de Fatos (IFCN) pelo Instituto Poynter²³, visando reunir a comunidade de verificadores de fatos contra a desinformação. Com esse propósito, a IFCN estabelece um código de princípios que deve ser seguido pelas agências de checagem para promover a excelência das verificações de forma transparente e apartidária.

A IFCN certificou mais de 190 agências em todo o mundo, atualmente tem 119 signatários ativos verificados, dentre eles, 4 são plataformas brasileiras como a *Lupa*, *Aos Fatos*, *Estadão Verifica* e *UOL Confere*. Para receber o selo de verificação pelo IFCN, as agências precisam seguir o código de princípios e boas práticas de verificação. O status de signatário da IFCN é atribuído às iniciativas que solicitam a participação para compor a rede de verificadores, de modo que precisam atender os critérios exigidos pela instituição. Ademais, as plataformas de checagem devem regularmente publicar relatórios apartidários sobre declarações de pessoas públicas e instituições importantes no contexto social, assim como, dos assuntos verificados em múltiplos formatos que atendam ao interesse público (INSTITUTO POYNTER, 2024).

A Rede Internacional de Verificação de Fatos (IFCN) enfatiza que para exercer esse trabalho isento e transparente proposto pela instituição, os signatários não podem ser ligados diretamente a organizações estatais que controlem a linha editorial das plataformas de checagem. No entanto, estes órgãos ou líderes políticos podem ser financiadores das iniciativas de verificações de maneira que esta colaboração seja em prol do serviço público. Neste caso, as iniciativas de *fact-checking* passam por avaliadores da IFCN que conferem a inexistência do controle editorial pelo Estado, e a clara separação entre a atuação da plataforma e influência de agentes políticos (INSTITUTO POYNTER, 2024).

Nesse sentido, os interessados em fazer parte da rede e de possuir o status de signatários, precisam passar por uma rigorosa avaliação e atender as exigências da IFCN. Cada plataforma de verificação é avaliada conforme os 31 critérios estabelecidos pela instituição, posteriormente, todo o processo é revisto pelo conselho consultivo da IFCN, de modo que possa garantir a qualidade dos signatários, além

²³ Veja mais em: <https://www.poynter.org/ifcn/>.

dos preceitos relacionados à justiça e consistência em toda a rede (INSTITUTO POYNTER, 2024).

O código de princípios da IFCN relaciona as cinco principais condutas que as plataformas de fact-checking devem seguir. O primeiro deles é o compromisso com o não-partidarismo e com a justiça: nesse sentido, ao realizarem as verificações dos conteúdos suspeitos de desinformações, os signatários devem utilizar o mesmo padrão de checagem em cada fato analisado, deixando que as evidências indiquem os desfechos. O segundo, está direcionado ao compromisso com a transparência das fontes: neste caso as plataformas disponibilizam para seus leitores as fontes utilizadas nas matérias, permitindo que as pessoas possam percorrer o mesmo caminho de checagem e, assim estabelecerem a sua própria percepção sobre o fato, esse processo, só não é possível quando se trata de assuntos que comprometam a segurança das fontes, neste caso, são disponibilizados apenas mais informações.

O terceiro corresponde ao compromisso com a transparência, financiamento e organização: As organizações signatárias precisam garantir e deixar claro, que seus financiadores não possuem influência em relação às conclusões das matérias checadas a que os verificadores de fatos apontam nos seus relatórios. Sendo que o quarto, corresponde ao compromisso com a transparência da metodologia: as plataformas de checagem detalham a metodologia desenvolvida para “selecionar, pesquisar, redigir, editar, publicar e corrigir” suas verificações de fatos. No quinto, e último, relaciona o compromisso com as correções abertas e honestas, neste quesito cada um dos signatários em caso de erro ou equívoco nas checagens devem corrigir as informações de forma clara, e se possível, fazer com que os dados corrigidos cheguem aos seus leitores.

Esse controle de qualidade dos serviços das plataformas de *fact-checking* monitorados pela IFCN, colaboram para que os indivíduos interessados em acompanhar ou conhecer o trabalho dessas agências possam ter mais confiabilidade nas informações verificadas, bem como, no acesso sobre a desmistificação dos conteúdos fraudulentos. Diante da complexidade da desinformação, as narrativas falsas misturam fatos concretos com enganosos para dificultar a dissociação do que corresponde à realidade. O jornalismo de verificação tem atuado nessa perspectiva auxiliando a sociedade a identificar as informações falsas, como também, formando indivíduos conscientes e informados.

Cabe enfatizar outras iniciativas de checagem desenvolvidas por grandes veículos de comunicação ou organizações independentes, como o Projeto Comprova, Fato ou Fake, Truco, Boatos.org, etc. mesmo que não façam parte da Rede Internacional de Verificação de Fatos, contribuem no combate a desinformação, tendo em vista que essas agências estabelecem suas normas, condutas e políticas de transparência para realizar o trabalho de verificar os conteúdos suspeitos de fraude.

As plataformas digitais de verificação, assim como, o próprio jornalismo fazem parte de lógicas e óticas mercadológicas que podem provocar influências nos resultados das checagens e comprometer o trabalho dos jornalistas. Diniz (2018) pontua que apesar das agências se comprometerem com aspectos relacionados à independência, a transparência e no desenvolvimento de metodologias que visam garantir uma checagem isenta de interferências, algumas iniciativas de *fact-checking* podem ser influenciadas por questões políticas, mercadológicas e ideológicas. Para a autora, essa questão não significa que o papel desenvolvido pelo jornalismo de verificação deixe de ser importante para a sociedade.

Pelo contrário: essa constatação corrobora a relevância da atuação das plataformas de fact-checking para a vida coletiva, uma vez que traz à tona questões tradicionalmente sub-reptícias como as intencionalidades e as relações de poder dentro dos poderes instituídos e, claro, das engrenagens da própria mídia (Diniz, 2018, p. 29).

Consoante Diniz, a verificação dos fatos pode atuar como um mecanismo para auxiliar os indivíduos e a mídia, no sentido de ambos poderem desenvolver uma leitura crítica em relação à veracidade das narrativas, sejam elas, de autoridades governamentais, ou não. As organizações de *fact-checking* fornecem aos usuários ferramentas necessárias para avaliar a qualidade e a confiabilidade das notícias, contribuindo desta forma para manter o ideal democrático, “na medida em que a transparência e o rigor técnico-metodológico, aliados ao compromisso precípua de informar com vistas ao interesse público, consubstanciam a espinha dorsal da atividade jornalística” (Diniz, 2018, p. 30).

A jornalista e CEO da agência Lupa, Natália Leal, em entrevista para Liz Nobrega (2023) do portal Desinformante²⁴, explica que a prática de verificação de fatos não evoluiu na mesma medida que a sofisticação da produção de informações

²⁴ Saiba mais em: <https://desinformante.com.br/sobre-2/>

falsas, mesmo que essas iniciativas de checagem tenham apresentado melhorias, ao longo do tempo, pois é necessário aprimorar as estratégias de combate à desinformação, tanto sob a ótica jornalística quanto na verificação de informações (Nobrega, 2023).

Por fim, a jornalista ressalta que o *fact-checking* precisa buscar novas soluções no combate à desinformação, tendo em vista que, apenas sinalizar o teor de veracidade de um conteúdo, não é mais suficiente para o público. Assim, a indústria desinformativa atua a partir de técnicas sofisticadas, em que é necessário não apenas identificar a falsidade de uma informação, mas também, compreender que tal conteúdo investigado pode se tratar de uma combinação de dados verídicos que levam a uma conclusão equivocada. Nesse sentido, o *fact-checking* perpassa por desafios metodológicos que necessitam ser superados para fornecer uma conclusão precisa, bem como, aprimorar efetivamente a informação destinada ao público (Nobrega, 2023).

3.1 A instituição jornalística em busca da revitalização da credibilidade em meio a desinformação

A crise de credibilidade enfrentada pelo jornalismo tem se potencializado a partir do uso das tecnologias móveis e das redes sociais, assim como, por meio da ampla disseminação da desinformação. Fatores como a autonomia dos sujeitos para a produção, distribuição e consumo de informações favorecem que as pessoas confiem mais uma nas outras, do que na própria mídia. Tais questões refletem uma desconfiança por parte do público em relação às fontes tradicionais de informação, entre elas, os veículos de comunicação.

Lauriano (2020) sinaliza que o atual momento histórico é marcado por transformações sociais, especialmente diante da tecnologia que tem contribuído para impulsionar novas práticas. A desordem informacional, a disseminação de desinformação e aspectos relacionados a pós-verdade, tem provocado não apenas a fragilização da credibilidade do jornalismo, mas também, de todo o ambiente informacional construído em rede, de modo que, esses fatores causam danos às demais estruturas sociais contemporâneas, em especial, as que dizem respeito ao âmbito político.

Diante disso, o processo de crise da credibilidade do jornalismo iniciou com a desregulação da profissão perante a lei, ou seja, com a “queda do diploma”²⁵, e consequentemente a perda de valores históricos, que recai em uma alteração da “representação social dos jornalistas”. E como afirmam Pereira e Adghirni (2011, p. 48 - 49) “a verdade é que a roupa de Super-Homem não serve mais. O jornalista prefere vestir a fantasia da circunstância, que lhe permite subir na vida profissional ou simplesmente sobreviver diante do desafio das ‘rotinas produtivas infernais’ às quais está submetido”, em um ambiente mercadológico marcado pela tecnologia.

É importante salientar que com a tecnologia e o uso da internet, as rotinas jornalísticas têm sido modificadas, assim como, o conteúdo entregue ao público. Essas novas fronteiras e possibilidades que o jornalismo moderno está passando, demonstra o quão importante são as inovações multimídia (Teixeira, 2017). Além disso, o jornalista lida com a disseminação de desinformação nas múltiplas plataformas, colocando em dúvida a credibilidade da profissão e gera discussões em torno da veracidade dos fatos noticiados.

Rêgo (2019) aponta que o uso da Internet e a autonomia dos usuários em rede, tal como, o fenômeno da desinformação impacta as estruturas convencionais de produção e disseminação de notícias. O mercado tradicional também vem sendo afetado pelo ambiente virtual e a emergência de novos modelos de negócios.

Tais questões levam a crises na esfera jornalística, que desafiam a própria ética da instituição e abalam as estruturas mais estáveis do setor, questionando os valores e a relevância do jornalismo. “A crise no jornalismo, portanto, parte da consciência que a sociedade adquire das práticas do campo, como também do uso abusivo de práticas manipulatórias e intrínsecas ao jornalismo no mercado da informação, dentre outros fatores” (Rêgo, 2019, p. 34).

Essa mudança no comportamento do público diante da mediação tecnológica e das informações depositadas em rede, possibilitou o questionamento de agentes políticos e dos próprios indivíduos em relação à confiança e a objetividade do jornalismo. Desse modo, as informações disponibilizadas na Internet e acessadas de forma imediata, no momento em que acontecem, provocou o distanciamento do

²⁵ Ler mais em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/stf-decide-que-diploma-de-jornalismo-nao-e-obrigatorio-para-o-exercicio-da-profissao/1365753#:~:text=DIPLOMA%20DE%20JORNALISMO-,STF%20decide%20que%20diploma%20de%20jornalismo%20n%C3%A3o,para%20o%20exerc%C3%ADcio%20da%20profiss%C3%A3o&text=Por%208%20votos%20a%201,obrigat%C3%B3rio%20para%20exercer%20a%20profiss%C3%A3o.>

público com os meios de comunicação tradicionais, visto que as informações não são mais consumidas como antigamente.

Assim, a ampliação na quantidade de dados no ambiente virtual contribui para o aumento na propagação de histórias distorcidas, falsas ou inventadas através dessas plataformas digitais (Alencar, 2020). Nesse contexto, o professor e pesquisador Rogério Christofolletti pontua que:

No jornalismo, como em outros universos, a crise é complexa, multifacetada e dinâmica. Nas últimas décadas, ela tem se materializado na queda das tiragens dos jornais, extinção de revistas, diminuição das audiências na televisão, demissão de profissionais e o conseqüente enxugamento das redações. Observamos também o desaparecimento de veículos e a falência de empresas, o abandono de algumas práticas e o desvio de funções antes consideradas constitutivas ao gesto de informar. Mas a crise do jornalismo não se restringe à míngua de dinheiro (Christofolletti, 2019, p.14).

Dessa maneira, para o pesquisador, Rogério Christofolletti, ao se referir a crise do jornalismo define ser preciso considerar aspectos como os efeitos negativos na confiança depositada nos meios de comunicação, a importância do jornalismo como fonte de informação e estruturação dos seus valores fundamentais, além da maneira como são tomadas as decisões na produção noticiosa (Christofolletti, 2019).

Esse papel de instituição credível vem sendo construída pelo jornalismo ao longo do tempo, de modo que a sociedade estabeleceu essa relação de confiança através do modo de trabalho e de como as notícias são apuradas e apresentadas ao público. Para Miguel (1999, p. 199) essa confiabilidade pode ser estabelecida entre os indivíduos e o jornalismo em três aspectos, primeiro, quando há “confiança quanto à veracidade das informações relatadas;” segundo, quando há “confiança quanto à justeza na seleção e hierarquização dos elementos importantes ao relato”; e por último, terceiro, quando há “confiança quanto à justeza na seleção e hierarquização das notícias diante do estoque de ‘fatos’ disponíveis.”

Lisboa e Benetti (2015, p. 53) explicam que o funcionamento do jornalismo passa a se correlacionar a um complexo sistema de crenças que podem justificar como alguns sujeitos estabelecem a confiança, ou não, em determinadas narrativas. Por isso, a credibilidade no trabalho desempenhado pelo jornalismo não se deve apenas por ser uma instituição de conhecimento, mas também, por desenvolver uma função comunicativa, a de informar a sociedade. As autoras ainda ressaltam que “a credibilidade é um predicado que está amparado em valores éticos e morais. Isso

porque, a avaliação sobre a fonte de informação dirá se ela é um bom, ou um mau informante, de acordo com o que se esperava dela e, do contexto da comunicação”.

Alguns setores da sociedade desconfiam da cobertura midiática, tendo em vista, o modo como os veículos de comunicação reportam as notícias, seja, por exagero, omissão, falta de transparência ou de compromisso com a realidade dos acontecimentos. Isso tem provocado questionamentos acerca da conduta dos jornalistas e das empresas que atuam na produção de conteúdo informativo, especialmente, em relação ao cumprimento adequado dos códigos éticos. Desta forma, é importante discutir as práticas dos veículos de comunicação, a fim de promover uma cobertura jornalística ética e transparente, que atenda às expectativas do público e respeite os princípios do jornalismo (Alsina; Silva, 2018).

Nesse sentido, o campo jornalístico sofre exigências enquanto um espaço de produção de conhecimento. Sendo assim, a sociedade passa a avaliar a credibilidade da instituição, a partir de aspectos e critérios de confiabilidade direcionados a qualquer tipo de fonte de informação. Para isso, cada pessoa ao longo da vida desenvolve mecanismos de percepção e julgamento, que possibilitam detectar discrepâncias e discernir a verdade e a confiabilidade das informações que são apresentadas.

É esse jogo dialético que torna necessária a distinção que aqui propusemos entre duas dimensões do conceito de credibilidade: a de credibilidade constituída do jornalismo e a da credibilidade percebida pela audiência. A credibilidade constituída diz respeito ao perfil do enunciador (jornalista, veículo jornalístico ou o próprio jornalismo) e do quanto ele se aproxima das dimensões ideais e socialmente reconhecidas sobre o que torna um enunciador digno de confiança. Há também questões de natureza subjetiva que são de difícil mensuração, mas que não podem ser desprezadas porque impactam na percepção do que é um orador credível. Já a credibilidade percebida é resultado da avaliação que o leitor faz do jornalismo a partir de indicadores presentes na credibilidade constituída (Lisboa; Benetti, 2015, p. 58).

Para Lisboa e Benetti (2015), o jornalismo torna-se credível a partir do momento que consegue fornecer evidências da veracidade do seu testemunho, produzindo a notícia com dados que comprovam o que está sendo apresentado, por meio de imagens, desdobramentos e explicações sobre o fato, do mesmo modo que por citação de fontes oficiais que garantam a precisão dos relatos para a sociedade. Nesse sentido, as narrativas jornalísticas permitem dar visibilidade aos principais acontecimentos do mundo, além dos atos das pessoas e organizações, estabelecendo um conhecimento da humanidade, caso cumpra tais condições.

As iniciativas de fact-checking criadas para combater as narrativas falsas que circulam por diversos meios, constituem uma forma do jornalismo para tentar recuperar a credibilidade diante do cenário de crise enfrentado pela instituição. Nesse sentido, o desvelamento das práticas jornalísticas passou a figurar esse novo formato desempenhado pelas plataformas de checagem, por intermédio de uma metodologia clara e transparente, a qual pode ser acompanhada pelo leitor. Para Fonseca et al. (2018, p. 71) “o diferencial contemporâneo é que as plataformas digitais oferecem mecanismos que respondem melhor a esse apelo por transparência”.

Além disso, a verificação é estruturada para possibilitar com que cada usuário refaça o processo de checagem e observe como as apurações foram produzidas, permitindo que relacionem suas considerações com o conteúdo verificado. Segundo Diniz (2018), esse processo é importante para o jornalista fortalecer seus valores, e para poder realizar coberturas sobre assuntos que sejam de relevância na sociedade. Nas palavras da autora:

Ao ancorar a sua ação na transparência quanto a fontes, modelos de negócio e métodos, na independência em relação a governos, mercado e entidades da sociedade civil e na abertura ao diálogo com fontes e públicos, a verificação de factos busca se sedimentar como uma alternativa para recuperar a credibilidade perdida pelas instituições jornalísticas (Diniz, 2018, p. 28).

Dessa maneira, as plataformas digitais de *fact-checking* são instrumentos importantes no combate à desinformação, ao possibilitarem uma checagem que permite ter transparência no processo de identificação das informações falsas, assim como, proporciona uma verificação da veracidade das mensagens divulgadas nas redes sociais e outros meios de comunicação. Vizoso; López-García; Pereira-Fariña (2018, p. 107, tradução nossa) reforçam que “o papel dos verificadores de dados é mais importante do que nunca, porque eles têm a missão de verificar e garantir que a informação publicada é ajustada à realidade”.

Nessa perspectiva, o *fact-checking* pode se enquadrar como uma extensão do jornalismo tradicional, pois contribui para que os meios de comunicação discorram sobre a veracidade dos discursos. De modo que tanto a práxis jornalística, quanto a apuração, sejam essenciais no processo de *fact-checking*, já que, a checagem permite evidenciar, descobrir e apresentar ao público informações verificáveis (Massarani et al., 2021).

Nesse aspecto, Andrade (2015) pontua que “os meios de comunicação, antes mais conservadores em seus formatos, buscam as novidades como forma de ficarem atualizados diante do público e do mercado”. O Instituto Poynter (2020) relaciona que os profissionais acompanham com frequência o que está em alta na área da verificação de fatos para proporcionar cada vez mais recursos modernos que possibilitem uma maior promoção de responsabilidade e checagem ao meio jornalístico.

Cabe ressaltar que na maioria o jornalismo se constitui na sociedade como um campo que trabalha em prol de levar informações de maneira confiável e gratuita. Porém, a atividade jornalística se estabelece a partir de um modelo de negócio, tendo em vista o modo de sustentação do trabalho, dos profissionais que atuam na área e também de quem empreende na criação dos veículos de informação. Como explica Burgierman (2010, p. 26), o jornalismo faz parte de uma indústria que se utiliza da visibilidade das suas reportagens para conseguir anunciantes que pagam para estarem compondo parte dos noticiários a partir de propaganda de seus produtos ou serviços. O autor classifica essa prática como *Publishing*, sendo “a indústria que vende anúncios, apura e organiza informações e depois vende publicações contendo informações misturadas com anúncios”.

O *fact-checking* não se difere, também, de ser um modelo de negócio, no entanto, as atividades desenvolvidas pelas iniciativas de checagem são reconfiguradas através da transparência com o público de quem são seus financiadores. Desse modo, o jornalismo de verificação não vincula suas matérias à publicidade, mas recebe apoio financeiro de organizações ou grupos para manter o trabalho das agências. Alencar e Dourado (2020, p. 118) complementam ao relacionar que: “no contexto atual, o fact-checking tem se consolidado como um modelo de negócio lucrativo tanto para agências de jornalismo independentes como para as grandes empresas de comunicação no mundo”.

Christofoletti (2019, p. 15) pontua que a crise da instituição jornalística não se restringe apenas ao aspecto financeiro, mas também envolve questões políticas, existenciais, éticas, de credibilidade, governança e gestão. Por isso, é necessário que os veículos de comunicação se atentem “a redução do interesse no noticiário, a migração das audiências, o aumento da desconfiança na mídia, o crescente distanciamento do público e a busca por alternativas no consumo de informação e entretenimento, entre outros”.

Neste aspecto Ravazzolo e Vieira (2019, p. 162) acrescentam que no “cenário contemporâneo, a disputa pela atenção do público e dos anunciantes impõe desafios significativos àqueles que produzem jornalismo e administram empresas jornalísticas, começam a surgir e a se estruturar diferentes tipos de negócios” em diversos aspectos do campo da comunicação.

Em uma sociedade capitalista, a informação é mercadoria, mesmo que semiologicamente, pois as notícias são produzidas conforme o meio que será publicada, porém, o seu diferencial é a credibilidade (Palácios, 2015). Esse jornalismo de negócio, regido pela lógica comercial, surgiu nas décadas de 1970 e 1980 e possui como foco a publicação de conteúdo a partir da necessidade da sociedade. Desse modo, existem resquícios deste período marcado pela concorrência na produção de notícias, a criação de novos gêneros, profissionais, a perspectiva publicitária e comunicacional nos âmbitos públicos, organizacional e corporativo (Pereira; Adghirni, 2011).

De acordo com Ramonet (2001, p. 60), a informação passou a ser uma mercadoria e essa prática vendável não está diretamente ligada à verdade ou ao modo como pode colaborar com o estado democrático. Nas palavras do autor, “enquanto mercadoria, ela está em grande parte sujeita às leis de mercado: da oferta e da demanda, em vez de estar sujeita a outras regras, cívicas e éticas, de modo especial, que deveriam, estas, sim, ser as suas”.

Para Rêgo (2021) as instituições jornalísticas utilizam da credibilidade e de questões psicológicas para vender os seus produtos, em meio a esse cenário de negócios. O jornalismo utiliza os mesmos meios para vender informações sobre seus públicos para o mercado publicitário e ainda comercializa os anunciantes por meio das propagandas. Um fator importante para ressaltar, é que a sociedade não participa conscientemente dessa situação, já que cotidianamente fornecem seus dados de forma voluntária para as plataformas que visam apenas o lucro.

Portanto, o jornalismo se inseriu no regime de historicidade da modernidade, principalmente com foco em colocar os seus produtos como verídicos, pautando-se no mito da imparcialidade e objetividade. Mas, diante dessa realidade, a sociedade começou a perceber que o jornalismo manipulava as informações (Rego, 2021).

Nesse sentido, para retomar a confiança do público, o jornalismo precisa buscar novas alternativas para continuar o exercício da profissão sem depender de ações publicitárias ou de outros modos de financiamento que interfiram no resultado da sua

produção noticiosa, tal como no silenciamento diante de determinadas situações. Para Castilho (2022, p. 1) o campo do jornalismo enfrenta atualmente o desafio de decidir entre adotar uma prática sem fins lucrativos ou se vincular a uma perspectiva comercial. Essa é uma questão que surge em meio às transformações provocadas pela era digital e que impactam na natureza da profissão jornalística. Para tanto, “trata-se de optar entre condicionar o exercício e a sustentabilidade financeira do jornalismo ao interesse social, ou manter a situação atual, em que os objetivos econômicos e políticos dos donos de empresas jornalísticas determinam quais as notícias que serão publicadas”.

Diante desse contexto, o público colocou em descrédito a credibilidade jornalística, pois identificou que as notícias possuem intencionalidades, na maioria dos casos, e que a mensagem pode ter mudanças conforme a ideologia dos meios de comunicação. Para Gonçalves (2021), duas questões podem ajudar a compreender a crise na credibilidade jornalística, sendo a primeira diz respeito a fatores internos como a falta de transparência e responsabilidade das instituições e a segunda, são questões externas, que se configuram na disseminação da desinformação.

Diante do exposto, vale destacar a perspectiva de Pereira e Adghirni (2011, p. 50), a qual explica que essa “crise dos jornais” ou do jornalismo, na verdade, é um mito, porque os dados sobre o consumo mostram haver uma transferência de leitores/espectadores da mídia tradicional para as digitais. Sendo assim, “a velocidade desse processo e as consequências dele, contudo, são difíceis de mensurar. Ou seja, seria precipitado dizer que os jornais estão em vias de extinção ou que serão substituídos pelas novas plataformas noticiosas”.

No mesmo viés de Pereira e Adghirni (2011), o professor Jean Charron, em entrevista para Livia Guilhermano (2019, p. 10), afirmou que a crise do jornalismo “é a crise do financiamento da produção de informação”. Pois, não diz respeito a falta de interesse da sociedade, e sim, uma mudança informacional por parte dos jovens, que ao invés de lerem em papel, ler em tablets e smartphones, portanto não é uma crise de falta de leitores. Os jornalistas sabem como realizar o seu ofício, desse modo, não se pode afirmar que é uma crise do jornalismo, para Charron, os jornalistas têm que “mudar o modo de organização, criar empresas sem fins lucrativos, ter recursos de patrocínios públicos ou patrocínios privados, no lugar do financiamento publicitário”.

Rego (2021, p. 226) expõe que é preciso encontrar um equilíbrio entre o regime de historicidade da modernidade com base na ciência objetiva e a situação do

jornalismo, além de buscar entender como as crenças, valores e experiências são mais consideradas do que a racionalidade. A autora argumenta no que diz respeito ao jornalismo, “que o retorno a um método pautado em um jornalismo asséptico, imparcial, objetivo e distante não funciona mais. É preciso encontrar uma terceira via que devolva a credibilidade à instituição jornalística”, através de um debate com o público por intermédio de variadas formas.

Nesse cenário, o fact-checking se transformou em negócio jornalístico, só que, o seu diferencial em relação à mídia tradicional, é sobre quem o financia como forma de deixar transparente os seus recursos, com intuito de ter confiança da sociedade, enquanto os veículos de jornalismo não deixam essa questão explícita. Destaca-se que as plataformas de Fact-checking trabalham com o objetivo de diminuir e combater o impacto da desinformação na sociedade, considerando que enquanto economia política esse trabalho tem diversos interesses políticos e econômicos, já que têm como financiadores inúmeras instituições (Albuquerque, 2021).

Albuquerque (2021, p. 126) explica ainda que é importante ressaltar que “o fenômeno do fact-checking, assim como a rede de combate à desinformação que se estrutura em torno dele, tem sólidas raízes em modelos de gestão da produção e difusão de conhecimento legitimado, que são associados ao projeto de globalização neoliberal”. Entretanto, o fact-checking é uma forma de restabelecimento da credibilidade do jornalismo, pois foge da configuração de monopólios informativos, contribuindo para melhorar a imagem da profissão perante o público e garantir informações pautadas na verificação dos fatos.

3.2 “O jornalismo colaborativo contra a desinformação” na pandemia da COVID-19

O ano de 2020 foi marcado pelo início da pandemia da COVID-19, a qual causou milhares de mortes pelo Brasil e no mundo. Nesse contexto incerto, diversos locais, no mundo, adotaram o isolamento social e o *lockdown* com o fechamento do comércio, e abertura somente de serviços essenciais, essa medida tinha como foco principal a diminuição de circulação populacional e, conseqüentemente, de contaminação da doença, que inicialmente não se tinha muito conhecimento sobre a situação.

Juntamente com a crise sanitária, o mundo enfrentou um movimento de desinformação sobre o novo coronavírus. “Tal fato, motivou a criação do termo

infodemia, que expressa a desinformação, o volume e difusão das mensagens falsas sobre o tema”. Essa situação passou a ser debatida pelo jornalismo, já que além da produção em massa de mensagens falsas, os órgãos da saúde tinham que lidar com agentes políticos que contribuíram para a situação, como, por exemplo, “os presidentes Andrés Manuel López Obrador, do México, Jair Bolsonaro, do Brasil” e Donald Trump, dos Estados Unidos da América. O negacionismo por parte desses gestores em relação à pandemia ia, em contrapartida, as informações em relação à gravidade da doença, as recomendações de isolamento social, os dados sobre o número de casos e as mortes ocasionados pela disseminação da COVID-19 (Lima; Andrade; Lima, 2023, p. 223).

Nesse contexto, as narrativas desinformativas baseadas na pseudociência negavam a gravidade da doença e argumentavam que as medidas de contenção impostas para conter o vírus eram desproporcionais, pois a COVID-19 poderia ser enfrentada como uma gripe comum. Nesse sentido, Ferreira (2021, p. 28 - 29) relaciona que “as redes sociais acabaram por servir de incubadora ao desenvolvimento de movimentos negacionistas, ancorados nas mais variadas teorias da conspiração, passaram a partilhar de forma diária conteúdo predominantemente falso ou descontextualizado” visando comprovar tais argumentos.

A alta quantidade de desinformação que circulou durante a pandemia da COVID-19 no Brasil e no mundo, ressalta a importância do jornalismo de verificação na checagem de temas fraudulentos que tinham como propósito reverberar a pseudociência e o negacionismo científico. Lima, Andrade e Lima (2023, p. 216) ao afirmarem que “tal ampliação temática impõe a esse gênero jornalístico uma concepção mais ampla: a de um gênero que avalia a veracidade de fatos presentes em diversos assuntos e que alega se contrapor à desinformação e às comunicações enganosas”. O que já pode ser observado nas verificações realizadas por agências de *fact-checking* no campo político ou da saúde que “buscaram avaliar a precisão e fidedignidade de determinada informação”.

É importante salientar que as instituições que se propõem a realizar checagens de fatos precisam ser apartidárias, pois não é o suficiente ter uma metodologia eficiente e organizada de coleta de dados rigorosas. Assim como, ter sempre em mente que *fact-checking* tem como foco a sociedade, a fidelidade de fatos, a transparência e a acessibilidade (Neisser, 2015).

Diante dessa conjuntura, o jornalismo operou no trabalho de combate a narrativas antivacinas, durante a pandemia, do mesmo modo, em relação a *fake Science*. Tanto o jornalismo de verificação, como o projeto Comprova permitiram uma checagem a fundo dessas desinformações divulgadas em vários meios, que plantavam dúvidas sobre a pandemia e de como agir diante desse momento de crise. Conforme aponta Oliveira (2020, p. 24), as teorias conspiratórias durante a pandemia do Coronavírus “tomam uma relevante proporção no debate público, a autoridade científica foi substituída por outros saberes e a disputa pela informação passou a ser travada por diferentes atores”.

Posto isso, durante a pandemia da COVID-19 a desinformação estava sendo disseminada de forma rápida e impactando a rotina e a saúde da população, assim como a cobertura vacinal. Consoante com Rêgo (2021), o movimento antivacina pode ter provocado mortes, ao juntar-se com outras organizações que divulgavam notícias falsas, com intuito de criar um cenário de pânico e fazer com a que sociedade não acreditasse nas medidas de segurança adotadas pelos órgãos de saúde, como o isolamento social e o uso de máscaras.

Massarani et al. (2021, p. 32) explicam que em situações como essas com a “presença marcante das mídias sociais digitais nas conversações públicas, na formação da opinião pública e na (des)construção de narrativas políticas que as atividades de *fact-checking* tiveram que atuar durante a pandemia de COVID-19”. O trabalho jornalístico nessas conjunturas consiste em verificar narrativas, dados, informações oficiosas, por meio das práticas da profissão, softwares e fontes especializadas no assunto.

Durante a crise sanitária mundial, o *fact-checking* auxiliou na confirmação da veracidade de afirmações sobre os boatos que circulavam em torno do vírus, seja relacionado ao tratamento, surgimento da doença, ou da própria vacina. Porém, como ressaltam Seibt e Dannenberg (2021) nem sempre a checagem realizada pelos jornalistas que atuam nessas agências consegue verificar todas as narrativas abordadas pela desinformação, tendo em vista a limitação das metodologias e dos conteúdos passíveis de comprovação. Nesse sentido, o material produzido pelas iniciativas de checagem responde parcialmente aos desafios da desinformação, visto que, a falta de qualidade em certas declarações, às vezes, não se limita a dados imprecisos ou incorretos.

Paralelo ao trabalho já desempenhado pelas plataformas de checagem, o jornalismo observou a necessidade da criação do Consórcio de Veículos de Imprensa²⁶, a partir de um esforço conjunto e colaborativo dos meios de comunicação brasileiros, que compreendiam ser importante seguir informando a população sobre a realidade da pandemia, para disseminar mais conhecimento e transparência dos dados (Ferreira, 2023). Seis dos maiores veículos de comunicação do Brasil, entre eles, a Folha de São Paulo, o Extra, o G1, O Globo, O Estado de São Paulo e o UOL se uniram para levar os dados atualizados sobre a pandemia.

No dia 8 de junho de 2020, o Consórcio de Veículos de Imprensa passou a captar e divulgar dados sobre a crise de saúde no país, tendo em vista que a mídia estava com dificuldades de acessá-los junto às fontes oficiais. A princípio, os dados sobre os números de casos e falecimentos no Brasil eram repassados através dos órgãos da saúde ao nível municipal, estadual e federal, porém com o tempo, começaram a ocorrer restrições de acesso às informações (Ferreira, 2023).

Neste período, o jornalismo era diariamente atacado quando buscava mais informações sobre a pandemia, do mesmo modo, desacreditado frequentemente pelo Presidente da República, que questionava a ética, a imparcialidade e a ideologia dos veículos de comunicação. Essa decisão exigiu uma apuração aprofundada por parte das equipes de jornalismo e saúde (Ferreira, 2023). Cabe ressaltar que no Brasil, o jornalismo enfrentou grandes desafios para manter o público informado diante da restrição de dados impostas pelo governo em exercício na época.

Diferentes organizações, como grupos profissionais, sindicatos, centros de estudo e meios de comunicação, encarregaram-se de elaborar orientações para jornalistas durante a pandemia, tendo em vista a emergência em repassar informações corretas e seguras sobre o Coronavírus. Em meio aos desafios e incertezas e da complexidade em torno da pandemia, o mundo precisou estar informado sobre a evolução da doença e as formas de contágio do vírus (Miranda; Fidalgo; Martins, 2021).

Além disso, foi decretado um "estado de emergência" na cobertura jornalística sobre a crise sanitária em virtude da propagação de boatos e desinformação,

²⁶ Não temos a pretensão aprofundar o estudo sobre o trabalho desempenhado pelo Consórcio de Veículos de Imprensa, mas entendemos que esta proposta realizada pelos jornalistas durante a pandemia foi uma importante ação e prestação de serviço à sociedade. Sendo desta forma, uma atividade colaborativa que assim como o jornalismo de verificação também atuou na pandemia para levar informações precisas às pessoas.

destacando assim, a importância da verificação de fatos para esclarecer a sociedade os assuntos que eram, ou não, reais, e preservar a confiabilidade dos veículos de imprensa (Miranda; Fidalgo; Martins, 2021). Vale salientar que a decisão de iniciar com o projeto do Consórcio de Veículos foi da direção das empresas, ou seja, mais uma vez, o poder de decisão sobre a história do tempo presente, foi da mídia hegemônica. Porém, era uma iniciativa, até então, inédita, já que os veículos de jornalismo são concorrentes diretos no mundo dos negócios (Ferreira, 2023).

Com realidades e temporalidades distintas, considerando a extensão do país, alguns erros foram inevitáveis, mesmo com o esforço da apuração minuciosa, os profissionais estavam diante de dados exorbitantes e, além disso, precisavam humanizá-los, já que se tratava de pessoas, famílias inteiras, e um colapso no sistema de saúde, que, em muitos momentos não conseguiu atender a grande demanda.

Logo, o Consórcio de Veículos de Imprensa se tornou referência no modelo em relação ao jornalismo colaborativo, em meio a uma das maiores crises sanitárias da história da humanidade e em tempos em que a profissão busca ressignificar a sua atuação. Destaca-se que o projeto ultrapassou o seu objetivo inicial, pois conseguiu trazer consciência para a população e alertar sobre a transmissão do vírus em percurso na pandemia.

Nesse contexto, a ausência ou atraso de informações por parte do governo federal e sob comando do ex-presidente Jair Bolsonaro reverberou no cenário desinformativo e de negação das consequências graves da pandemia, assim como, nas questões que já discutimos nos capítulos anteriores, relacionadas a pseudociência e o negacionismo científico, que foram evidenciados nesse período, tanto pelas narrativas falsas como pelo maior chefe de estado do país.

Na crise sanitária mundial imposta pelo Coronavírus, os profissionais do campo jornalístico uniram-se colaborativamente para combater a desinformação, levar informações sobre a pandemia e manter o seu papel social. Seja por meio do jornalismo tradicional, do consórcio de imprensa ou do jornalismo de verificação. O trabalho desempenhado reforçou que apesar da crise de credibilidade enfrentada pela instituição, o jornalismo é indispensável para manter, fiscalizar e informar a sociedade.

Miranda, Fidalgo e Martins (2021) explicam que diante de uma crise de saúde pública, o jornalismo é imprescindível para reduzir a incerteza e a ansiedade em relação à doença. Nesse sentido, os veículos de comunicação atuam como intermediários entre governos, instituições de saúde e a sociedade. Nesse sentido, a

cobertura midiática, que inicialmente se baseava em valores-notícia como o inesperado, a partir do impacto e da durabilidade da pandemia passou a ser ditada pela continuidade desse mesmo acontecimento.

Neste enquadramento, a atual pandemia de Covid-19 tem constituído um desafio para os jornalistas e para as fontes, destacando-se aqui as de natureza oficial, com responsabilidade sobre a gestão da crise sanitária. Os media noticiosos estão sempre em busca de informação atualizada e, não raras vezes, as fontes não têm capacidade de resposta, até porque se trata de campos com vivências temporais opostas: os jornalistas escrevem 'em emergência', as fontes, sobretudo as científicas, gerem o tempo necessariamente de outro modo. Os jornalistas dependem de fontes de informação para fazerem o seu trabalho e, no caso de uma emergência de saúde pública, a natureza predominantemente técnico-científica da informação faz aumentar essa dependência (Miranda; Fidalgo; Martins, 2021, p.1).

Desse modo, o *fact-checking*, por sua vez, permite ampliar o poder social do jornalismo, frente ao combate à desinformação, especialmente, em um período de crise em saúde pública como o da COVID-19. Ao tempo em que as narrativas falsas alcançavam a sociedade e se disseminavam deliberadamente, os verificadores de fatos trabalhavam para esclarecer os dados imprecisos e que contribuíram para ampliar a gravidade da pandemia diante das desconfianças e do medo sobre o Coronavírus.

Ao separar os fatos que correspondem, ou não, a realidade e classificá-los para que a sociedade possa compreender o grau de veracidade das informações imprecisas verificadas, as agências de *fact-checking* possibilitam mediar a ligação entre as esferas sociais que regem a sociedade e públicos (Luengo e García-Marín, 2020). Por isso, como afirma Garrett (2020), o trabalho desenvolvido pelos verificadores de fatos em relação a alta propagação de desinformação na pandemia possibilitou uma “contrainformação” de fácil acesso, ágil, precisa, e elaborada conforme os valores morais jornalísticos, permitindo difundir uma narrativa consistente e baseada na evidência científica.

Luengo e García-Marín (2020, p. 244) sinalizam que em um “contexto de desconfiança polarizadora, os verificadores de fatos independentes não só atrasam, como derrubam rumores virais, conspirações, trolls ou boatos, mas suas avaliações tornam possível equilibrar narrativas públicas com empirismo”. No entanto, como explica Chou et al. (2021) nem sempre o *fact-checking* consegue anular os efeitos da exposição à desinformação, pois nesse processo de recepção das checagens por

parte dos leitores existem limitações do próprio público. Questões relacionadas às emoções pessoais, desconfiança, dissonância cognitiva, etc. tornando as pessoas suscetíveis a determinados tipos de desinformação e resistentes a futuras tentativas de correção.

3.3 Projeto Comprova durante a pandemia da COVID-19

O Projeto Comprova é uma iniciativa da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), e as atividades realizadas pela coalizão de veículos são desempenhadas de forma colaborativa e sem fins lucrativos, tendo como principal foco a investigação de assuntos suspeitos de desinformação que circulam na Internet. “O objetivo do Comprova é identificar e enfraquecer as sofisticadas técnicas de manipulação e disseminação de conteúdo enganoso que vemos surgir em sites hiperpartidários, aplicativos de mensagens e redes sociais” (Comprova, 2024).

Com essa crescente de agências de *fact-checking*, algumas se destacaram como o projeto Comprova, criado em 2018, para operar durante o período eleitoral, desde então a iniciativa recebe apoio para prosseguir suas atividades em fases anuais. Desse modo, a iniciativa é composta pela junção de vários meios de comunicação, e nos primeiros anos de atuação teve como foco, apenas, a verificação de dados relacionados às eleições presidenciais, no Brasil, após a chegada da pandemia e a crescente disseminação de narrativas falsas. Assim, o projeto dedica-se a checar assuntos relacionados a pandemia da COVID-19.

O Comprova foi idealizado pelo First Draft, um projeto desenvolvido por plataformas como a *Bellingcat*, *Dio Deeper*, *Emergent*, *Eyewitness Media Hub*, *Google News Initiative*, *Meedan*, *Reported.Ly*, *storyful.*, *Verification Junkei*, para verificar e combater a desinformação. Criado em 2015, a iniciativa buscava orientar instituições como encontrar, investigar, verificar e realizar o processo de checagem dos fatos na Internet. Um ano após a fundação do First Draft, a coligação se tornou uma rede de parceiros em plataformas, universidades e diversas organizações da sociedade.

Em 2017, o projeto passou a desenvolver o laboratório de Desordem Informacional no Shorenstein Center for Media, Politics and Public Policy da Kennedy School de Harvard, a qual visava pesquisar a propagação e os perigos da desinformação presente na Internet. No ano de 2019, o First Draft passou a ser uma instituição independente e sem fins lucrativos, abrindo seu escritório na Austrália, na

cidade de Sydney. No mês de junho de 2022, após sete anos de atuação, o First Draft comunicou o encerramento de suas atividades e o arquivamento do site pela Internet Archive. No site da instituição não consta o motivo do fechamento da plataforma e do fim do seu trabalho.

Figura 1: Página inicial do Projeto Comprova



Fonte: Comprova (2024)

A partir desse contexto, a equipe do projeto Comprova está na sua quinta fase de atuação, a primeira²⁷ durou cerca de 12 semanas e ocorreu no período das eleições presidenciais de 2018, tendo como foco, a checagem de conteúdos duvidosos que poderiam conter em sua narrativa falsidade e assim interferir nas campanhas eleitorais. Ao todo, os jornalistas produziram 146 matérias e destes conteúdos, 92% foram considerados comprovadamente falsos ou tiveram alguma distorção que poderia enganar as pessoas. Nesta primeira fase, a participação social mostrou interesse para que as narrativas fossem verificadas pelos jornalistas, o

²⁷ Veja mais em: https://projeto comprova.com.br/post/re_2b5w8xz5jmvb/.

projeto recebeu via *WhatsApp* mais de 67 mil sugestões de conteúdo para serem verificados.

A segunda²⁸ fase de atuação foi realizada em julho de 2019, e durou cinco meses, o trabalho desenvolvido nesse período teve como foco verificar conteúdos sobre as políticas públicas do governo federal liderado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. Nesta fase, os jornalistas empenharam-se em produzir reportagens mais elaboradas, transparentes, além de chegar à fonte original de onde partiu a desinformação, possibilitando desta forma, traçar um caminho completo dos danos que podem ter provocado ao se disseminarem em rede, bem como a retratação e exclusão de alguns materiais. Ao concluir esta fase, o Comprova produziu 77 reportagens das narrativas verificadas, publicadas nas páginas dos veículos que atuaram no projeto durante esse período, assim os materiais das checagens se transformaram em mais de 520 artigos.

A terceira²⁹ fase aconteceu em 2020, no período da pandemia da COVID-19, no momento que o mundo vivenciou uma das maiores crises sanitárias mundiais. Além de um cenário desinformativo, tais narrativas falsas poderiam colocar em risco a saúde e a vida das pessoas. Nesse sentido, o projeto produziu 287 matérias, nas quais os conteúdos suspeitos foram investigados, e desse total apenas 8 foram considerados condizentes com a realidade. Nesta fase, participaram da produção das verificações 78 jornalistas e 14 estagiários.

Os assuntos analisados correspondiam a desinformação sobre o tratamento precoce da COVID-19, vacinas e medicamentos para tratar a doença, como a Cloroquina e Ivermectina, tal como assuntos relacionados à política. Nesta terceira fase a iniciativa de checagem contou com a colaboração da Embaixada dos Estados Unidos, no Brasil, que viabilizou treinamento para aprimorar as checagens. A criação do Comprova + Comunidades³⁰ possibilitou a coalizão de veículos de imprensa, a junção de mais 16 novos grupos de jornalistas de outras instituições como: Alma Preta, Agência Mural, Marco Zero, Favela em Pauta, Coletivo Bereia, Coletivo Niara, Rádio Noroeste e Amazônia Real.

²⁸ Saiba mais em: <https://projetocomprova.com.br/publica%C3%A7%C3%B5es/segunda-fase-do-projeto-comprova/>.

²⁹ Veja mais em: <https://projetocomprova.com.br/publica%C3%A7%C3%B5es/comprova-encerra-terceira-fase-com-283-investigacoes-publicadas-194-estao-relacionadas-a-pandemia/>.

³⁰ Conheça mais em: <https://projetocomprova.com.br/publica%C3%A7%C3%B5es/abraji-lanca-comprova-comunidades/>.

Na quarta³¹ fase o objetivo foi combater a desinformação sobre a pandemia, assim como, fatos sobre a política, tema verificado desde 2019, no projeto. Iniciada em abril de 2021, a quarta fase contou com um jornalismo mais crítico e preocupado em minimizar os erros em suas checagens, para isso, as verificações produzidas pelo Comprova foram realizadas em parceria com, ao menos, três jornalistas e, posteriormente revisadas por outros veículos que não participassem do processo de investigação e produção do material. Nessa etapa, 53 repórteres do Comprova produziram 187 matérias de conteúdos que se disseminaram na Internet, um novo formato foi apresentado nesta fase, o Comprova Explica³², visa esclarecer alguns assuntos que estão circulando na rede e que estejam em alta no debate entre os usuários.

A quinta³³ fase realizada pelo projeto foi iniciada em 2022, com o objetivo de investigar a desinformação no período eleitoral, objetivando a disputa política entre o atual presidente do país, Luiz Inácio Lula da Silva, e a tentativa de reeleição de Jair Bolsonaro. Com a colaboração de 91 jornalistas, o Comprova desenvolveu 378 matérias relacionadas a conteúdos falsos que circularam nas eleições.

Além disso, a coalizão de veículos atuou em diversas frentes para reduzir os impactos da desinformação, como a partir do convênio com o *Poynter Institute* que possibilitou um mini curso gratuito às pessoas com mais de 50 anos para incentivar uma leitura crítica dos materiais que circulam em rede. A criação do aplicativo do Comprova permitiu a denúncia de assuntos suspeitos de desinformação e incentivar a educação midiática; a participação do Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do *CheckBR*; o Comprova apoiou o projeto #FakeToFora, além de ter participado no “*Brazilian Presidential Election 2022 Web Archive*”.

Diante do exposto, iniciativas como o Comprova são aliados de uma cobertura jornalística que se preocupa em noticiar questões importantes para a sociedade, por meio de uma checagem no meio digital que se propõe a tratar sobre fatos verdadeiros e transparentes para diminuir o impacto da desinformação. Segundo o ex-presidente

³¹ Veja mais em: <https://projeto comprova.com.br/publica%C3%A7%C3%B5es/comprova-encerra-quarta-fase-com-187-verificacoes-de-conteudos-que-viralizaram-nas-redes/>.

³² Conheça mais em: <https://projeto comprova.com.br/publica%C3%A7%C3%B5es/mascaras-protectem-contra-epidemia-de-h3n2-entenda/>.

³³ Veja mais em: <https://projeto comprova.com.br/publica%C3%A7%C3%B5es/comprova-encerra-a-quinta-fase-com-378-reportagens-publicadas/>.

da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), Marcelo Träsel “o Comprova é o maior projeto colaborativo entre redações brasileiras de que se tem notícia, e a participação de cada vez mais organizações locais e especializadas vai tanto ampliar a diversidade, quanto aumentar a capilaridade do conteúdo produzido” (Träsel, 2021).

Os parceiros do Comprova desenvolveram princípios orientadores a serem seguidos para que suas checagens possam ter uma maior transparência e confiabilidade dos leitores. Dentre os valores da iniciativa, estão o ‘rigor’, em explicar e contextualizar os conteúdos verificáveis por meio de evidências que possam de fato serem averiguadas. Nesse aspecto, o Comprova (2024) enfatiza que “nenhum relato será publicado sem que pelo menos três redações parceiras concordem com os passos de verificação seguidos, as conclusões obtidas e a veracidade geral do texto”.

A ‘integridade e a imparcialidade’ são outros princípios seguidos pela coalizão de veículos, para isso, todos os conteúdos analisados pelo projeto devem ser selecionados a partir da rápida disseminação e alcance na Internet. A cada semana, conforme o explicado pela iniciativa, o material de checagens produzidas será avaliado pelo Conselho Editorial do Comprova, o qual é composto por representantes de cada veículo parceiro do projeto.

A ‘independência’ se refere ao financiamento e a interferência de terceiros nos materiais produzidos pela plataforma de verificação. Nesse sentido, tanto o projeto, quanto os jornalistas, que compõem a coalizão, não podem ter filiação política, assim como, participar de checagens que possam ter conflitos de interesses. As decisões do Comprova são tomadas de forma coletiva, e todos esses aspectos garantem que qualquer apoio concedido para o projeto não influencie no resultado do trabalho desempenhado em suas produções.

Outro princípio a ser seguido corresponde a ‘transparência’, neste caso, todas as reportagens devem possibilitar aos leitores percorrer os caminhos seguidos durante o processo de investigação, que evidenciaram o teor de veracidade do conteúdo analisado. Nesse sentido, qualquer alteração ou correção na matéria deve ser devidamente explicada aos leitores.

Por último, o Comprova (2024) pontua como princípio o compromisso com a ‘responsabilidade ética’ que se refere ao cuidado com a divulgação de suas reportagens para não estimular a disseminação de informações falsas, assim como, “em casos de pessoas identificadas erroneamente e falsamente acusadas ou

correndo o risco de se transformar em vítimas, a partir de sua inclusão em uma reportagem”. O projeto adota medidas para proteger a identidade e não expor as pessoas envolvidas no conteúdo, pois podem sofrer retaliações por parte do público. Outra questão de responsabilidade ética, é o cuidado para não criar títulos alarmistas, e com isso confundir ou provocar alarme diante de determinadas situações.

As reportagens do Comprova (2024) adotam etiquetas de verificação, tendo em vista facilitar e dar clareza às conclusões do conteúdo analisado. As quatro etiquetas definidas para representar o teor de veracidade são: *enganoso* – que se refere a conteúdo tirado de contexto e que possa induzir o internauta a uma conclusão errada do assunto original; *falso* – conteúdo criado ou forjado que tenha sofrido alterações com o objetivo de enganar a sociedade; *sátiras* – corresponde a “memes, paródias e imitações publicadas com intuito de fazer humor”; *comprovado* – material comprovadamente condizente com a realidade.

O Projeto Comprova realiza o modelo de checagem cruzada conhecida como *Cross-checking*, em que, um assunto é verificado em colaboração com três ou mais parceiros que produzem um relatório de checagem e, posteriormente, é analisado por outro grupo de verificadores, visando garantir que os erros durante a checagem sejam minimizados. Além disso, esse processo permite que os jornalistas continuem exercendo suas atividades com ética e responsabilidade, e que a metodologia desenvolvida pela iniciativa, seja seguida de forma transparente, apartidária e fiel aos seus princípios. Cada reportagem produzida pela coalizão de veículos é divulgada no site, redes sociais, e *WhatsApp*, e hospedada ou divulgada na própria página de cada instituição jornalística parceira.

Para manter as suas atividades o Comprova necessita de financiamento, alguns jornalistas precisam se dedicar para garantir a funcionalidade da plataforma, e que profissionais de pequenos jornais com menos recursos possam colaborar com o projeto e sejam remunerados. Desse modo, os recursos são destinados para a capacitação da equipe de checagem. Desde 2018, o *Google News Initiative* e o *Meta Journalism Project* dão suporte financeiro para que a coalizão de veículos continue exercendo o papel de verificar narrativas desinformativas que circulam de forma online. Além desses parceiros, o Comprova recebe a colaboração de outros apoiadores:

Desde 2021, o WhatsApp apoia o Comprova financiando uma solução tecnológica para atendimento dos leitores pelo aplicativo. Em 2020, o Twitter forneceu créditos para impulsionamento de publicações na plataforma. First Draft apoiou financeiramente o projeto no início da pandemia e colaborou nos programas de formação dos jornalistas que trabalham no projeto. A Embaixada dos Estados Unidos no Brasil financiou o projeto + Comunidades, permitindo que oito coletivos jornalísticos que têm foco em questões raciais, religiosas ou que atuam em comunidades periféricas pudessem participar do Comprova por seis meses, recebendo treinamento, equipamentos e bolsas. Em 2022, a Embaixada dos Estados Unidos no Brasil financiou o projeto +Redações, que possibilitou a seis organizações de mídia (uma de cada região e outra do Distrito Federal) ter um jornalista dedicado ao Comprova por 11 meses. Em 2023, o Google financiou o desenvolvimento do aplicativo do Comprova (Android e iOS). O TikTok contribuiu com recursos para formação de equipe de produção e criação de conteúdos em vídeo para distribuição nas redes sociais do Comprova e de seus parceiros (Comprova, 2024).

A frente do projeto estão os jornalistas que compõem o quadro de editores da iniciativa de checagem, como Hélio Miguel Filho, editor de distribuição e coordenador das estratégias de mídias sociais; David Michelsohn, editor de arte e vídeo e responsável pela comunicação visual do Comprova; José Antônio Lima - editor-assistente do Comprova, e Sérgio Lüdtkke, editor-chefe do Comprova e responsável pela área executiva do projeto. Ao todo, o Comprova é formado por 41 instituições jornalísticas que juntas realizam esse trabalho de checar as narrativas suspeitas de desinformação. Segundo o Comprova (2024), os parceiros do projeto “estão unidos no compromisso de investigar – de maneira precisa e responsável – declarações, especulações e rumores que estejam ganhando fôlego e projeção na internet”.

A partir dessas perspectivas e da exponencialidade da desinformação durante a pandemia, o jornalismo se faz, ainda mais, necessário com a verificação das informações que circulam na sociedade. Mediante a iniciativas como a do Comprova, o jornalismo de verificação possibilita que conteúdos suspeitos de adulteração sejam checados e esclarecidos se de fato condizem, ou não, com a realidade. Desta forma, tais iniciativas auxiliam para que as pessoas possam embasar suas decisões, especialmente porque a desinformação pode provocar manipulações na opinião pública, minar a confiança em instituições, influenciar nos processos eleitorais, e em cenários como a pandemia da COVID-19, interferir na segurança e na saúde das pessoas.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO

4.1 Processo metodológico

Neste capítulo, utilizaremos para analisar as narrativas desinformativas sobre as vacinas da COVID-19 a Hermenêutica de Profundidade (HP) de John Thompson (2011). Nesse viés, a HP visa analisar as formas simbólicas, tendo em vista que este método pode ser aplicado em diversos campos da sociedade. Além disso, requer uma interpretação de modo que encontre as potencialidades, assim como, definir os limites do material que se pretende investigar (Thompson, 2011).

A Hermenêutica em Profundidade (HP), como explica Thompson (2011) permite uma análise ampla dos objetos simbólicos presentes na sociedade. Para tanto, “quando os analistas sociais procuram interpretar uma forma simbólica, por exemplo, eles estão procurando interpretar um objeto que pode ser ele mesmo, uma interpretação, e que pode já ter sido interpretado pelos sujeitos que constroem o campo-objeto, do qual a forma simbólica é parte” (Thompson, 2011, p. 359).

Nas palavras do autor, “formas simbólicas são construções significativas que exigem uma interação; elas são ações, falas, textos que, por serem construções justificativas, podem ser compreendidas” (Thompson, 2011, p. 357). As bases para a metodologia de Thompson são fundamentadas a partir da hermenêutica desenvolvida por Heidegger, Gadamer, Dilthey e Ricoeur, entre os séculos XIX e XX.

Prediger et al. (2018) explica que Thompson sugere por meio da HP uma abordagem metodológica analítica, na qual se faz necessário um pensamento crítico e interpretativo. E é, justamente, através da interpretação que é possível compreender os fenômenos sociais e históricos. Com base na hermenêutica de Ricoeur e Habermas, Thompson desenvolveu uma releitura sobre como analisar as formas simbólicas, tendo em vista, as questões linguísticas que envolvem a sociedade e visando, especialmente, uma interpretação e compreensão mais pontual acerca do que os cientistas desejam investigar.

Na área da comunicação, o processo metodológico do sociólogo britânico pode ser direcionado para aspectos que tangem a produção do jornalismo e a receptividade dos conteúdos por parte do público. Nesse contexto, a pesquisa da hermenêutica em profundidade, trabalha com direcionamentos voltados para o contexto sócio-histórico, além dos sentidos das mensagens transmitidas ou recebidas (Nazário et al., 2016).

Na metodologia da hermenêutica elaborada por Thompson (2011), a HP é dividida em três fases que viabilizam a interpretação das questões sociais que se aspira observar e analisar. Para isso, primeiro é necessário realizar uma análise sócio-histórica, em seguida, a análise formal ou discursiva e por último, a interpretação e reinterpretção das questões, que foram encontradas nos dados obtidos nas etapas anteriores.

No entanto, antes de iniciar a execução desses três processos, Thompson (2011) compreende que é preciso realizar a Interpretação Doxa, visto que tal caminho também faz parte do campo hermenêutico. Conforme aponta Moura e Almeida (2017, p. 83), a Interpretação Doxa é “entendida como uma interpretação da vida cotidiana, a captação dos significados manifestos no senso comum, que podem ser obtidos por meio da etnografia, entrevistas, observação participante e outros tipos de abordagem”.

Para Thompson (2011), é importante que essa pré-etapa seja seguida, especialmente, por ter relação direta com a forma com que a sociedade interpreta e compreende as questões simbólicas. Desse modo, desconsiderar a visão dos indivíduos sobre os acontecimentos que vivenciam e do qual fazem parte, interfere no resultado e, sobretudo, na profundidade onde a pesquisa pode alcançar. Diante disso, cabe pontuar que:

A preocupação exclusiva com a interpretação da doxa é tão enganadora como o erro de não se tomar em conta essa dimensão. Para evitar esse perigo, devemos fazer o que eu descreveria como uma ruptura metodológica com a hermenêutica da vida quotidiana. Sem esquecer a interpretação da doxa, devemos ir além desse nível de análise, para tomar em conta outros aspectos das formas simbólicas, aspectos que brotam da constituição do campo-objeto. As formas simbólicas são construções significativas que são interpretadas e compreendidas pelas pessoas que produzem e recebem, mas elas são também construções que são estruturadas de maneiras definidas e que estão inseridas condições sociais e históricas específicas (Thompson, 2011, p. 364 - 365).

É por meio da Interpretação Doxa, que partimos do entendimento que durante a pandemia a desinformação relacionada a ciência sobre os imunizantes da COVID-19, interferiu na credibilidade das vacinas, além de ter contribuído para a recusa e, conseqüentemente, ter afetado a vida e a saúde das pessoas. Conforme aponta a pesquisa da União Pró-vacina USP, nos meses de maio a junho de 2020, os conteúdos fraudulentos sobre os imunizantes do Coronavírus cresceram 383%.

Consoante a esses dados, o estudo desenvolvido pela AVAAZ (2020) mostra que a desinformação sobre saúde no primeiro ano da pandemia alcançou 3,8 bilhões de visualizações nas plataformas digitais. Sendo assim, as narrativas desinformacionais obtiveram um alcance considerável durante a pandemia do Coronavírus, influenciando as pessoas a aderirem seus posicionamentos negacionistas e antivacinas. Por isso, pesquisar sobre a crise sanitária mundial possibilita visualizar a atuação do fenômeno da desinformação nesse período, as interferências das narrativas fraudulentas e da falsa ciência, assim como, as questões que afetam e influenciam a sociedade.

Nessa perspectiva, a primeira fase da Hermenêutica em Profundidade é a análise sócio-histórica, Thompson (2011, p. 366) explica que “o objetivo da análise sócio-histórica é reconstruir as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas”. Conforme aponta o autor, as maneiras e os caminhos que o pesquisador pode seguir nessa fase são múltiplas, tendo em vista, as peculiaridades simbólicas de cada contexto que se pretende interpretar e compreender.

Por isso, nesta fase o sociólogo define quatro percursos pelo qual é possível realizar a análise sócio-histórica: a situações espaços-temporais, em que ocorre a interação social e a maneira como cada sujeito recebe, transmite e reage às formas simbólicas. Os campos de interação, que situam as relações entre as pessoas e compõe um conjunto de normas e regras estabelecidas aos indivíduos de modo flexível e sutil, passando a moldar o comportamento, no entanto, o acúmulo de capital interfere nesses aspectos.

Assim como as instituições sociais que relacionam regras e recursos próprios que interagem com as questões da sociedade, além disso, constituem e produzem as trajetórias e posições do campo de interação. Por fim, a estrutura social exige do pesquisador uma formulação teórica com a aplicação de técnicas para se obter o resultado concreto das análises sócio-históricas, por isso, essa fase está relacionada ao modo de produção das instituições assim como das relações sociais.

Diante do exposto, nessa primeira fase da HP, a análise desta pesquisa se dá a partir das textualidades jornalísticas da coalizão dos veículos de comunicação do projeto Comprova, que durante o período da pandemia realizou a verificação das narrativas desinformacionais que circularam na Internet. Nesse sentido, selecionamos

apenas as matérias que se referem às checagens dos assuntos relacionados à vacina da COVID-19, para obtenção dos dados a serem analisados.

Assim, o presente trabalho se situa na etapa sócio-histórica a partir de um momento em que toda a sociedade foi afetada repentinamente pela pandemia do Coronavírus, mudando a vida cotidiana em todo o mundo para um cenário incerto, de isolamento social, uso de máscaras, novos hábitos de higiene e risco eminente de morte pela contaminação do vírus e modo como agiria em cada organismo.

Paralelo a esse momento da crise sanitária, a desinformação se disseminou de forma intensificada, contribuindo para que as pessoas se manifestassem contra as medidas dos órgãos de saúde, além de estimular a automedicação e tratamentos precoces sem comprovação científica. Nos primeiros rumores da produção de uma vacina desenvolvida para barrar o vírus da COVID-19, que tinha como foco o fim da pandemia, a desinformação criava narrativas que provocavam medo e dúvidas sobre a imunização, descredibilizando os estudos científicos.

Nesse contexto, a instituição jornalística cumpriu o seu papel social de informar e atualizar a sociedade sobre a pandemia, e, em contrapartida, atuava na verificação dos conteúdos que circulavam nos diversos meios e em especial na Internet. A vista disso, o percurso desta etapa é voltado para instituições sociais, na qual, o jornalismo produz trajetórias e posições no campo social a partir da sua produção noticiosa. Thompson enfatiza que:

A tarefa da primeira fase do enfoque da HP é reconstruir as condições e contextos sócio-históricos de produção, circulação e recepção das formas simbólicas, examinar as regras e convenções, as relações sociais e instituições, e a distribuição de poder, recursos e oportunidades em virtude das quais esses contextos constroem campos diferenciados e socialmente estruturados (Thompson, 2011, p. 369).

A segunda fase da HP refere-se a análise formal ou discursiva no que concerne às formas simbólicas e as mensagens no contexto social que podem ser investigadas e posteriormente compreendidas e interpretadas. Ou seja, nesse momento hermenêutica extrai do seu objeto de pesquisa tudo o que se possa ser analisado e expressar conhecimento sobre o assunto explorado.

Thompson (2011) explica que nesta fase, o pesquisador necessita escolher uma técnica de análise que melhor se enquadre para investigar e obter os dados do objeto desejado. Por isso, nesta etapa recorreremos à Análise de Conteúdo, a fim de

coletar os dados da plataforma do Projeto Comprova em relação à desinformação sobre as vacinas da COVID-19.

A Análise de Conteúdo (AC), é uma técnica para investigar de maneira objetiva as comunicações. Conforme Bardin (2011, p. 31) “não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações”. Ressaltamos que não utilizaremos a Análise de Conteúdo categorial, pois o nosso objetivo é interpretar e reinterpretar a partir de toda a textualidade exposta em cada matéria analisada, que conforme a hermenêutica aqui adotada, são compostas por narrativas capazes de nos fornecer uma compreensão do mundo que permite que as vacinas da COVID-19, e a própria ciência sejam constantemente atacadas e colocadas em suspeição pela desinformação.

Desta forma, Fonseca Junior (2012) acrescenta que a Análise de Conteúdo é uma técnica de investigação que permite descrever de forma sistemática e quantitativa o conteúdo presente nas comunicações, tendo como suas principais bases as análises do tipo temática e frequencial. Nesse contexto, são inseridas as etapas de codificação e categorização, sendo que a primeira pode ser definida como um “processo de transformação dos dados brutos de forma sistemática, segundo regras de enumeração, agregação e classificação, visando esclarecer o analista sobre as características do material selecionado”. Enquanto a segunda “consiste no trabalho de classificação e reagrupamento das unidades de registro em número reduzido de categorias, com o objetivo de tornar inteligível a massa de dados e sua diversidade” (Fonseca Junior, 2012, p. 298).

A última fase da Hermenêutica em Profundidade é a interpretação e reinterpretação que retoma os aspectos encontrados na análise sócio-histórica, na formal ou discursiva desenvolvidas anteriormente. Desse modo, como esclarece Thompson (2011), as duas etapas facilitam o processo da interpretação, contribuindo para a formulação de um olhar crítico, apresentando assim as perspectivas e as possíveis explicações para o que foi encontrado. Por isso, o sociólogo aponta que “ao desenvolver uma interpretação mediada pelos métodos do enfoque da HP, estamos reinterpretando um campo pré-interpretado; estamos projetando um significado possível que pode divergir do significado construído pelos sujeitos que constituem o mundo sócio-histórico” (Thompson, 2011, p. 376).

Nessa perspectiva, analisamos as narrativas verificadas pelo projeto Comprova, visando perceber o que a desinformação sobre as vacinas acionou na sociedade durante o primeiro ano de distribuição dos imunizantes contra a COVID-19. O período de análise da pesquisa, corresponde às verificações realizadas em 2021, primeiro ano de aplicação dos imunizantes contra o Coronavírus.

A partir desse recorte, realizamos a observação das matérias produzidas pela iniciativa de checagem. Nesse período, o Comprova desempenhava a sua quarta fase de atuação, que durou de abril a dezembro de 2021, e investigou 187 conteúdos suspeitos de desinformação, destes somente 3 foram considerados verdadeiros pela plataforma. Os assuntos verificados correspondiam a temas relacionados a políticas públicas do governo federal, a eleições presidenciais e a pandemia da COVID-19.

Nesse sentido, destacamos que essa é uma amostra intencional, por isso, selecionamos cinco matérias que correspondem aos assuntos que consideramos relevantes diante do material disponível na página do Projeto Comprova, que possuem em seu contexto a checagem de desinformação sobre as vacinas contra o Coronavírus. Durante a observação das reportagens, percebemos que as temáticas relacionadas a desinformação sobre as vacinas se repetiam abordando o mesmo assunto.

Por isso, buscamos selecionar matérias distintas para que a análise não fique repetitiva. Visando a amplitude da nossa pesquisa, assim como, uma perspectiva analítica diversa de outros possíveis contextos no cenário desinformativo antivacina em torno da pandemia. As reportagens escolhidas para análise continham uma verificação completa, detalhada, contextualizada e explicativa sobre a narrativa antivacina e que, principalmente, atendiam a proposta metodológica e reinterpretativa de Thompson.

A análise intencional tem uma abordagem qualitativa da hermenêutica de Thompson. Por isso, os assuntos foram escolhidos por terem uma abordagem diferente. Justificamos a quantidade de matérias analisadas, tendo em vista que por se tratar de uma pesquisa qualitativa há o risco de redundância diante das discussões e resultados encontrados. Evidenciamos que, na pesquisa qualitativa não temos a pretensão de replicabilidade, pois a intenção deste estudo é observar o ambiente analisado, no qual, posteriormente será interpretado e reinterpretado a partir dos aspectos que o cenário das matérias produzidas pelo Comprova nos fornece, desvelando, assim, o que há por trás dessas narrativas antivacinas verificadas.

Logo, os temas dos conteúdos fraudulentos antivacinas selecionados a partir das checagens produzidas pelo Projeto Comprova são: política, morte, profissional da área da saúde, efeito colateral adverso em crianças e site de cunho jornalístico. Abaixo segue a tabela com o tema e o título da matéria analisada.

Tabela 1: Relação das matérias produzidas pelo Comprova analisadas na pesquisa

DESINFORMAÇÃO SOBRE AS VACINAS VERIFICADA PELO PROJETO COMPROVA EM 2021	
TEMA	MATÉRIA CHECADA
1- CUNHO POLÍTICO	³⁴ Diagnóstico positivo de Doria não indica ineficácia da CoronaVac Publicada em: 16 de julho de 2021
2- MORTE	³⁵ É falso que morte de jovem no Rio Grande do Sul esteja associada à vacina contra covid Publicada em: 29 de setembro de 2021
3- PROFISSIONAL DA ÁREA DA SAÚDE	³⁶ Médico espalha tese infundada de que vacinados são perigosos e devem ser isolados Publicada em: 30 de novembro de 2021
4- EFEITO COLATERAL EM CRIANÇAS	Site antivacina inventa dado sobre efeito colateral em crianças imunizadas com Pfizer³⁷ Publicada em: 20 de agosto de 2021
5 - SITE JORNALÍSTICO	Site usa título sensacionalista sobre morte de vacinados contra a covid e engana leitores³⁸ Publicada em: 24 de setembro de 2021

Fonte: Costa (2024)

4.2 As narrativas antivacinas sob uma perspectiva da Hermenêutica em Profundidade

CASO 1: Desinformação sobre vacinas de cunho político

³⁴ Ver em: <https://projeto comprova.com.br/publica%C3%A7%C3%B5es/diagnostico-positivo-de-doria-nao-indica-ineficacia-da-coronavac/>.

³⁵ Ler em: <https://projeto comprova.com.br/publica%C3%A7%C3%B5es/e-falso-que-morte-de-jovem-no-rio-grande-do-sul-esteja-associada-a-vacina-contra-covid/>.

³⁶ Veja em: <https://projeto comprova.com.br/publica%C3%A7%C3%B5es/medico-espalha-tese-infundada-de-que-vacinados-sao-perigosos-e-devem-ser-isolados/>

³⁷ Leia em: <https://projeto comprova.com.br/publica%C3%A7%C3%B5es/site-antivacina-inventa-dado-sobre-efeito-colateral-em-criancas-imunizadas-com-pfizer/>.

³⁸ Observe em: <https://projeto comprova.com.br/publica%C3%A7%C3%B5es/site-usa-titulo-sensacionalista-sobre-morte-de-vacinados-contra-a-covid-e-engana-leitores/>.

A primeira matéria que analisamos consiste na verificação de um post publicado no Twitter, por um influenciador de direita e apoiador do Presidente em exercício na época, Jair Bolsonaro. Na publicação, o digital influencer Alan Lopes, sugere que a segunda reinfecção do Governador de São Paulo, João Doria, é a prova que a CoronaVac, vacina produzida no Brasil, é ineficaz contra o vírus da COVID-19.

Segundo o Comprova, o conteúdo foi verificado, tendo em vista, que na sua quarta fase de atuação, o projeto checou narrativas que envolvem conteúdos acerca da política, assim como, assuntos relacionados a pandemia que tiveram notoriedade nas redes sociais, neste caso, a publicação obteve mais de 11 mil interações, no Twitter.

A checagem foi produzida de forma colaborativa com diversos veículos de comunicação, entre eles, o Correio Braziliense, o UOL, o Correio de Carajás, o Correio da Bahia, o Estadão, a Folha de São Paulo e o SBT. Instituições essas que atuam há anos no mercado, e se uniram através do Comprova para investigar conteúdos que circulam na Internet.

Figura 2: Verificação produzida pelo Comprova sobre a desinformação da reinfecção de Doria ser a prova da ineficácia da *CoronaVac*

INVESTIGADO POR: **CORREIO BRAZILIENSE** **UOL** 2021-07-16

Diagnóstico positivo de Doria não indica ineficácia da Coronavac

Falso

Falso

A Coronavac reduz o risco de desenvolver quadros graves da covid-19, mas não elimina a possibilidade de contágio. Isso ocorre com todas as vacinas, contrariando a postagem de influenciador de direita que afirma que o novo diagnóstico de coronavírus do governador de São Paulo, João Doria, é prova de ineficácia do imunizante desenvolvido pelo Instituto Butantan.

Fonte: Projeto Comprova (2021)

No contexto sócio-histórico da matéria produzida pelo Projeto Comprova, podemos apontar que a desinformação é um fenômeno que perpassa a sociedade durante séculos, e que, algumas características permanecem até os dias atuais, como, por exemplo, a disputa de narrativas para tentar influenciar e convencer os indivíduos por meio de teorias conspiratórias e sem base científica.

Essa também é uma herança cultural dos movimentos antivacinas que visam desqualificar a eficácia dos imunizantes, e assim como a desinformação, não é uma prática recente. As narrativas desinformativas antivacinas presentes durante a pandemia da COVID-19, e em especial sobre esse primeiro caso analisado, que se refere a contestação da eficácia da CoronaVac, também foi uma estratégia presente no século XVIII, período da epidemia da varíola na cidade Montreal no Canadá.

Desta forma, os argumentos históricos e modernos se entrelaçam e se arrastam pelo tempo, comprometendo a confiança nos estudos científicos e na qualidade das vacinas. Assim, a desinformação sobre as vacinas parte de um processo contextual e se ampara em narrativas passadas para moldar a opinião pública e influenciar as pessoas.

No período pandêmico, a desinformação se tornou ainda mais frequente, principalmente perigosa, por afetar a saúde das pessoas, mas diferente do século XVIII, parte da sociedade está imersa na Internet, o que possibilita com que um conteúdo chegue instantaneamente a milhares de indivíduos em questão de segundos. Por isso, é importante mencionar que, em julho de 2021, quando circulava no Twitter, de Alan Lopes, a relação da ineficácia da CoronaVac e a segunda infecção de Doria por COVID-19, o Brasil registrava 33.660 mil mortes, pelo Coronavírus.

Segundo dados do Consórcio de Imprensa³⁹, esse número de óbitos foi maior do que o registrado, em julho de 2020, ano de início da pandemia. Apesar da alta na quantidade de mortes, no mês de julho de 2021, foi 59% menor que em abril do mesmo ano, considerado o pior mês da pandemia.

Nesse sentido, uma pesquisa realizada pela CNN Brasil, aponta que 46% dos brasileiros se recusam a tomar a CoronaVac. Dentro desse contexto, cabe situar que em um período importante, de controle da COVID-19, a CoronaVac sofria ataques diretos sobre a sua qualidade e eficácia. Dessa maneira, as narrativas falsas sobre o

³⁹ Leia em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/07/28/covid-mortes-julho-de-2021-julho-de-2020.ghtml>.

imunizante, e posteriormente a recusa da vacina chinesa, é resultado do cenário desinformativo de antivacina desse período pandêmico do Coronavírus. De modo que passou a comprometer a aceitação da vacina, em um momento imprescindível de combater a doença, além de reduzir o número de óbitos.

Ademais, algumas teorias conspiratórias sobre a origem do vírus SARS-CoV-2, que teve como epicentro a cidade de Wuhan, na China, foram criadas, e posteriormente associadas à segurança da vacina SinoVac desenvolvida pela farmacêutica chinesa. Um exemplo dessas teorias, é de que o vírus teria sido fabricado em laboratório como uma arma biológica para controle populacional, sendo desenvolvido intencionalmente por cientistas chineses, além do vírus poder se espalhar pelo sinal 5G de internet.

A partir desses contextos, os mercadores da desinformação se apropriam dessas lacunas informativas que ainda não possuem um esclarecimento para criar teorias que de algum modo fazem sentido para os indivíduos. Os interesses políticos e mercadológicos impulsionam essas narrativas como verdadeiras, mesmo que os fatos e as evidências científicas provem o oposto, de modo que, ultrapassam os limites do bem social combater a doença.

Outro fato que contribui para as vacinas serem colocadas em suspeição, é a rapidez com que foram produzidas, tendo em vista que, antes, um imunizante poderia levar aproximadamente de 10 a 15 anos para chegar à população. Essa novidade no desenvolvimento da vacina foi motivo de rejeição e desconfiança com o desenvolvimento do primeiro imunizante, criado há mais de 200 anos e que erradicou a varíola.

Conforme o apurado pelo Comprova, a publicação do apoiador de Bolsonaro é falsa. Para chegar a essa conclusão, o Projeto reuniu uma série de fatos sobre o caso. Primeiro formulando um histórico do governador de São Paulo, investigando a data da primeira infecção de Doria, por COVID-19, assim como quando ele tomou as doses da vacina e, quando ocorreu a reinfeção pelo vírus.

A checagem recorreu a dados sobre a eficácia da CoronaVac disponível na própria bula do imunizante, e trouxe explicações de um especialista na área, para esclarecer como ocorre a atuação dos imunizantes no organismo humano. Além disso, utilizou dados de verificações de outras plataformas de checagens como a Lupa, Aos Fatos e o Estadão Verifica, que por sua vez, investigaram o perfil de Alan Lopes, em outro momento, também disseminando desinformação nas redes sociais.

A partir do conteúdo da matéria produzida pelo Comprova, podemos analisar que a verificação disponível na plataforma é estruturada de forma explicativa e dividida em subtítulos que trazem uma abordagem contextualizada sobre o assunto. Primeiro relaciona o que é o conteúdo verificado, e, posteriormente, apresenta uma breve análise do porque o conteúdo é considerado falso. Em seguida, explica os métodos utilizados para chegar aos resultados da checagem do conteúdo, além de dividir a matéria em tópicos, expondo cada detalhe do material encontrado que refuta, ou não, o assunto verificado pelos jornalistas de diversos veículos que atuam no projeto.

A investigação esclarece como João Doria, mesmo vacinado, pegou COVID-19 pela segunda vez. Explica que as vacinas não impedem a reinfeção, mas evita casos graves da doença, bem como, deixa claro se a vacina chinesa é menos eficaz que os demais imunizantes. Além de informar que a reinfeção pelo Coronavírus é possível, e detalhar o perfil do influenciador Alan Lopes. Por último, traz a justificativa do porque o assunto é relevante para ser verificado pelo Projeto.

Diante deste levantamento, podemos destacar o entrave político entre João Doria e Jair Bolsonaro, especialmente na disputa pela CoronaVac, vacina chinesa produzida pela Sinovac em parceria com o Instituto Butantan, no Brasil. O Governador de São Paulo anunciou em dezembro de 2020, que iniciaria a vacinação contra a COVID-19, antes do Governo Federal, que em janeiro de 2021, após a declaração de Doria, tentou medidas para antecipar a vacinação com a Pfizer. Mas, a farmacêutica informou que não conseguiria entregar o lote no prazo solicitado, ou seja, antes da distribuição da vacina em São Paulo.

As desavenças entre João Doria e Bolsonaro, dividiram as opiniões dos parlamentares entre os que apoiavam a atitude do governo paulista e os que discordavam que um estado saísse à frente com a vacinação, antes mesmo do próprio Ministério da Saúde e do Governo Federal. Diante desse cenário de disputa entre os governos, o ex-presidente da República em seus pronunciamentos visava desqualificar a vacina produzida no Brasil, contestando a eficácia, e afirmando que o imunizante poderia provocar morte, invalidez, anomalia e que não compraria vacina da China por acreditar não ser segura, usando o argumento que o vírus surgiu no país.

Portanto, os seus apoiadores como Alan Lopes, autor do *post* no *Twitter*, que apontava o diagnóstico de Doria indicava que a CoronaVac era ineficaz, replicando o posicionamento de direita e do ex-presidente Jair Bolsonaro para fortalecer a sua narrativa. A reinfeção de João Doria, motivou com que seus adversários políticos

instigassem a dúvida sobre a eficácia da vacina, reforçando as falas de desconfiança de Bolsonaro, que mencionava que o imunizante protege apenas em 50% contra a COVID-19, visto que, o governador de São Paulo, era o principal interessado e defensor da CoronaVac.

Nesse sentido, podemos perceber que a publicação de Alan Lopes, aciona a insegurança de que a vacina não protege, e para ele a prova disso é que Doria, mesmo tomando as duas doses da CoronaVac, contraiu o vírus pela segunda vez. Além disso, o influenciador de direita insinua que o chefe de estado estaria apenas tentando lucrar milhões com a compra e distribuição do imunizante para a população.

Partindo para o processo de interpretação e reinterpretação, tendo em vista as questões apontadas a partir da análise sócio-histórica e de conteúdo, esta fase permite, conforme explica Thompson, um pensamento novo, e novos significados para os resultados encontrados das etapas anteriores. É importante destacar que os apontamentos desta análise refletem o pensamento da autora e como consegue perceber o mundo diante do texto conforme a sua perspectiva dos acontecimentos, possibilitando assim reinterpretar e desvelar os dados obtidos nesta pesquisa.

Nesse contexto, interpretamos que Alan Lopes agiu intencionalmente ao colocar em evidência a reinfecção de Doria como uma prova da ineficácia da CoronaVac. Assim como, o cenário político da época, a desinformação e o negacionismo científico potencializado com a pandemia e a chegada da vacina.

O influenciador de extrema-direita e apoiador do ex-presidente, fortaleceu a narrativa desinformativa antivacina, que afeta a sociedade na pandemia do Coronavírus, mas para além da pandemia, a fala e posicionamento de Alan, possui raízes na pseudociência e no negacionismo científico, perpassado durante séculos através dos movimentos antivacinas.

A construção dessa narrativa e o modo como ela é permitida, tem receptividade na atualidade é o reflexo de uma sociedade historicamente desenvolvida dentro desse contexto desinformativo, sendo palco de conflitos de interesses mercadológicos e políticos que objetivam influenciar principalmente a opinião pública e ter alta lucratividade por meio da disseminação de conteúdos fraudulentos.

Refletindo sobre os aspectos apontados ao longo dos capítulos deste trabalho, a desinformação de Alan faz parte de um contexto, em que a pseudociência é colocada em evidência a partir de crenças pessoais e sem qualquer comprometimento com resultados e métodos científicos. Uma prática desinformativa, utilizada com o

objetivo de atender seus interesses partidários, e chega a uma sociedade afetada historicamente e inserida em um cenário de insegurança, e incertezas como a COVID-19, o que possibilita com que a narrativa seja mais facilmente aceita.

A partir desse contexto, como a reinfecção de João Doria se trata de um fato comprovado pelo próprio governador em suas redes sociais, podemos perceber que o grupo político opositor possui claramente o interesse que o Estado de São Paulo, não saísse à frente na vacinação, em virtude de questões como a disputa política, e que Doria, na época era pré-candidato à presidência da república, especialmente, porque a vacina estava sendo aguardada por boa parte da população como saída para o fim da crise sanitária, que provocou milhões de mortes em todo o mundo.

Desta forma, no contexto político a atuação dos governantes na pandemia poderia interferir na conquista, ou perda, de votos, e sobretudo, mudar o cenário eleitoral. Assim, a desinformação disseminada por Alan Lopes, estrategicamente com interesse político e sem fundamento científico, contribui para a sociedade desconfiar da qualidade da vacina fabricada no Brasil, e conseqüentemente, recusassem a CoronaVac, assim como, escolher imunizantes produzidos por outras farmacêuticas, dificultando, desta maneira, o avanço da vacinação e o controle da doença.

Por isso, no processo hermenêutico desta pesquisa cabe mencionar que o conflito de interesses pela vacinação pode ser notado até mesmo na criação do primeiro imunizante no século XVIII, no qual, a vacina da Varíola foi desenvolvida por Edward Jenner. Nesse período, muitas pessoas se opuseram à imunização e movimentos antivacinas surgiram para tentar desqualificar os resultados das experiências encontradas pelo médico britânico, publicando panfletos e conteúdos em jornais que colocavam medo na sociedade para não tomar o imunizante.

Os médicos Benjamin Moseley e William Rowley estavam entre os principais líderes que atacavam os estudos da vacina e espalhavam desinformação para tentar evitar com que a sociedade se vacinasse, isso porque a proliferação da vacina prejudicava os lucros que obtinham através dos tratamentos paliativos.

Sendo assim, as relações de tempo entre os séculos XXI e XVIII, mostram que para além do processo de imunização fundamental para a manutenção da saúde e controle de doenças na sociedade, especialmente, com a erradicação de enfermidades como varíola, caxumba, rubéola, sarampo, poliomielite, ainda é possível notar que as narrativas desinformativas de contexto antivacina continuam perpassando as gerações, isso apesar das vacinas já terem salvado milhões de vidas

em todo o planeta. Desse modo, tais narrativas desqualificam o uso e a segurança dos imunizantes, seja por motivos econômicos, seja políticos ou culturais. Além disso, a desinformação sobre as vacinas contribui para afetar a segurança da sociedade nos imunizantes, assim como, nos estudos científicos.

Em um cenário como a pandemia do Coronavírus, a desinformação teve proporções ainda maiores, principalmente por afetar diretamente a vida das pessoas. A disputa entre Doria e Bolsonaro, implica na polarização política, e sobretudo, na credibilidade que alguns apoiadores dão às falas de influenciadores como Alan Lopes, mesmo que, sejam apenas especulações sem comprovações científicas ou se distancie da realidade do acontecimento.

Ao distorcer os motivos da reinfecção do governador de São Paulo, e fazer uma publicação em seu perfil afirmando que a reinfecção de Doria é a prova que a CoronaVac não é eficaz, Alan Lopes colabora para a informação ser qualificada como verdadeira pelos seus seguidores. A fala do influenciador, sobre esse caso, obteve repercussão expressiva, mesmo seu perfil sendo fechado no *Twitter*, o que significa que apenas os seus seguidores podem ter acesso ao conteúdo, neste caso a publicação possui cerca de 11 mil interações.

Seguindo a lógica de circulação das redes sociais, o conteúdo pode ter alcançado ainda mais pessoas, tendo em vista as possibilidades de printar e replicar a informação falsa para outras pessoas puderem ter acesso, como no caso, que houve tanta repercussão que chegou a ser verificada pelo Comprova.

A fala de Alan não possui compromisso com a realidade, ao refletir o negacionismo científico, além de desinformar o público atingido por sua mensagem. Ademais, mostra que os interesses políticos e crenças pessoais estão acima do bem-estar da sociedade, especialmente, com a visibilidade que possui nas redes sociais e do impacto que seu posicionamento traz para a vida de milhares de pessoas, de forma que interfere na credibilidade das vacinas, sobretudo, da CoronaVac. O influenciador ignora os estudos científicos e a qualidade comprovada do imunizante produzido no Brasil. Também demonstra a sua falta de responsabilidade e respeito com a vida dos que foram infectados pelo vírus, assim como, dos milhões de mortes em todo o mundo em decorrência da COVID-19, que poderiam ter sido evitadas pela vacina.

A checagem produzida pelo Comprova sobre a reinfecção de Doria, permite com que o público que a acompanha, tenha acesso a uma informação detalhada e objetiva de que a vacina fabricada no Brasil é eficaz e protege contra o vírus. Além de

esclarecer que mesmo as pessoas imunizadas, ainda, sim, podem ser infectadas ou reinfectadas pelo vírus, pois o imunizante diminui apenas os casos graves da doença e, conseqüentemente, evita mortes. A verificação realizada pelo Comprova permitiu que a ciência fosse colocada em evidência diante da desinformação sobre as vacinas, e que os dados e resultados científicos colaboram principalmente para a segurança da saúde coletiva.

CASO 2: Desinformação sobre vacina relacionada a morte

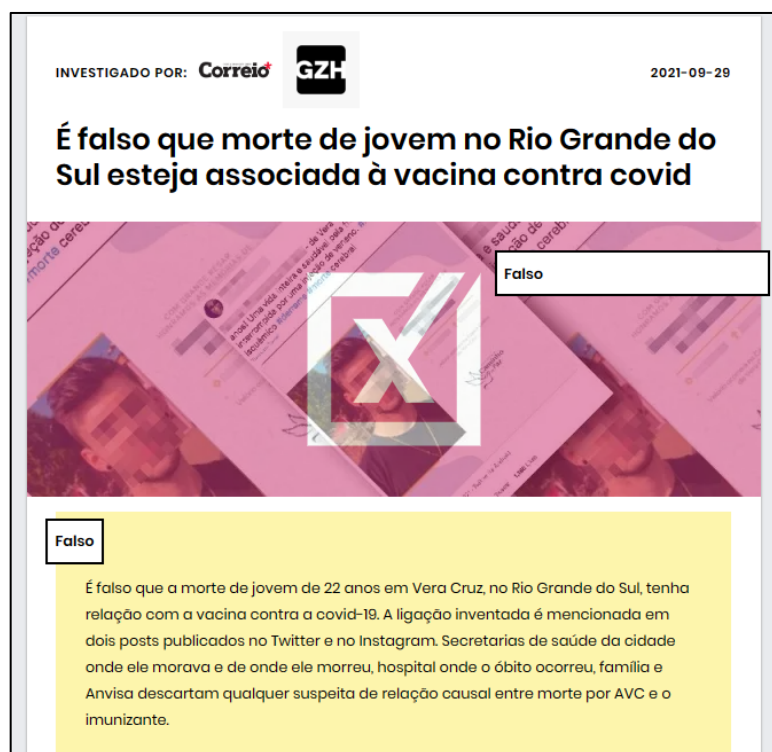
A desinformação prevaleceu durante toda a pandemia, e as vacinas contra a COVID-19 passaram a ser alvos de ataques fraudulentos a partir dos primeiros ensaios para o desenvolvimento do imunizante, até a aplicação nas milhões de pessoas que aguardavam uma resposta segura que colocasse fim à crise emergencial mundial provocada pelo Coronavírus.

Conforme os avanços científicos evoluíam para chegar a uma vacina segura e eficaz, a desinformação sobre as vacinas disseminava narrativas que colocavam medo e dúvidas na sociedade sobre a produção, e as reações adversas que os imunobiológicos desenvolvidos pelas farmacêuticas poderiam causar.

A segunda narrativa analisada, consiste na verificação do Projeto Comprova sobre o caso de um jovem de 22 anos, que faleceu em decorrência de um AVC isquêmico e teve sua morte relacionada a vacina da COVID-19. A intercorrência aconteceu na cidade de Vera Cruz, interior do Rio Grande do Sul, obtendo repercussão nas redes sociais (*Twitter e Instagram*) após internautas associarem o óbito com o efeito colateral da vacina contra o Coronavírus.

Na investigação realizada pelo Comprova, é possível desmentir os boatos que circulam na Internet após a secretaria do município, a Anvisa e a própria família do jovem terem confirmado que a morte não possui relação com o imunizante da COVID-19. A checagem foi realizada em parceria com os portais Correios da Bahia, GZH (Rio Grande do Sul), Sistema Comércio Comunicação, Correio Braziliense, Correio de Carajás, Folha de SP, SBT, Piauí, Estadão, Poder 360, A Gazeta e UOL.

Figura 3: Verificação produzida pelo Comprova sobre a desinformação que associava a morte do jovem de 22 anos do Rio Grande do Sul com a vacina da COVID-19



Fonte: Projeto Comprova (2021)

A narrativa desinformativa analisada pelo Comprova e publicada no dia 29 de setembro de 2021, nos possibilita observar a partir de seu contexto sócio-histórico como a desinformação se estrutura em diversas camadas sociais, de modo que dificulta a dissociação entre o real e o imaginário. Cabe citar que o uso da internet por determinados indivíduos têm colaborado para que opiniões infundadas se intensifiquem, e ganhem significativas proporções no ambiente digital, mesmo que sejam intencionais, ou não.

No período da circulação dessa desinformação, o mundo já começava a sentir os efeitos positivos das vacinas contra a COVID-19, com a redução dos números de internações e mortes. Em setembro⁴⁰ de 2021, o Brasil registrava mais de 90 milhões de pessoas vacinadas, e passou a ser o período com menos óbitos do ano, registrando no referido mês 16.285 vítimas da pandemia.

⁴⁰ Ler mais em: Setembro termina como o mês com menos mortes por Covid em 2021 | Jornal Nacional | G1 (globo.com).

Nesse mesmo momento, entre agosto e setembro de 2021, iniciava a vacinação em jovens da mesma faixa etária de idade do rapaz que morreu de AVC, e que foi vítima da desinformação sobre as vacinas. Apesar dos resultados notórios de como a imunização estava funcionando, as narrativas antivacinas ganham proporções consideráveis, não só desqualificando os imunizantes, mas obtendo aderência de seus posicionamentos negacionistas pela sociedade.

A ciência se pauta no regime da evidência (Foucault, 2010), para que os dados de suas pesquisas possam ser comprovados ou não, essa prática também é um dos princípios jornalísticos para levar informação de forma objetiva e segura para seus públicos, porém nem todos os indivíduos consideram os fatos e evidências como norteadores de um sentido real dos acontecimentos.

Como já discutido ao longo deste trabalho, cada sujeito determina o seu lugar no mundo e no que acredita como verdade, considerando a sua relação com o passado, e nas experiências da vida como fatores determinantes para qualificar uma narrativa como verdadeira, ou falsa. Nesse sentido, os movimentos antivacinas se utilizam de estratégias que visam influenciar as pessoas a partir dessa conjuntura social. De modo que, em um momento como o da pandemia da COVID-19, os indivíduos estavam inseridos em um ambiente de risco iminente da doença e propício ao medo, assim as narrativas fortaleciam o negacionismo científico, incitando emoções que ativam o ódio, a insegurança, a revolta e que proporcionaram em algumas pessoas respostas imediatas a essas questões.

Diante disso, somos historicamente e socialmente afetados pelo passado, por isso, essa construção e posicionamento antivacina não é algo criado recentemente, mas construído ao longo do tempo, tendo em vista que as experiências anteriores e vivências adquiridas no decorrer da vida de cada sujeito são determinantes para que narrativas sejam aceitas e creditadas como verdadeiras, apesar da existência de fatos contrários.

Desta maneira, a composição das narrativas antivacinas se relacionam com outros momentos que a sociedade foi acometida por outros vírus causadores de enfermidades capazes de comprometerem a saúde de milhares de pessoas, nesse sentido, a vacinação atuou para a erradicação de várias doenças. Porém, por mais que as vacinas tenham colaborado para redução de casos, hospitalizações e mortes por doenças infectocontagiosas, o negacionismo científico e a desinformação acerca

das vacinas prevalece fortemente, ganhando adeptos em todo o mundo, até mesmo nos dias atuais.

No conteúdo da checagem publicada pelo Comprova, é possível ter uma contextualização inicial sobre o caso, pois a checagem possibilita que as principais informações sejam esclarecidas nos primeiros parágrafos. Essa é uma técnica jornalística de disponibilizar no *lead* os dados preliminares e mais importantes para informar o leitor, apesar da verificação ser mais ampla, detalhando cada desdobramento do caso. As informações nas linhas iniciais permitem que as pessoas habituadas nessa conjuntura das redes sociais e da imediatividade, assim como da superficialidade das notícias se informem rapidamente na leitura e tenham acesso aos dados mais importantes da checagem, isto é, de como foi possível chegar ao resultado da verificação.

Após essa contextualização preliminar, o Comprova deixa claro como o veículo realizou a verificação. De primeiro modo, foi realizada uma busca no *Google* sobre as notícias da morte do jovem de 22 anos, Samuel Pimentel de Oliveira, morador da cidade de Vera Cruz – RS. No resultado da pesquisa, foi possível encontrar uma notícia no portal da cidade que confirmava a morte do rapaz, além de localizarem o post falso no *Twitter* e a página de um *blog* que também noticiava o óbito de Samuel.

Nas imagens das publicações dos dois posts que associam a morte à vacina, é possível visualizar o nome da funerária que realizou o enterro. Partindo desse ponto, a investigação teve como base para chegar às informações necessárias o perfil da empresa, encontrando desta forma uma publicação em que a funerária lamentava o falecimento de Samuel. Na postagem, estava disponível o nome dos familiares, do qual os jornalistas realizaram a busca dos perfis nas redes sociais, permitindo assim, o contato com a família do jovem, e confirmação efetiva da morte, e de que a pessoa que consta na desinformação era realmente Samuel. Os familiares disponibilizaram a certidão de óbito que aponta a causa da morte, posteriormente, foram confirmadas pela Secretaria de Saúde, do município de Vera Cruz, onde ele deu entrada com os primeiros sintomas de AVC, e da cidade de Cachoeira do Sul, para onde foi transferido após a gravidade do caso, devido ao maior suporte hospitalar.

O Comprova estrutura a matéria por partes, primeiro explicando que Samuel sofreu uma “lesão encefálica anóxica, acidente vascular encefálico isquêmico”, no dia 06 de agosto, falecendo oito dias após a internação. Nesta etapa, a checagem utiliza dados cedidos pela família da vítima, autoridades de saúde e administração do

município, além de uma neurologista para esclarecer as diferenças entre os tipos de AVCs. Todos os órgãos oficiais do município de Vera Cruz e de Cachoeira do Sul, como os parentes do jovem, descartam que não houve nenhuma interferência da vacina com a morte precoce de Samuel.

Nesse sentido, a checagem do Comprova segue apontando, no tópico seguinte, a partir dos órgãos oficiais, que não há relação entre a morte e a vacina, e inclusive, a Anvisa esclarece que não há nenhuma notificação referente ao acontecimento para investigar o caso. A verificação ainda contextualiza, que a primeira dose da vacina foi aplicada no jovem em 11 de agosto de 2021, pouco mais de um mês antes do óbito de Samuel.

A neurologista, entrevistada pelo Comprova, explica que não existe nenhuma evidência científica que associe qualquer vacina ao AVC, independentemente da idade de quem for imunizado. Conforme a especialista, pessoas infectadas com a COVID-19, sem que tenham tomado o imunizante, correm mais risco de desenvolver AVC, pois o próprio vírus pode aumentar as chances de se ter um Acidente Vascular Cerebral (AVC). Posteriormente, a matéria finaliza com o pedido da família para que os *posts* com a desinformação sejam apagados, visto que os parentes da vítima não tinham conhecimento que a imagem de Samuel estava sendo usada indevidamente em uma publicação falsa, de forma que o boato fere a memória do jovem e da família enlutada. A checagem ainda traz os efeitos que a desinformação provocou mostrando comentários e interações nas redes sociais, como demonstram as imagens abaixo.

Figura 4: Prints dos comentários na desinformação em que associava a morte do jovem de 22 anos a vacina da COVID-19



Fonte: Projeto Comprova (2021)

Figura 5: sequência de prints dos comentários na desinformação em que associava a morte do jovem de 22 anos a vacina da COVID-19



Fonte: Projeto Comprova (2021)

Figura 6: Sequência de prints dos comentários na desinformação em que associava a morte do jovem de 22 anos a vacina da COVID-19



Fonte: Projeto Comprova (2021)

Os responsáveis pelos *posts* no *Instagram* e no *Twitter*, não tiveram a imagem revelada pelo Comprova, assim como, as demais pessoas que comentaram na postagem. Nos comentários printados pelo Comprova e disponibilizados na verificação, os internautas apontam ser recorrente a ligação da vacina da COVID-19 com a morte de outros indivíduos. Alguns dos comentários solicitam a fonte e mais informações sobre o caso do jovem de Vera Cruz, visto que a publicação parte apenas de um *Twitter* de uma pessoa.

Os usuários das redes sociais pedem informações de qual vacina o rapaz teria tomado e solicitam que a Anvisa investigue o caso, além de enfatizarem que diante do acontecimento não existe outra explicação para o óbito do jovem de 22 anos, a não ser a aplicação da “injeção de veneno”, como se refere uma das autoras da postagem desinformativa. Nesse cenário, uma das pessoas que comentaram na publicação diz que a frequência de mortes relacionadas à vacina é um dos motivos por não levar a sua filha para tomar o imunizante contra o Coronavírus.

Retomando os aspectos encontrados na análise e de modo reinterpretativo, percebemos que a desinformação sobre a morte de Samuel relacionada à vacina, aciona afetos que provocam medo, desconfiança e até rejeição aos imunizantes que protegem contra o Coronavírus.

Tal ação, tanto dos autores do conteúdo falso, como de quem interagiu acreditando na publicação, é reflexo do quanto os movimentos antivacinas tem gerado, não só adeptos, mas também, disseminadores de suas narrativas, de forma que, espontaneamente, os sujeitos passam a replicar seus posicionamentos negacionistas provocando a desinformação.

Cabe destacar que as pessoas estão inseridas em um contexto altamente desinformativo, acionam respostas imediatas, tendo em vista o medo e a insegurança plantados intencionalmente pelos movimentos antivacinas, tanto durante a pandemia, como em outras situações. Nesse sentido, antes mesmo da pandemia, a OMS já classificava os movimentos antivacinas como umas das dez maiores ameaças à saúde global.

Associar a vacina contra o Coronavírus a morte não foi uma questão pontual apenas sobre o caso do Samuel, mas conforme a aprovação e aplicação dos imunizantes iam sendo distribuídos para os grupos prioritários, consoante a classificação por idade, surgiram boatos relacionando a óbitos por infarto, a paradas cardíacas, e AVC como consequências da vacinação.

Ao vincular a vacina à morte, várias questões foram fortalecidas e evidenciadas durante a pandemia da COVID-19, entre elas, o negacionismo científico, a descrença nos órgãos de saúde, nas farmacêuticas dos imunizantes, e a adesão da *Fake Science*. Por isso, a recepção e a crença nas teorias conspiratórias antivacinas resultam da influência e do poder de persuasão que estão atrelados a desinformação anti-ciência construídos ao longo do tempo, como também, o que cada indivíduo estabelece no que acredita como verdadeiro.

O campo do texto da verificação realizada pelo Comprova, nos permite visualizar que assim como o mundo aprendeu com as medidas sanitárias de outras pandemias, para lidar com a COVID-19, em 2020, os resquícios do passado se fazem presentes nas narrativas desinformativas antivacinas disseminadas na crise sanitária do Coronavírus. Assim, associar o imunizante à morte, como também, ao desenvolvimento de outras doenças, mutações genéticas e ineficácia das vacinas são argumentos utilizados em outros momentos ao longo do tempo, e atravessam gerações.

A exemplo disso, as teorias conspiratórias antivacinas apontam que a pandemia e a vacinação foram criadas como uma forma de controle populacional, que visa reduzir o número de pessoas no mundo. No período da revolta da vacina, em 1904, o levante popular acreditava que a imunização seria uma estratégia para o controle populacional.

Em ambos os acontecimentos, a reação contrária a imunização por parte da sociedade não se deu apenas através da disseminação de narrativas anti-ciência, mas, especialmente, pela adesão e posicionamentos de líderes que refletiam o negacionismo científico e adesão a pseudociência, colaborando para o fortalecimento de tais narrativas. Na revolta da vacina, Ruy Barbosa, um intelectual bastante conhecido em sua época pela atuação em diversas áreas, inclusive na política, se posicionou contra a obrigatoriedade da vacina.

Em 2020 o ex-presidente da república Jair Bolsonaro, publicava em suas redes sociais que não iria vacinar-se contra a COVID-19, além disso, aconselhava as pessoas a não se imunizarem, ainda que tivessem confiança nos estudos científicos, pois “estariam fazendo mal para si mesmas” de modo que, afirmava abertamente, que os imunizantes poderiam causar mortes, invalidez e anomalias.

Os dois posicionamentos de figuras públicas que possuem relevância e notoriedade na sociedade, corroboram para que as pautas negacionistas tenham mais

evidências e adeptos. Embora os dois acontecimentos sejam completamente distintos, possuindo a diferença temporal, em cada situação, ocorreram algumas narrativas que reverberam até os dias atuais, possibilitando desta forma a percepção de que historicamente somos afetados por essas questões.

Paralelo a esses apontamentos, estão os interesses mercadológicos e políticos que se situam nesse mesmo processo visando a lucratividade a partir da disseminação e aceitação de suas narrativas desinformativas. Nesse sentido, existe por parte da sociedade o descrédito em instituições e ao próprio Governo, especialmente pelo desvelamento de condutas errôneas de chefes e líderes políticos, favorecendo os argumentos das teorias conspiratórias antivacinas.

Alguns aspectos, conforme apresentamos ao longo desta pesquisa, nos possibilitam compreender por que tais narrativas falsas são creditadas como verdadeiras, como nas relações e experiências construídas no decorrer da vida e no que cada sujeito escolhe ter como verdade, além da dissonância cognitiva para analisar determinadas situações.

Em relação à matéria verificada pelo Comprova, os criadores da publicação desinformativa estão inseridos em um cenário conspiratório onde sugerem que suas narrativas sem qualquer comprovação científica são plausíveis, de modo que ignoram a ciência, e acreditam que sua capacidade de interpretação empírica é mais relevante do qualquer outro estudo desenvolvido por pesquisadores científicos e entidades de saúde pública.

No que concerne às redes sociais, a disseminação de narrativas fraudulentas toma ainda proporções e nos mostram como a sociedade está sendo pautada pelas narrativas antivacinas. De maneira, que a desinformação pode ser criada pelos próprios indivíduos na sociedade, a partir da interpretação equivocada de um acontecimento.

Evidencia-se que ocorre a ativação de emoções e da capacidade de analisar um fato ao se depararem com determinados assuntos, como na associação da morte de Samuel a vacina ou a “injeção de veneno”, assim como, relacionaram os propagadores da desinformação. Em meio a tensão provocada pela pandemia, neste período em que circulava a desinformação sobre a morte associada à vacina, pairava na sociedade um ambiente crítico de muitas informações e orientações infundadas de como lidar com o vírus, suas formas de prevenção e tratamento.

Nesse contexto, cabe mencionar que o Projeto Comprova atuou de forma esclarecedora diante do caso, possibilitando discussões e aprofundamento sobre as circunstâncias do óbito de Samuel, que, posteriormente, resultou em um processo desinformativo que associava a vacina da COVID-19 como determinante para sua morte.

O projeto se amparou e buscou em sua investigação fontes oficiais, inclusive a própria família, para checar o acontecimento tendo em vista repercussão nas redes sociais, o que permitiu desmentir qualquer relação com alguma reação adversa do imunizante. A análise do Comprova evidencia como a coalizão de jornalistas, que formam o projeto, está atenta aos assuntos que circulam nas mídias digitais, proporcionando para seus leitores detalhes que explicam e ajudam a entender, não só o caso do Jovem de Vera Cruz, mas como a ciência e o desenvolvimento das vacinas são atacadas deliberadamente e não possuem relação com mortes ou com qualquer desenvolvimento de outras doenças.

Apesar do jornalismo não conseguir abarcar a complexidade do fenômeno da desinformação, e perpassar por uma crise e conjuntura que afeta diretamente a sua credibilidade e confiança no seu conteúdo, iniciativas como a o Comprova permitem com que seus leitores e possíveis visitantes de sua plataforma tenham acesso a um conteúdo que possibilita esclarecer determinados debates desinformativos que circulam na sociedade.

CASO 3: Desinformação sobre vacinas disseminada por profissionais da saúde

A terceira análise desta pesquisa se deu a partir da verificação do Projeto Comprova sobre uma desinformação que circulou no *WhatsApp*, na qual, um médico francês, falsamente apontava uma tese, em que, pessoas vacinadas contra a COVID-19 eram perigosas para a saúde pública e deveriam ser isoladas. O conteúdo foi divulgado através de uma conversa do médico Christian Perronne com um canal negacionista do Reino Unido. Posteriormente a narrativa foi adotada por um grupo negacionista norte-americano, *America's Frontline Doctors*, e assim o material passou a circular no aplicativo de mensagens.

O Comprova teve acesso ao assunto por meio de seus leitores, que receberam o material em formato de texto e vídeo, e encaminharam para a equipe jornalística investigar o caso. Na sua quarta fase de atuação, a checagem foi produzida pelos

jornais do Estadão e A Gazeta, e contou com a colaboração de outros veículos como o Correio de Carajás, Correio da Bahia, Rádio Band News, UOL, GHZ e SBT.

Agências de Fact-checking, como a Lupa e a Agence France-Presse (AFP) também verificaram o boato, e assim como o Comprova classificou o conteúdo como falso, ao ser criado e compartilhado deliberadamente para espalhar uma mentira. Além disso, o Comprova ressalta que já foram realizadas outras verificações acerca de assuntos falsos compartilhados por profissionais da área da saúde.

Figura 7: Verificação produzida pelo Comprova sobre a desinformação disseminada pelo médico francês em que apontava que as pessoas vacinadas são perigosas e deveriam ser isoladas



Fonte: Projeto Comprova (2021)

A partir desses aspectos e conforme a Hermenêutica de Thompson (2011), o contexto sócio-histórico desta verificação realizada pelo Comprova, corresponde ao período da pandemia da COVID-19, no qual, a área da saúde foi indispensável para a sociedade ter os cuidados necessários no enfrentamento à doença. Nesse contexto, profissionais que atuaram na linha de frente de combate ao Coronavírus precisaram lidar com a insegurança e todas as incertezas que rodeavam mundo diante da crise sanitária e, ao mesmo tempo, prestar atendimento às inúmeras pessoas que chegavam aos hospitais e postos de saúde com sintomas gripais.

Ao tempo em que o vírus se espalhava em uma velocidade assustadora, o sistema de saúde colapsava por não conseguir atender os milhares de infectados, que rapidamente evoluíam para o quadro grave da síndrome respiratória aguda provocada pelo SARS-CoV-2. O Brasil⁴¹ registrou em 2020, primeiro ano da pandemia, cerca de 194.976 óbitos, enquanto em 2021 a quantidade de vítimas chegou aproximadamente a 424.133 mortos pela Covid, números que mostram a alta taxa de letalidade do vírus.

O ano de 2021, mesmo sendo marcado pelo início da vacinação e da esperança para o fim da pandemia, foi considerado o mais drástico de todo o período, tendo por dia, na terceira onda de Covid, cerca de 77 mil novos casos e 3.125 mortes. Como resultado dos efeitos positivos da imunização, o país encerrou o ano registrando uma média de 200 óbitos em 24 horas.

A área da medicina desde o início da pandemia, buscou intervir para a manutenção do bem-estar da sociedade, assim como, os demais órgãos de saúde, tentando encontrar formas de tratar inicialmente a COVID-19 como as outras síndromes gripais, uma vez que, com a novidade da doença não existia nenhuma medicação comprovadamente eficaz para combater o vírus.

A classe da saúde assumiu um protagonismo importante e indispensável para o combate à pandemia. Em contrapartida, reverberou durante a crise sanitária posicionamentos negacionistas, baseados na pseudociência por parte de profissionais da saúde, associado ao alinhamento político, especialmente de direita, do ex-presidente Bolsonaro.

No começo da pandemia em 2020, surgiram pesquisas que apontavam resultados promissores sobre o uso de Hidroxicloroquina e Cloroquina para o tratamento do Coronavírus, no entanto, com os avanços dos estudos não houve resultados que comprovem cientificamente a eficácia das medicações. No mesmo ano, no Brasil foi criada a Associação Médicos pela Vida (MPV), visando defender o tratamento precoce a base dessas medicações, o grupo atuou durante toda pandemia disseminando narrativas anti-ciência e antivacinação em conjunto com médicos negacionistas do exterior.

Por meio da sua ação baseada na pseudociência, a associação foi multada em 10 milhões de reais, por incentivar deliberadamente o uso de remédios sem

⁴¹ Ver em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/12/31/balanco-indica-que-2021-foi-o-ano-mais-letal-da-pandemia-no-pais.ghtml>.

comprovação científica para o tratamento do Coronavírus. Além disso, com a chegada das vacinas, tanto o MPV como alguns profissionais da saúde, de cunho negacionistas, se opuseram aos imunizantes disseminando narrativas falsas sobre os efeitos colaterais e de como as vacinas poderiam causar prejuízos à vida humana.

Nesse sentido, instituições como o próprio Conselho Federal de Medicina (CFM) e o Ministério da Saúde, abriram precedentes para os médicos continuarem receitando o Kit Covid, mesmo com os altos indícios de ineficácia dos medicamentos e com a vacinação em curso, os dois principais órgãos de saúde do país, não revogaram as orientações de tratamento da doença a partir dos remédios, contrariando a ciência e os mais respeitados órgãos de saúde do mundo. Desse modo, o silenciamento das entidades, no Brasil, colaborou para fortalecer as narrativas do ex-presidente Bolsonaro, que sempre se apresentou como defensor do tratamento precoce e do kit Covid, como também, contestava a ciência e o uso das vacinas.

Nesse contexto, é possível perceber como as questões políticas e médicas se alinharam a partir de seus interesses, colaborando para fortalecer o movimento antivacina na sociedade. Durante o mandato de Bolsonaro, o Conselho Federal de Medicina obteve uma maior proximidade com o Governo Federal (GF), a instituição era composta em sua maioria por apoiadores Bolsonaristas, o próprio Presidente do CFM, Mauro Luiz Ribeiro, declarou abertamente apoio a Jair Bolsonaro.

Já o Ministério da Saúde obteve quatro ministros durante a pandemia, e quando os posicionamentos de quem estava à frente do órgão não correspondiam ao esperado pelo Presidente da República, eram exonerados do cargo. Tal fato, evidencia como a política influenciou diretamente o posicionamento dos órgãos de saúde no país, de modo que, podemos mensurar que a mesma sociedade que aceita e acredita na desinformação do médico francês sobre a tese de que os vacinados são perigosos, é a mesma que admite, credibilizar a desinformação e o negacionismo científico, por parte de líderes políticos e médicos.

Diante dessa conjuntura, podemos relacionar com os regimes de verdade de Foucault (2010), que ecoaram durante a pandemia, como a área da medicina, tendo em vista a experiência médica adquirida a partir do tratamento constante de outras doenças utilizada como base nos cuidados com o Coronavírus.

A credibilidade médica construída ao longo dos séculos possibilita com que as narrativas e orientações disseminadas por esses profissionais sejam facilmente aceitas sem contestação, especialmente, quando os estudos vêm de países e

pesquisadores de fora do Brasil. Historicamente a medicina é vista com respaldo, tendo em vista o trabalho diário na promoção da saúde e no tratamento de doenças que salvam milhares de vidas diariamente.

No entanto, esses profissionais levam aos seus pacientes suas experiências de vidas e concepções de mundo no momento da consulta, influenciando diretamente no tipo de abordagem adotada, como na pandemia a partir da escolha em seguir as entidades renomadas de saúde, ou de negar a ciência e relacionar o desenvolvimento das vacinas como algo perigoso para a sociedade.

O movimento antivacina é crescente em todo o mundo e possui aderência de profissionais da saúde que não só disseminam suas narrativas desinformativas antivacina e anti-ciência, mas, aplicam nos indivíduos suas práticas baseadas na pseudociência e no negacionismo científico, de forma que colaboram com o cenário desinformativo promovendo a *Fake Science*.

Historicamente, os médicos também se opuseram à imunização, adotaram teorias conspiratórias e passaram a compor o movimento antivacina. Como exemplo, podemos citar o momento em que a vacinação da Varíola passou a ser distribuída gratuitamente, em 1840, na Grã-Bretanha, posteriormente, em 1853, o governo local determinou a obrigatoriedade da imunização nas crianças até o terceiro mês de vida, como determinação os pais que não cumprissem o calendário de imunização poderiam ser multados e presos.

No ano seguinte, o médico John Gibbs se manifestou contrário à vacinação e criou o primeiro trabalho intitulado “Nossas Liberdades Médicas” para defender os direitos de quem se sentia violado com a obrigatoriedade da vacina. Também no período da pandemia da Varíola, enquanto as autoridades de saúde buscavam formas de incentivar a vacinação para combater a doença, o médico Alexander M. Ross, disseminou panfletos na cidade de Montreal, em que se manifestava contrário a vacinação, tendo notoriedade e passando a ser conhecido como um dos primeiros médicos a se posicionar contra a imunização.

Outros profissionais da área da saúde lideraram o movimento antivacina do século XIX, como os médicos William Collins e Charles Creighton, que consideravam a vacina como um veneno animal e do sangue. Outros profissionais da área da medicina criaram panfletos, como Benjamin Moseley, Robert Squirrel, William Rowley, John Birch, George Lipscomb, em que apareciam nas imagens com espadas nas mãos para defender a sociedade da vacinação.

Diante dessas perspectivas, o processo hermenêutico nessa fase sócio-histórica, nos permite mensurar que a prática médica alinhada ao negacionismo científico e aos movimentos antivacinas não é um cenário encontrado apenas na pandemia do Coronavírus, mas que, ultrapassa a temporalidade, de modo que, essa atuação médica baseada na pseudociência é permissível, credibilizada e naturalizada até os dias atuais.

Assim como as narrativas antivacinas que minimizam os impactos da pandemia e relacionaram que a vacinação é mais perigosa que a própria doença, são argumentos que ecoam, não só na contemporaneidade, mas que reverberam historicamente em outros momentos. Nesse aspecto, cabe explicar que o passado não está refletindo o presente, visto que como relaciona Ricoeur cada narrativa só possui sentido em seu tempo.

Compreendemos que os movimentos antivacina associado às narrativas médicas, continuam persistindo há séculos utilizando a confiabilidade adquirida pela área da saúde para promover o negacionismo científico, e conseqüentemente obter mais aderência de seus posicionamentos pelos indivíduos para atender seus interesses mercadológicos, no entanto, tal conduta interfere diretamente na saúde coletiva e individual da sociedade.

A partir dessas perspectivas apontadas, a desinformação que relaciona a tese infundada que aponta os vacinados como perigosos e que devem ser isolados por apresentarem risco à população, circulou em um momento em que o Brasil estava com alto nível de imunizados. Nesse período, mais de 60% da população brasileira completou o esquema vacinal com pelo menos duas doses contra a COVID-19.

No período da pandemia, as ferramentas digitais e aplicativos de mensagens foram os principais canais de consumo de informações e o principal meio de distribuição de narrativas falsas, uma pesquisa realizada pela FIOCRUZ⁴², em 2020 mostra o *WhatsApp* como responsável por 73% das desinformações relacionadas à pandemia.

O aplicativo de mensagem possibilita uma maior proximidade entre os indivíduos, tendo em vista que a rede de contatos é definida pelo próprio usuário, tal personalização permite que os conteúdos compartilhados, sejam facilmente aceitos e

⁴² Veja mais em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-04/whatsapp-e-principal-rede-de-disseminacao-de-fake-news-sobre-covid-19>.

credibilizados, além disso, impulsiona a disseminação de materiais sem checagem, como essa desinformação analisada pelo Comprova relacionada a tese infundada do médico francês que se espalhou rapidamente entre os grupos de usuários do *WhatsApp*.

Vale destacar que não é possível mensurar a quantidade de usuários atingidos por esse conteúdo, sendo que esta é uma rede individual, isto é, não fornece dados de acesso e visualização coletiva do quanto a mensagem circulou entre os sujeitos, porém o material pode ter circulado em outros locais, pois a desinformação tramita livremente em outras redes digitais, apesar de ter se concentrado neste canal de comunicação.

Sendo assim, o conteúdo da verificação realizada pelo Comprova é bem extenso e se debruça sobre vários aspectos que a desinformação sobre as vacinas aciona. De primeiro modo, o Comprova traz a contextualização do caso explicando por que tal assunto foi classificado como falso. Além de expor o caminho tomado para chegar à conclusão de que a tese disseminada pelo médico era infundada, para isso, foi necessário pesquisar a partir de palavras-chave para encontrar as postagens originais, além de informações sobre o médico francês Christian Perronne, como também sobre as organizações e demais pessoas que compartilharam o conteúdo.

A investigação do Comprova recorreu a informações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e, posteriormente, localizou um grupo consultivo europeu que trata sobre a vacinação. Além do mais, foram analisados estudos científicos que atestam a segurança dos imunizantes, assim como, consulta de fontes de especialistas como o presidente da Sociedade Brasileira de Virologia (SBV), Flávio Fonseca, e do presidente da Sociedade Brasileira de Imunizações (SBLim), Juarez Cunha. Seguindo esse viés, foram coletados no processo de verificação, dados dos órgãos de saúde do Reino Unido e Israel. E por último o Comprova realizou uma pesquisa dos nomes de todos os médicos citados que contestaram a vacina e apontaram o imunizante como uma arma biológica.

O Comprova traz um tópico no qual explica que as pessoas vacinadas contra a COVID-19, não apresentam riscos à sociedade ou são perigosas. De modo que apresentam dados científicos, relacionando que as vacinas contra o Coronavírus reduzem as chances de infecção, além de apontar que as pessoas imunizadas em caso de contaminação pelo vírus possuem menos possibilidade de transmitir a doença.

A reportagem explana ainda a eficácia das vacinas e o nível de proteção dos quatro imunizantes aprovados no Brasil. E aborda estudos desenvolvidos por revistas científicas renomadas, como o *The Lancet* e a *New England Journal of Medicine*, que atestam a segurança e eficácia das vacinas produzidas para combater a COVID-19. Nesse sentido, ambas as entidades afirmam que apesar do período de proteção ainda ser incerto, a resposta imunológica obtida com a vacinação perdura por alguns meses, tendo em vista a necessidade da dose de reforço para manter o nível de anticorpos.

Em seguida, a verificação aborda que o “isolamento só para infectados”, é uma relação equivocada e sem qualquer embasamento científico, nesse sentido, a fala do presidente da SBV e do presidente da SBlim, apontam que o isolamento é recomendado apenas para as pessoas, que estão contaminadas ou com alguma suspeita de contágio. Além disso, ressaltam que nenhuma das vacinas distribuídas no país, obtém qualquer característica infecciosa para tal conduta ser colocada em prática.

Posteriormente, a matéria apresenta um tópico para explicar parte do texto da tese desinformativa, na qual menciona as taxas de hospitalização de Israel e do Reino Unido, como prova de que a vacinação não funciona, no entanto, como apresenta os dados obtidos pelo Comprova a partir dos órgãos oficiais de saúde dos países citados, é possível notar justamente o oposto, ou seja, que a vacinação tem contribuído para reduzir os casos e as internações por COVID-19 nos respectivos locais, e que a maioria das pessoas hospitalizadas correspondem a não vacinadas.

A tese, infundada pelo médico francês, apresenta várias questões desinformativas ao tempo em que se ampara nas perspectivas de outros profissionais da saúde. Por isso, a próxima abordagem na matéria do Comprova tem em vista esclarecer as declarações de um médico israelense que consta no material disseminado, Kobi Haviv, diretor-médico do Herzog Hospital, de Jerusalém, o profissional aponta que de 80% a 95% das pessoas internadas com COVID-19, no seu local de trabalho, teriam se imunizado contra a doença, para ele isso seria uma prova de que a proteção da vacinação estaria diminuindo.

No entanto, essa informação disseminada por Haviv não procede, inclusive, esse boato foi verificado e desmentido, em agosto de 2021, pelo Comprova. Segundo o apurado pelo projeto, a fala do médico não considera que o hospital atende em sua maior parte pessoas idosas e que já receberam a dose da vacina.

A checagem identifica uma teoria antivacina no final da mensagem disseminada pelo médico francês, e para explicar essa parte do texto a matéria do Comprova, possui outro tópico para esclarecer a narrativa que corresponde ao “enfraquecimento do sistema imunológico” a partir da vacinação sugerindo que as pessoas imunizadas estão predispostas a desenvolver outras doenças e consequentemente podem morrer dos efeitos adversos das vacinas.

O boato foi refutado por um dos próprios pesquisadores do estudo holandês que teve o material forjado e associado a desinformação, ele afirma que nenhum dos resultados dos estudos correspondem ao que circulou nas redes sociais. No penúltimo tópico da matéria produzida pelo Comprova, a checagem apresenta a origem da desinformação, que teve como ponto central de circulação uma corrente espalhada no *WhatsApp*, em formato de texto e vídeo.

Os dados da desinformação se baseiam em um material divulgado pelo *America's Frontline Doctors*, o site é financiado por médicos negacionistas, visa disseminar a pseudociência. Conforme o apurado pelo Comprova, os parlamentares do Subcomitê do Congresso dos EUA, investigaram o canal por promover a venda de medicamentos para tratar o Coronavírus, sem comprovação científica, e lucrarem aproximadamente mais de 6,7 milhões de dólares.

A verificação sobre o *America's Frontline Doctors*, aponta reportagem do *The Intercept*, que associa o site a extrema-direita e apoiadores do ex-presidente Donald Trump, assim como da revista *Time*, a qual relaciona o grupo pertencente ao canal desinformativo a venda de teleconsulta para receitar Ivermectina, no entanto, os consumidores levaram um golpe e não receberam o prometido.

Nesse sentido, o Comprova ainda traça o perfil do médico francês Christian Perrone, disseminador da tese desinformativa, no qual as pessoas vacinadas precisam ser isoladas. Ele fez parte da vice-presidência de um grupo de especialistas em imunização da OMS, mas foi afastado do cargo por seus posicionamentos negacionistas.

Conforme o apurado na matéria, Perrone ocupou diversos outros cargos como presidente da Comissão de Doenças Transmissíveis, do Conselho Superior de Saúde Pública, e chefe do *Assistance Publique-Hôpitaux* de Paris, além de participações em grupos de trabalho na Agência de Medicamentos e na OMS.

O médico possui queixas formais no Conselho Nacional da Ordem dos Médicos (CNOM) por sua conduta desinformativa diante da pandemia e por práticas

de charlatanismo. E durante a pandemia se tornou referência em assuntos antivacinas preocupando as entidades renomadas de saúde por sua visibilidade e comportamento inadequado enquanto profissional da área da medicina.

Por último, a checagem do Comprova finaliza esclarecendo quem são os oito supostos médicos, citados ao final do conteúdo desinformativo com intuito de garantir mais credibilidade a tese fraudulenta, sobre que os sujeitos vacinados devem ser mantidos em isolamento, pois são perigosos. Conforme a apuração do Comprova todos médicos envolvidos no caso já compartilharam conteúdos desinformativos sobre a pandemia. Ryan Cole faz parte de um grupo que determina as próprias práticas médicas, conhecido como a Associação de Médicos Independentes, do estado de Idaho. Cole, inclusive, apontou o aumento de câncer de endométrio como efeito adverso da vacinação, sendo tal argumento refutado pelo Comprova, em agosto de 2021.

Luc Montagnier, um renomado cientista, que ganhou o Prêmio Nobel de Medicina, em 2018, diante de uma pesquisa com novas descobertas sobre o HIV, é um dos nomes mencionados na desinformação, e diante da pandemia do Coronavírus passou a defender teorias conspiratórias sobre a origem do vírus e se posicionar contra a vacinação alegando que os imunizantes estavam trazendo mais prejuízos a sociedade.

Carrie Madej, adepta de tratamentos alternativos alegou que encontrou nos frascos das vacinas possíveis tentáculos, sugeriu que os vacinados poderiam gerar seres geneticamente modificados, além de ensinar um banho de desintoxicação para as pessoas obrigadas a tomarem a vacina da COVID.

O médico Robert Malone defende a Ivermectina como tratamento precoce, e é contra a vacinação infantil. A médica brasileira Maria Emília Gadelha, também integra o grupo de negacionistas e alega que as vacinas são experimentais e, causam AVC em pilotos de avião e abortos espontâneos, em mulheres.

Doutora Jane Ruby, é economista em saúde e doutora em psicologia, em seus posicionamentos alega que a “vacina despeja milhões de perigosas proteínas no corpo humano”, além de relacionar que os imunizantes são magnéticos e que causam anomalias. Michael Yeadon e Roger Hodkinson desacreditam dos efeitos positivos das vacinas e complementam o grupo de médicos que avaliam a falsa tese disseminada por Christian.

Em caráter reinterpretaivo do processo hermenêutico de Thompson (2011), e a partir dos aspectos acionados da pesquisadora conforme a sua visão e experiências de mundo sobre as questões apontadas na checagem do Comprova, relacionados a desinformação do médico francês, ressaltamos que as reflexões e posicionamentos apresentados nesta etapa reverberam as afetações obtidas enquanto a hermeneuta diante do mundo do texto. Além de outras perspectivas ao regressar ao passado em alguns momentos da história, em que a desinformação sobre as vacinas e profissionais da área da medicina alinharam suas narrativas para propagar o negacionismo científico.

Essa fase nos possibilita questionar esse cenário que permite com que médicos e demais profissionais da área da saúde continuem aderindo às narrativas antivacinas, passando a desacreditar e propagar medo sobre os imunizantes. Desta forma, compreendemos que esse contexto se debruça em uma sociedade permissível que historicamente supervaloriza profissionais da área da medicina de forma que a fala médica, muitas vezes, não é questionada. Além disso, esses profissionais possuem uma rede de alta proteção da sua classe, e assim com base no *status* da medicina quebram os preceitos médicos, mas continuam atuando sem punição contra as suas práticas ilegais que comprometem a saúde da população.

A tese infundada de Christian Perronne e disseminada no *WhatsApp* utiliza um compilado de narrativas antivacinas condensadas em um único texto, de modo que os indivíduos atingidos por esse conteúdo se deparam com questões reforçadas em toda a pandemia, fortalecendo ainda mais o discurso antivacina.

Como estratégia para credibilizar suas narrativas, a desinformação sobre as vacinas se ampara em falas médicas que reproduzem posicionamentos negacionistas de que os vacinados apresentam risco à sociedade e que devem ser isolados do restante da população, assim como que a vacina é uma arma biológica, e que irá enfraquecer o sistema imunológico, entre outros argumentos.

Outra estratégia desinformativa é relacionar os conteúdos falsos com materiais respaldados em estudos estrangeiros, tendo em vista que as pesquisas de fora são vistas com mais credibilidade pelos avanços dos países conhecidos como de primeiro mundo. Isso reflete o processo cultural da hegemonia dos países do norte, com os países localizados no hemisfério sul, especialmente, pela supervalorização da língua inglesa. Nesse sentido, quando a desinformação relaciona o material enganoso a outros idiomas, a narrativa tende a ser menos contestada.

O mesmo contexto se aplica quando o conteúdo fraudulento cita outros países para enfatizar que os vacinados são a maioria dos internados em outras partes do mundo, tal alegação dificulta para os sujeitos contrapor a narrativa, pois apesar de terem acesso à Internet, parte dos usuários não sabem, ou preferem não utilizar as ferramentas de busca para verificar um assunto, de forma que é mais confortável acreditar no material recebido pelas redes sociais.

Dessa maneira, os movimentos antivacina se utilizam da credibilidade e do populismo médico diante de momentos críticos da saúde pública, como a pandemia da COVID-19, para legitimar suas narrativas diante da sociedade, porém essa aderência ao negacionismo científico prejudica diretamente os indivíduos e apresenta riscos a própria saúde da população, a partir da recusa da imunização, do uso de medicamentos inadequados e práticas baseadas em tratamentos alternativos orientados por médicos negacionistas para tratar o Coronavírus.

Nesse contexto, a razão perde lugar para a ignorância, de modo que os profissionais que deveriam colaborar com a ciência e, orientar a sociedade a adotar práticas mais seguras, estão deixando de seguir os estudos científicos para se amparar nas suas próprias experiências e crenças adquiridas ao longo do tempo, de modo que, essa conjuntura facilita a disseminação de narrativas falsas.

Sendo assim, desvelando esse processo desinformativo e antivacina, a tese infundada que possui inúmeras assinaturas de médicos para validar o conteúdo falsificado, se forja no regime científico através da *fake Science* para desacreditar a própria ciência e atrair os sujeitos para aderir suas práticas negacionistas.

Essa é uma estratégia antivacina que possui uma interlocução com diversos outros tempos, como a partir do século XVIII, em que médicos desenvolviam falsos periódicos para contestar os imunizantes. Assim como, no final do século XX, em que Andrew Wakefield conseguiu publicar um artigo, em uma das revistas científicas mais conceituadas do mundo, a *The Lancet*, associando que a vacina da Tríplice Viral provocava autismo nas crianças.

O estudo teve a assinatura de outros 11 pesquisadores da área, que garantiram a segurança da sua descoberta. O ensaio de cunho científico obteve repercussão mundial. No entanto, passou a ser questionado e investigado por outros pesquisadores e jornalistas da época desconfiados dos resultados de Wakefield, descobrindo, assim, que o médico britânico tinha interesses financeiros, e que forjou a pesquisa para beneficiar a própria empresa que passaria a desenvolver vacinas e

outros produtos da área da saúde, o que renderia a receita anual de aproximadamente, 43 milhões de dólares.

Desse modo, a pesquisa foi manipulada com a ajuda de um advogado integrante da organização antivacinação JABS, o qual queria descredibilizar o imunizante da Tríplice Viral. O falso estudo do médico colaborou para reduzir as taxas de imunização contra o sarampo em diversos países e, outros surtos da doença voltaram a circular na sociedade. Somente doze anos depois, o médico perdeu o direito de exercer a medicina, mas apesar da comprovação que seu estudo era forjado, ainda existem pessoas que acreditam no que foi disseminado pelo médico britânico.

Nessa conjuntura, podemos elucidar que as narrativas antivacinas atravessam temporalmente a sociedade e suas estratégias perpassam até a atualidade, podendo ser percebidas na pandemia da COVID-19, como a partir da tese infundada de Christian Perrone e de seus apoiadores médicos. Atualmente, a Internet e a globalização permitem que o conteúdo se propague rapidamente, mas as relações entre os dois tempos nos permitem perceber que apesar de serem acontecimentos em momentos diferentes, as narrativas antivacinas acionam nos indivíduos o medo sobre as vacinas. Além de reverberar que por trás da criação de tais conteúdos existe claramente o desejo em desinformar, seja por interesses mercadológicos, ou políticos, de modo que tais narrativas fraudulentas prejudicam as campanhas de imunização como também a confiança na saúde pública.

A desinformação provocada por Perrone, aciona diversos afetos nos seus interlocutores, nos quais o medo de se vacinar e das pessoas imunizadas contra a COVID-19, a insegurança em relação à eficácia da vacina, além do receio de que a vacina possa provocar morte por ser associada como uma arma biológica.

Desta forma, o jornalismo do Comprova atua de maneira que possibilita esclarecer essas questões, contrapondo significativamente as narrativas distorcidas no material desinformativo e colaborando para o combate ao negacionismo científico e a promoção da ciência. Nessa perspectiva, a verificação foi elaborada amplamente, desvelando cada ponto da tese sem respaldo científico do médico francês, de modo que possibilita aos seus leitores um conteúdo detalhado sobre o caso.

CASO 4: Desinformação sobre vacinas relacionada a efeito colateral em crianças

A quarta checagem analisada nesta pesquisa, corresponde a verificação do Comprova sobre um dado adulterado por um site antivacina onde apontava que, 80% das crianças imunizadas com a Pfizer, poderiam ter algum efeito colateral ao tomarem a vacina desenvolvida pela farmacêutica. Conforme a checagem produzida pelo Projeto Comprova, o conteúdo disseminado através do site, é falso, tendo em vista que o documento da Pfizer citado para provar tal narrativa não consta essa informação.

O material foi checado pelo Comprova a partir da lista de monitoramento de conteúdos que circulam na Internet, sugeridos por alguns leitores do projeto. A verificação foi realizada pelos veículos Folha de São Paulo, Band News, Correios, Correios de Carajás, Sistema Jornal Comércio de Comunicação, O Povo, Estadão e Piauí.

Figura 8: Verificação produzida pelo Comprova em que site antivacina relaciona efeitos adversos em crianças

INVESTIGADO POR: FOLHA BAND NEWS Correio 2021-08-20

Site antivacina inventa dado sobre efeito colateral em crianças imunizadas com Pfizer

Falso

Falso

É falso que dados da Pfizer revelem que 80% das crianças vacinadas desenvolvem efeitos adversos, como afirma uma publicação em um site. A farmacêutica não tem nenhum estudo sobre vacinação em crianças concluído e, até o momento, afirma, assim como órgãos como o Centro de Controle de Doenças (CDC) dos Estados Unidos e a Anvisa, que os benefícios da imunização superam os riscos.

Fonte: Projeto Comprova (2021)

No contexto sócio-histórico desta verificação, podemos situar que o fenômeno da desinformação, que circulou, livremente, em todo o período da pandemia da COVID-19, se estruturou de diversas formas para influenciar a sociedade a aderir suas narrativas. Desta forma, no cenário das novas tecnologias inúmeras plataformas são criadas para hospedar o conteúdo fraudado e repassar mais confiança para que suas abordagens tenham mais aderência dos sujeitos, como no boato analisado pelo Comprova.

Nesse sentido, alinhado aos interesses mercadológicos, os grupos antivacinas utilizam desses mecanismos para disseminar suas narrativas e, especialmente, para provocar medo nas pessoas ao se vacinarem e levarem seus filhos para tomarem o imunizante. Apesar de fazerem parte da sociedade atual, as ferramentas digitais potencializam a circulação de narrativas falsas. Desse modo, os movimentos antivacina que compõem o fenômeno da desinformação, perpassam temporalmente a história e afetam os indivíduos a partir da manipulação de acontecimentos ao viabilizar e fomentar à lucratividade através da aderência de suas concepções baseadas no negacionismo científico.

Portanto, olhar para a história nos possibilita descortinar como agem tais movimentos e, quais narrativas continuam sendo reverberadas no decorrer do tempo para capturar, cada vez mais, seguidores. Com isso, atribuir que as crianças podem correr riscos ao serem vacinadas é uma tática observada no século XIX, por líderes antivacinas, os quais associavam o imunizante como causador da doença, além de relacionarem que as vacinas não seriam benéficas e, por isso os pais não deveriam vacinar seus filhos.

Os argumentos antivacina associados às leis da época, em que o governo determinava a vacinação como obrigatória, motivou uma série de protestos contrários à imunização de crianças, nas ruas da cidade de Leicester, na Inglaterra. Em 1885, mais de 80 mil pessoas se manifestaram exigindo liberdade para o direito de vacinar, ou não, as crianças. Quase um século depois, em 1971, o estudo forjado de Andrew Wakefield causou medo na sociedade ao apontar que a vacina MMR contra o sarampo, a caxumba e a rubéola provocavam autismo nas crianças. Já em 1977, o médico e pesquisador Gordon Stewart, na Escócia, relacionava que seria mais seguro ter Coqueluche do que distribuir a vacinação infantil.

As relações entre passado e presente novamente se cruzam, e nos mostram que a sociedade carrega as marcas obtidas ao longo do tempo, além das narrativas

antivacinas buscarem descredibilizar os imunizantes e a ciência. Assim, cabe mencionar que a sociedade, muitas vezes, não possui consciência da sua própria história, facilitando para qualquer narrativa ser aceita, especialmente, as disseminadas intencionalmente para enganar, como as de cunho negacionistas e anti-ciência.

Nesse sentido, durante a pandemia, enquanto a vacinação estava preste a chegar às crianças, as narrativas desinformativas começaram a contrapor a distribuição dos imunizantes e, novamente, os argumentos que compuseram outros momentos da história foram usados para impor medo sobre a vacinação infantil. Dos quais, relacionar que o imunizante não seria seguro, por não ser testado o suficiente para ser aplicado em crianças. Assim como, que provocaria a própria COVID-19 sendo um perigo para as famílias, além de associar a efeitos colaterais adversos.

No entanto, enquanto as narrativas antivacinas tentavam descredibilizar os imunizantes para a classe infantil, no ano de 2021, momento em que a desinformação plantada pelo site antivacina circulava, 840 crianças⁴³, de 05 a 11 anos, morreram em decorrência de complicações ocasionadas pelo Coronavírus no Brasil.

Tais argumentos, durante a crise sanitária no Brasil, eram disseminados por grupos de extrema-direita e apoiadores bolsonaristas que seguiam os posicionamentos do ex-presidente. Em suas aparições públicas e entrevistas, Jair Bolsonaro, minimizava o número de mortes de crianças por COVID-19 e relacionava que a vacinação infantil era desnecessária, pois estes, não era um grupo de risco para a doença, além de insinuar que a Anvisa “era tarada por vacinas” e teria interesses em distribuir o imunizante.

Desta forma, podemos perceber que as narrativas antivacinas de séculos atrás foram acionadas na pandemia e sobretudo creditadas por parte da sociedade, como na matéria disseminada pelo site antivacina, o qual abordou efeitos adversos traumáticos em crianças e que por isso, o imunizante seria mais perigoso que a COVID. As falas do chefe, do executivo do país, buscavam descredibilizar as vacinas, assim como, as orientações de um dos órgãos mais importantes da saúde, tendo em vista a disputa de poder no combate à pandemia. Isto é, as narrativas se adequam ao

⁴³ Ler mais em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/covid-19-mata-dois-menores-de-5-anos-por-dia-no-brasil>.

contexto em que são inseridas, porém, essas alegações sobre a vacinação é algo que perpassa e afeta a sociedade temporalmente, durante muitos séculos.

Para tanto, cabe mencionar que no Brasil, antes mesmo da chegada da pandemia, essas narrativas antivacinas aliadas ao negacionismo científico já reverberavam e contribuíram para a queda nos índices de vacinação e de doenças que, inclusive, já foram erradicadas, como a poliomielite e o sarampo. Conforme dados do Fundo das Nações Unidas⁴⁴, para a Infância – Unicef, a vacinação em crianças caiu, de 93,1% para 71,49% no país, número que segundo a OMS deixa a população brasileira entre as dez piores do mundo em relação à cobertura vacinal.

Diante desse contexto sócio-histórico, como técnica de Análise de Conteúdo (AC) sobre o material verificado pelo Comprova, a checagem esclarece os pontos que a desinformação do site antivacina, aciona ao associar que 80% das crianças imunizadas, contra a COVID-19, desenvolviam efeitos adversos e que, a vacinação seria pior que, se infectar com o Coronavírus. Inicialmente, o Projeto faz uma abordagem ao situar o leitor sobre como a desinformação se apresenta, além de como, chegaram à conclusão de que o conteúdo se trata de uma desinformação.

O site onde é hospedada a narrativa forjada utiliza links falsos, que direciona o leitor para uma página em alemão, a qual possui um documento de uma agência regulatória dos EUA, a *Food and Drug Administration* (FDA). O conteúdo utilizado para comprovar a desinformação é apenas uma ficha técnica e, não possui, os dados citados pela plataforma antivacina.

Nesse aspecto, os jornalistas que fizeram a verificação do Comprova procuraram a Pfizer, que esclareceu que os testes, em menores de 12 anos, começaram a ser desenvolvidos em junho de 2021, no entanto, os estudos ainda eram iniciais e não havia conclusões sobre os resultados. A farmacêutica ressalta que os benefícios da imunização são superiores aos efeitos colaterais, após a vacinação infantil ou em qualquer outro grupo vacinado. O fato é confirmado pelo Centro de Controle de Doenças (CDC), dos Estados Unidos, e pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

De segundo modo, a matéria do Comprova explica como estão sendo desenvolvidos os testes de vacinação infantil, ao todo 4,5 mil crianças, menores de 11 anos, participam do ensaio desenvolvido pela farmacêutica, de países como a

⁴⁴ Ver mais em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/vacinacao-infantil-sofre-queda-brusca-no-brasil>.

Polônia, Estados Unidos e Espanha. Nesse sentido, o relatório do site antivacina evidenciado em seu conteúdo, é um documento verdadeiro da FDA com 39 páginas, no entanto, o estudo desenvolvido pelo órgão não apresenta os dados mencionados pela plataforma negacionista de que 80% das crianças vacinadas, podem ter reações traumáticas.

Além disso, o documento apresenta que 86,1% de vacinados, entre 12 e 15 anos, manifestam dores no local da aplicação do imunizante, o que é esperado como resposta imunológica após receber a vacina. Ademais, o estudo clínico ressalta outras reações adversas esperadas a quem toma a vacina da COVID-19, como febre, calafrios, dor de cabeça e dores musculares.

A checagem do Comprova esclarece o desenvolvimento dos ensaios clínicos da vacina da Pfizer realizados, em 2.260 jovens, nos Estados Unidos. Os resultados são promissores e apontam que o imunizante obteve 100% de eficácia, para jovens de 11 a 15 anos. A partir dos estudos divulgados, em março de 2021, os órgãos reguladores da vacina aprovaram o imunizante para ser distribuído entre os jovens, como o CDC (2020), a União Europeia, e posteriormente no mês de junho a vacina passou a ser distribuída, em maiores de 12 anos, em Israel, e no Reino Unido.

No mesmo mês, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, autorizou a aplicação do imunizante da farmacêutica em jovens, de forma que, a distribuição aconteceu gradativamente conforme o término da primeira dose nos adultos, seguindo o ritmo de vacinação de cada estado. Por fim, após esse panorama de como a vacina da Pfizer teve a aprovação e distribuição em jovens de diversos países, a verificação do projeto relaciona que tem sido recorrente no site Coletividade Evolutiva, e na plataforma austríaca Report24, usarem os sites como base para afirmar suas narrativas antivacinas. Ambos disseminam conteúdos falsos e relacionam os efeitos colaterais afirmando que a vacina seria magnética, além de outros materiais conspiratórios sobre os imunizantes.

A partir dessas perspectivas, em um processo reinterpreativo do material verificado pelo Comprova sobre a narrativa falsa do site antivacina, as textualidades nos possibilitam compreender o tempo em seu tempo. Assim, no processo hermenêutico o pesquisador se coloca diante do texto a desvelar o mundo sobre qual o argumento foi construído, além de percorrer os caminhos históricos que permitiram com que tal narrativa seja produzida, compartilhada, como os afetos acionados que levam os leitores a acreditar no conteúdo fraudulento.

Nesse viés, cada indivíduo na sociedade possui diferentes visões de mundo, considerando os distintos modos de se relacionar com a experiência e com o passado. Por isso, as questões apresentadas durante esta análise são interpretadas levando em consideração as afetações obtidas pela pesquisadora, enquanto um ser histórico afetado pelo passado.

Para tanto, conforme apresentado no contexto sócio-histórico, a narrativa desinformativa do site antivacina, apontava que 80% das crianças vacinadas manifestaram efeitos adversos traumáticos, dialogando com a história e com o presente. De modo que, a composição dessa narrativa é algo construído no passado no decorrer de outras pandemias e de doenças que comprometem a saúde infantil, até os dias atuais.

Diante desse contexto, a vacinação passou a ser distribuída e a salvar a vida de milhares de crianças em todo o mundo, porém, as narrativas antivacinas atuaram na sociedade impondo medo, revolta, e, especialmente, utilizando apelos emocionais em relação às crianças, as quais não podem tomar a decisão de se imunizar sozinhas, estando sob responsabilidade dos pais, o dever moral de vacinar, ou não, seus filhos.

Desta forma, as narrativas antivacinas criaram teorias conspiratórias sobre os efeitos colaterais adversos como a morte e mutações, bem como, disseminaram que a vacina provocaria a própria doença, além de que, os imunizantes não seriam necessários para as crianças. Esses argumentos de séculos passados, são novamente acionados durante a pandemia da COVID-19, em contrapartida, a imunização infantil, sendo uma estratégia antivacina ao evocar afetos negativos para descredibilizar a ciência e impor medo sobre a vacinação, provocando um cenário de insegurança onde a sociedade estava inserida em meio à crise sanitária mundial.

Outra estratégia antivacina, é forjar informações de documentos verdadeiros, como no site antivacina do Brasil, que utilizou uma plataforma estrangeira que possui cunho negacionista e anti-ciência para disseminar um conteúdo falso sobre os ensaios clínicos da Pfizer, buscando afirmar que o imunizante produzido pela farmacêutica provocaria, em 80% das crianças, efeitos adversos traumáticos.

Nesse contexto, a desinformação se apropria de materiais desenvolvidos pela própria ciência para disseminar argumentos antivacinas, que não são novos, e notoriamente, mudaram pouco com o tempo, de forma que são facilmente aceitos pela sociedade por serem construídos historicamente ao longo do tempo.

Diante das redes sociais da Internet e de outros meios oportunizados pelas tecnologias, especialmente durante a pandemia, as narrativas antivacinas passaram a disputar a atenção da sociedade com o desejo de desinformar para atender seus interesses mercadológicos e potencializar os lucros em cima da saúde pública. Tal ação desinformativa como já discutimos anteriormente, ao longo dos capítulos deste relatório, são facilitadas pelas grandes plataformas digitais.

Desta forma, o sistema antivacina se apropria intencionalmente de sites e diversos outros canais para intensificar o debate e o receio sobre a vacinação, assim como nas discussões em relação à imunização infantil. Os argumentos antivacinas são reverberados por porta vozes de suas concepções negacionistas e anti-ciência, como o próprio Presidente da República em exercício no período da pandemia, que colaborou a partir de seus posicionamentos para impor o receio e medo sobre a vacinação em crianças, no que concerne aos interesses, disputa política e de poder sobre o controle da pandemia.

Nessa perspectiva, o jornalismo do Comprova atuou com base em suas práticas de investigação para a checagem dos fatos, em relação à desinformação propagada pelo site antivacina, conseguindo, sem muitos recursos, desmentir o boato que apontava a vacinação como prejudicial à saúde de 80% das crianças imunizadas. Portanto, a coalizão de veículos jornalísticos que compõe o projeto possibilitou aos seus leitores uma checagem ampla diante da abordagem desinformativa, colaborando para a promoção da ciência e o combate ao negacionismo científico.

CASO 5: Desinformação sobre vacinas em site de cunho jornalístico engana leitores sobre a vacinação

A quinta, e última análise, se refere a uma checagem do Comprova sobre um conteúdo disseminado por um site de cunho jornalístico, o qual desinformou seus leitores ao utilizar um título sensacionalista para relacionar a quantidade de pessoas mortas após receber a vacina contra a COVID-19. Conforme o apurado pelo Comprova, o site em questão é o Terra Brasil Notícias, que publicou uma matéria produzida pelo portal Metrôpoles. Enquanto a matéria original descreveu a notícia como “Mortos após imunização chegam a 19 mil. Entenda por que isso não reduz a importância da vacinação”; o site sensacionalista trouxe um título alarmista mudando o contexto da notícia se referindo ao assunto como “BOMBA: Mais de 19 mil pessoas

já morreram após tomar duas doses da vacina, mostra levantamento”. Tal conotação, confunde e motiva os leitores a acreditarem que a vacina da COVID-19 pode provocar a morte de inúmeros indivíduos, o que segundo o apurado pelo Comprova e a própria matéria do Metrôpolis expõe esse fato não condiz com a realidade.

Para o Projeto Comprova, o conteúdo é classificado como enganoso, tendo em vista que o site omite informações essenciais, distorcendo completamente o sentido abordado na matéria, além disso, o material foi checado porque nas redes sociais alcançou mais de 2 mil interações. Participaram desse processo de verificação veículos como a Rádio Band News, A Gazeta, o Correio Braziliense, a Folha de São Paulo, a Alma Preta, o UOL, o GHZ, o Piauí, o Estadão, o Poder 360 e o Correio da Bahia.

Figura 9: Verificação produzida pelo Comprova em que site de cunho jornalístico distorce informações sobre mortos após a vacinação



Fonte: Projeto Comprova (2021)

O contexto sócio-histórico dessa verificação, realizada pelo Comprova, se estabelece em um momento em que o jornalismo reforçou a sua importância diante da sociedade em meio a crise emergencial provocada pelo Coronavírus. A Busca para levar informações precisas sobre os cuidados, medidas de segurança e evolução da pandemia no cenário brasileiro e no mundo, foram uma das questões abordadas para

informar as pessoas sobre as orientações que pudessem contribuir com as inúmeras dúvidas que pairavam na sociedade, no momento de crise sanitária mundial.

O contexto sócio-histórico também se entrelaça na mesma conjuntura, na qual as vacinas já estavam sendo amplamente distribuídas, no Brasil, e trazendo efeitos positivos no combate à doença. Nesse sentido, cerca de 90 milhões de pessoas já haviam tomado pelo menos uma dose do imunizante contra a COVID-19. Para tanto, ressaltamos que esse conteúdo checado pelo Comprova se associa no mesmo período do mês de setembro, descrito na segunda matéria analisada nesta pesquisa que relaciona o óbito do jovem Samuel de 22 anos, tendo em vista que as narrativas desinformativas antivacinas buscam vincular os imunizantes a morte, como fez em outros momentos da história.

A partir dessas perspectivas, o jornalismo passou a ser uma das principais fontes de informações confiáveis sobre a pandemia. A instituição atuou no combate à desinformação e iniciativas jornalísticas criaram projetos como o Comprova para verificar informações suspeitas que circulam nas redes sociais e na Internet. Do mesmo modo como o Consórcio de Imprensa, que foi desenvolvido com o objetivo de fornecer dados diariamente sobre a evolução da pandemia e dos avanços da vacinação, pois o Governo Federal sob ordem do ex-presidente Bolsonaro deixou de repassar informações essenciais, em relação à disseminação do vírus, quantidade de caso e óbitos, além dos dados sobre a imunização.

Jair Bolsonaro, sempre, se mostrou controverso e hostil a imprensa brasileira, atacando o jornalismo e a democracia do país. Uma análise da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo⁴⁵ – ABRAJI mostrou que Bolsonaro e seus filhos atacaram e tentaram descredibilizar os veículos de comunicação 801 vezes em postagem no *Twitter* entre janeiro de 2021 a maio de 2022. O ex-presidente apoiou uma rede de canais conservadores de cunho jornalístico, que teriam a missão de repassar informações verdadeiras, pois segundo os bolsonaristas são “omitidas” pela grande mídia, além de dar visibilidade às ações do governo.

O Terra Brasil Notícias durante o governo em exercício fez parte dos sites do hiperpartidarismo aliados ao ex-presidente que replicavam seus posicionamentos negacionistas e conservadores, além de críticas à política de esquerda. Na pandemia

⁴⁵ Leia mais em: <https://www.abraji.org.br/noticias/com-rede-de-atores-politicos-e-influenciadores-cla-bolsonaro-atacou-imprensa-801-vezes-no-twitter>

incentivou o tratamento precoce a base de medicamentos, relacionou a COVID-19 como uma arma biológica, assim como, disseminou narrativas contrárias à vacina.

Diante desses aspectos, cabe lembrar que historicamente o jornalismo foi utilizado para informar de maneira descontextualizada os acontecimentos de doenças que ameaçavam a saúde da sociedade. Em 1976, em Nova Jersey, quando o presidente Gerald Ford, tentou antecipar a vacinação sobre o medo de uma pandemia de gripe suína, a imprensa causou pânico sobre a vacinação mediante manchetes alarmistas que relacionavam a vacina à morte de pessoas. Tempos depois, a doença temida pelo governo não evoluiu para atingir uma proporção pandêmica, milhares de pessoas foram imunizadas e relacionaram a aplicação do imunobiológico como um dos causadores da síndrome Guillain-Barré, a qual pode provocar paralisia e morte.

Sendo assim, se apropriar do jornalismo ou da estrutura jornalística para promover interesses próprios sobre determinados assuntos, é uma prática construída culturalmente ao longo dos anos. Nesse sentido, em alguns momentos da história ativistas antivacinas, utilizaram a imprensa para contrapor a vacinação e disseminar narrativas contrárias à ciência. A exemplo disso, no século XIX o empresário e líder antivacina, William Tebb, criou o próprio jornal para divulgar seus posicionamentos negacionistas e plantar medo e dúvida sobre a imunização.

Ações como essa mostram que o *ethos* jornalístico é apropriado por terceiros que agem intencionalmente para tentar influenciar a sociedade a acreditar em suas narrativas, além de propagar desinformação por meio de uma estrutura credível. Para tanto, temporalmente ambos os acontecimentos entre os séculos XIX e XXI dialogam com a história, e com o presente, possibilitando perceber como as questões do passado continuam perpassando nos dias atuais.

A partir dessas perspectivas, a narrativa do site de cunho jornalístico tirou do contexto a informação dada pelo portal Metrôpoles, e se estrutura dentro de um cenário antivacina e desinformativo, o qual buscou disseminar e fortalecer suas narrativas através de estratégias que visam capturar, cada vez mais, adeptos ao negacionismo científico. Desse modo, os argumentos de que os imunizantes não funcionam e que provocam morte é algo que reverberou na pandemia e, como pontuamos no decorrer desta análise, possuem relação com a história desses movimentos antivacinas atuantes na sociedade.

Em relação a análise de conteúdo, inicialmente a checagem do Comprova contextualiza a realização da verificação, desse modo, a investigação observou a

página do site identificando que a notícia se tratava de um recorte que pertence a uma reportagem produzida pelo portal Metrôpoles. Na verificação, é apontada as diferenças entre a matéria original do Metrôpoles para a que foi replicada pelo Terra Brasil Notícias. Nesse sentido, nota-se que além de alterar o título, o site reduziu as informações do texto original e retirou os links que dão acesso a mais informações sobre o assunto.

O Comprova aborda as questões discutidas na reportagem do Metrôpolis contextualizando que as 19 mil pessoas vacinadas morreram em decorrência da COVID-19, e não sobre os efeitos colaterais da vacina. Para isso, explicam, por meio da fala de especialistas como o sanitarista Julival Ribeiro, que as vacinas em pessoas mais velhas não possuem o mesmo grau de eficácia, por isso, a maioria dos óbitos era de sujeitos entre 61 e 97 anos, os quais não teriam completado o esquema vacinal com a terceira dose do imunizante. Outro fator contribuinte para a quantidade de mortos, mesmo após a vacinação, é o surgimento de novas cepas do Coronavírus, entretanto, ambos os motivos não descartam a importância de se vacinar para evitar mais complicações em relação a COVID-19.

O conteúdo de verificação do Comprova apresenta um panorama dos comentários deixados pelos leitores que reagiram à matéria replicada no site de cunho jornalístico. Novamente, a checagem evidência, ao utilizar o título sensacionalista, que o site promoveu a desinformação sobre as vacinas, mesmo que, no texto da reportagem contenha elementos que mostrem a importância dos imunizantes e que a vacina não é a responsável pela quantidade de óbitos como explicitado no título da notícia. Para o Comprova, ao utilizar o termo “bomba” o site induz o leitor ao erro, pois no jornalismo essa expressão se refere a denúncia ou algo grave. Tal fato, pode ser percebido diante das respostas dos internautas, de modo que é perceptível que boa parte se atentou apenas a chamada alarmante, como podemos ver nas imagens abaixo.

Figura 10: sequência de prints dos comentários sobre a matéria do site de cunho jornalístico que distorceu a informação dos óbitos de pessoas após a vacinação



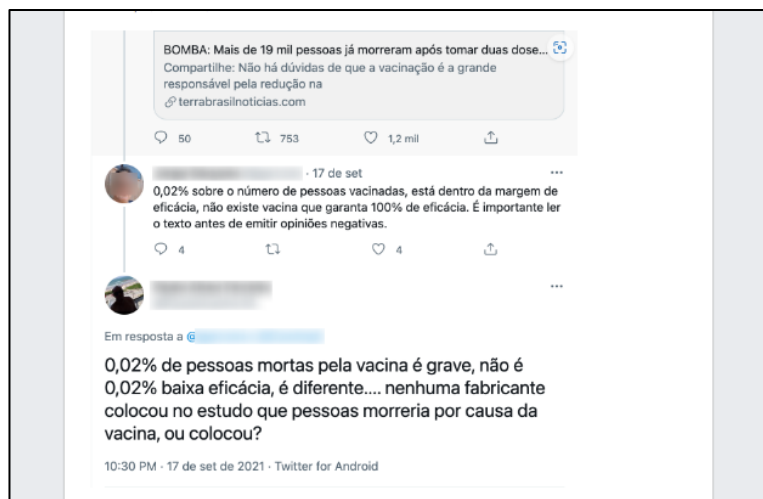
Fonte: Projeto Comprova

Figura 11: sequência de prints dos comentários sobre a matéria do site de cunho jornalístico que distorceu a informação dos óbitos de pessoas após a vacinação



Fonte: Projeto Comprova (2021)

Figura 12: sequência de prints dos comentários sobre a matéria do site de cunho jornalístico que distorceu a informação dos óbitos de pessoas após a vacinação



Fonte: Projeto Comprova (2021)

Os comentários expostos e analisados durante a verificação do Comprova, possibilita visualizar, o quanto apenas um título de uma matéria pode provocar diversas reações contrárias à vacina, de maneira que os argumentos antivacinas são reforçados pelos próprios leitores. Nesse sentido, a checagem esclarece que apesar do conteúdo da notícia explicar que não existe nenhuma vacina com 100% de eficácia contra a COVID-19, assim como, para diversas outras doenças nas quais o imunizante é utilizado para combater os vírus, ainda assim, os internautas continuam se atentando apenas ao título da notícia. Esse fato se torna mais evidente, quando a página do Terra Brasil coloca no seu perfil no *Instagram* apenas a imagem com a chamada alarmista e o título como o único destaque, sem conter um link para direcionar a matéria completa. Nessa rede social, a postagem alcançou aproximadamente 5 mil curtidas e inúmeros comentários, mostrando a desconfiança e a rejeição sobre a vacina contra o Coronavírus.

O projeto de verificação procurou o site do Terra Brasil Notícias, o qual se manifestou por meio de uma nota, na qual, o editor geral, Júnior Melo, justificou o termo “bomba” utilizado no título da matéria sobre a morte de pessoas vacinadas como uma característica do veículo para chamar atenção do público em assuntos que julgam possuir relevância social. O editor ressalta em outros momentos que a notícia não possui tanto impacto, é possível dar o que ele classifica como “pitada de

irreverência”, mas que, o jornalismo desempenhado pela equipe do site se compromete com a veracidade dos fatos repassado aos seus leitores e que esse incremento se trata apenas de um diferencial do portal Terra Brasil.

Por fim, a checagem do Comprova aponta que o site em questão analisado, possui um viés conservador, e, além disso, réplica, mais matérias de outros veículos, do que produz seu próprio conteúdo, mesmo assim possui grande alcance em sua plataforma, chegando a aproximadamente 12 milhões de acessos em um único mês. Conforme pesquisa realizada pelo Net Lab, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Terra Brasil Notícias é a fonte de informação mais compartilhada entre os aplicativos de mensagens *WhatsApp* e *Telegram* por apoiadores do ex-presidente da República Jair Bolsonaro durante a pandemia da COVID-19.

Em aspecto reinterpretativo, a desinformação propagada pelo Terra Brasil Notícias, se insere no cenário de disputa por atenção e acessos diante da quantidade de conteúdos disponíveis na Internet, por isso, como próprio o editor chefe do veículo afirma, a utilização de palavras alarmistas é uma prática e característica do site para incrementar as matérias e chamar a atenção do público. Mas para além de fazer uso dessa estratégia, o canal servia de reforço ao posicionamento negacionista do ex-presidente Jair Bolsonaro, em relação à pandemia e as vacinas contra o Coronavírus. Sendo, sobretudo, base para que seus apoiadores pudessem amparar as perspectivas desconectadas da realidade e disseminar narrativas contrárias à ciência.

Nesse sentido, o site manipulou a informação jornalística para disseminar uma desinformação sobre as vacinas, de modo que forjou das práticas da instituição e da ciência para tentar convencer a sociedade a acreditar em teorias conspiratórias, agindo intencionalmente, para reforçar a narrativa de que a vacina é prejudicial à saúde humana e que pode provocar a morte de indivíduos imunizados. Os argumentos tiveram o presidente da República como um dos principais incentivadores contrários à ciência, impactando, especialmente, para que as ações da saúde não fossem adotadas pela população diante de um dos momentos mais críticos enfrentados pela população mundial. Por isso, a desinformação criada pelo site atende, sobretudo, aos interesses mercadológicos e políticos para tentar desacreditar as vacinas da COVID-19, principalmente, em um cenário de tratamentos alternativos à base de medicamentos ineficazes defendidos por Bolsonaro e seus apoiadores.

O site Terra Brasil Notícias, se apropria, não só, das práticas jornalísticas, mas distorce a própria informação produzida pelo jornalismo para adequar a realidade que desejam que a sociedade acredite. As narrativas antivacinas impõe medo e descrença na eficácia das vacinas, por isso, ao distorcer a informação do portal Metrôpoles, o site de cunho jornalístico aciona afetos que geram revolta nos sujeitos e confirmam de modo enganoso suspeitas já existentes sobre os imunizantes. Por isso, usam de argumentos reverberados no decorrer da pandemia, porém, construídos em outros momentos do passado e em movimentos antivacinas que atuaram para contrapor a ciência, esse fato pode ser percebido a partir dos comentários printados pelo Comprova.

As reações baseadas, apenas, no título do conteúdo desinformativo expressa como alguns indivíduos se informam superficialmente diante da complexidade de materiais disponíveis na Internet, de modo que ficam propícios a acreditarem em narrativas desinformativas. Esse comportamento dos leitores facilita para que informações fraudulentas se propaguem atingindo cada vez mais pessoas. No entanto, essa sociedade atingida por estruturas desinformativas é a mesma que permite que mercadores da desinformação se apropriem de instâncias como o jornalismo e a ciência, sem que ocorram contestações ou punições para quem propositalmente se utiliza dessas estratégias.

A Internet potencializou e ampliou para que narrativas desse tipo tenham mais espaço, assim como a aderência da sociedade. Porém, apesar do uso recente das tecnologias para a propagação e manipulação de mensagens de teor negacionista, essas questões podem ser vistas, não só no presente, também, ao longo da história da humanidade, que vem sendo perpassada durante os séculos e ultrapassando a temporalidade e prejudicando o desenvolvimento da ciência, assim como instituições jornalísticas.

Nesse viés, acreditar em uma desinformação sobre as vacinas, mesmo que os fatos e evidências digam o contrário, como neste caso, em que o título desinformava, mas o restante do material da reportagem explicava que os 19 mil mortos não tinham relação com efeitos adversos, ineficácia ou segurança das vacinas contra o Coronavírus, o que prevalece é o que cada sujeito determina acreditar como verdadeiro. Para tanto, as distintas visões e experiências de mundo, além da forma como os sujeitos afetam e se deixam afetar, ao longo do tempo, por essas narrativas, são determinantes no que acreditamos, ou não, como verdade. Desta forma, a

desinformação sobre as vacinas se aproveita dessas questões para plantar dúvidas e difundir o negacionismo científico e a *fake Science*.

Cabe mencionar que mesmo diante da crise de credibilidade enfrentada pelo jornalismo, o modo de atuação jornalístico é utilizado como uma prática credível pelas narrativas desinformativas e aceitas pela sociedade. Nesse contexto, os veículos da grande mídia foram colocados em suspeição, e cada dia mais, perdem espaço para iniciativas alternativas e partidárias que se forjam do *éthos* da instituição, como o site Terra Brasil Notícias.

Por isso, ações como a do Projeto Comprova no combate à desinformação, e no esclarecimento dos boatos que circularam em torno da pandemia são fundamentais para a sociedade ter acesso a um conteúdo verificado e, que possa tirar suas próprias conclusões pelo modo em que a verificação é apresentada. Nesta checagem, o jornalismo do projeto, facilmente, conseguiu contrapor e desmentir o título sensacionalista antivacina, atuando para que os assuntos relacionados à vacina sejam esclarecidos, além de possibilitar a valorização e a confiança nos estudos científicos, especialmente, no desenvolvimento dos imunizantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo a ciência como um dos pilares indispensáveis para o desenvolvimento da sociedade, especialmente, nas questões que envolvem a saúde humana e a produção de conhecimento, esta dissertação reforça a necessidade da elaboração de pesquisas e da valorização científica, para que assim, a humanidade continue avançando, e sobretudo, desenvolvendo pensamentos críticos acerca dos acontecimentos que vivenciamos e que impactam a vida individual e coletiva. Por isso, é necessário não somente um olhar voltado no dado momento do tempo presente, mas também, perceber toda a história pela qual somos afetados e que nos permite compreender o mundo e suas intencionalidades.

Nesse sentido, este trabalho perpassou a transição da pandemia que estava em curso para um dos momentos mais aguardados da história, o fim da crise sanitária mundial. Em que graças à ciência e ao desenvolvimento das vacinas foi possível proteger a sociedade e sanar a gravidade do Coronavírus. Ainda assim, mesmo após quatro anos do início da COVID-19, o vírus continua circulando e, por vez, ou outra,

ameaça a saúde pública. Parte da população, continua temerosa devido a tudo que a pandemia causou no planeta, seja pela rápida disseminação, seja pela gravidade da doença e dos milhões de mortes e sequelas deixados pela síndrome respiratória aguda.

Neste cenário, durante a pandemia, o mundo também atravessou um dos maiores cenários desinformativos, já vistos ao longo da história, definido pela OMS como infodemia, e pela UNESCO como desinfodemia. Desse modo, a ciência e o jornalismo foram colocados em evidência, devido à necessidade de manter a sociedade informada e de buscar alternativas para sanar a propagação do vírus. No entanto, ao mesmo tempo, ambos os órgãos passaram a ser diretamente atacados, e colocados em suspeição diante da disseminação de narrativas falsas. Apesar disso, continuaram reforçando seu papel na sociedade de atuar significativamente para que os indivíduos pudessem em meio às incertezas da pandemia ter acesso a informações e orientações seguras.

Com o desenvolvimento e distribuição dos imunizantes, a desinformação sobre as vacinas passou a propagar narrativas contrárias a ciência, fortalecendo o negacionismo científico e a pseudociência, a partir de argumentos e estratégias ancoradas em séculos anteriores, nos quais, ocorreram doenças que colocaram em risco a vida dos indivíduos, e, sobretudo, em que a imunização passou a ser indispensável no controle e erradicação de enfermidades provocadas pelos vírus.

Nesse viés, a desinformação pode provocar danos significativos à sociedade, e em momentos de crise da saúde como a pandemia, os riscos são ainda maiores, por poderem comprometer a vida e a saúde das pessoas. Assim, a desinformação sobre as vacinas se propagou de maneira intensificada na Internet e os imunizantes contra a COVID-19 foram alvo de ataques por parte dos movimentos antivacinas, os quais disseminaram narrativas enganosas com o intuito de promover a desconfiança sobre a qualidade dos imunizantes.

A partir dos resultados obtidos ao longo deste trabalho, tendo em vista o processo de interpretação e reinterpretação da Hermenêutica em Profundidade de Thompson (2011), sobre as reportagens desenvolvidas pelo Projeto Comprova, as quais continham em sua investigação a desinformação sobre as vacinas no primeiro ano de distribuição das doses no Brasil. Por esse intermédio, observou-se que os imunizantes acionaram na sociedade questões relacionadas às práticas da pseudociência, fortalecendo o negacionismo científico, a partir das narrativas que

argumentam de maneira fraudulenta acerca das vacinas não serem eficazes, podendo causar mortes, além de que o número de óbitos entre os vacinados estava aumentando. Ademais, alegaram que as pessoas imunizadas representavam um perigo para os demais e que as crianças poderiam sofrer efeitos colaterais graves.

Para além desses aspectos, percebemos que tais narrativas antivacinas acionaram na sociedade perspectivas que ultrapassam a temporalidade, se apropriando de argumentos antigos, utilizados em outros momentos da história, como nos séculos XVIII e XIX, para provocar a desconfiança sobre as vacinas da COVID-19. Entendemos que, por sua vez, as pessoas podem não ter essa compreensão de que tais narrativas disseminadas e a construção dos seus argumentos são perpassados historicamente e fortalecidos ao longo do tempo, mesmo que, as vacinas tenham possibilitado no decorrer desses séculos a erradicação de doenças graves, ao invés, de provocar mortes, mutações genéticas e efeitos colaterais adversos, como dos movimentos antivacinas que continuam argumentando na contemporaneidade.

Os objetivos da pesquisa foram alcançados, pois identificamos a partir das checagens produzidas pelo projeto Comprova, que a desinformação sobre as vacinas durante a pandemia convocou na sociedade diversos tipos de afetos, entre eles o medo, o receio, a desconfiança, a insegurança e a rejeição sobre os imunizantes da COVID-19. Deste modo, compreendemos que tais afetos podem prejudicar as campanhas de imunização, assim como a confiança na saúde pública.

As estratégias utilizadas para atacar os imunizantes e reforçar os argumentos baseados na pseudociência e na desinformação sobre as vacinas, passaram a contestar a eficácia dos imunobiológicos, se amparando em falas médicas, falsificações de documentos científicos e criação de estudos forjados na *fake Science*. Além disso, relacionou os conteúdos falsos com materiais respaldados em estudos estrangeiros para qualificar as narrativas e, tirou do contexto informações reais e abordou assuntos científicos com títulos alarmistas para chamar a atenção do público.

Algumas dessas estratégias foram utilizadas nos séculos XVIII, XIX na pandemia da varíola, e no final do século XX com o artigo apresentando resultados forjados pelo médico Andrew Wakefield, visando atrair os sujeitos para aderir a suas práticas negacionistas e antivacinas. Na pandemia da COVID-19, essas mesmas táticas foram novamente acionadas para contestar a segurança dos imunizantes e impor receio sobre a qualidade das vacinas e, até mesmo, rejeição aos imunizantes que protegem contra o Coronavírus.

Consideramos que a desinformação sobre as vacinas colaborou para difundir o negacionismo científico durante a pandemia. Desta forma, as narrativas antivacinas se aproveitaram da gravidade da pandemia e da rapidez com que os imunizantes foram fabricados para plantar dúvidas e difundir o negacionismo científico e a *Fake Science*, que assim como, nas outras questões apontadas ao longo desta pesquisa foram perpassadas durante séculos através dos movimentos antivacinas. Prejudicando assim a confiança nos estudos científicos, nos imunizantes, nos órgãos de saúde e nas instituições como o jornalismo.

Compreendemos que o jornalismo atuou significativamente no combate à desinformação científica, por intermédio do trabalho desenvolvido pelo projeto Comprova. Logo, entendemos que em um contexto como o da pandemia, onde a desinformação foi uma ameaça iminente para a sociedade, o papel do jornalismo se tornou ainda mais indispensável na verificação das informações que circulam na Internet. Iniciativas como o Comprova, desempenham atividades que possibilitam checar e esclarecer conteúdos para o público, além de oferecer acesso a informações detalhadas sobre a desinformação relacionada às vacinas. Nas reportagens analisadas, observamos que a ciência é evidenciada permitindo desmentir as narrativas antivacinas.

Durante a pesquisa, confirmamos nossas hipóteses, como a de que a desconfiança sobre os imunizantes da COVID-19 foi uma questão potencializada, especialmente, pela propagação da desinformação sobre a ciência. Percebemos que as narrativas antivacinas buscavam desqualificar as vacinas contra o Coronavírus, alimentando na população o medo sobre as reações adversas e efeitos colaterais que os imunizantes poderiam causar. Para isso, tais narrativas convocaram emoções e afetos que podem gerar em certos indivíduos dúvidas, receios, inseguranças e, até mesmo, a recusa das vacinas.

Identificamos que a desinformação sobre as vacinas se equivale de estratégias forjadas na própria ciência e, em certos aspectos, remetem a outros momentos da história em que as vacinas foram atacadas e colocadas em suspeição. O estudo atestou a hipótese que as alegações antivacinas associam os imunizantes a ineficácia, morte, e efeitos colaterais graves para obter a atenção e provocar dúvidas nos sujeitos; a desconfiança sobre as vacinas contra a COVID-19 também reverberam a pseudociência e o negacionismo científico, causando descrédito sobre a ciência e o processo científico.

E diante dessas questões, considera-se que o Comprova possibilita por meio do exercício de suas atividades um ambiente mais confiável para seus leitores, especialmente, em relação às narrativas desinformativas antivacinas. Além de destacar e valorizar a ciência como fonte essencial no combate à desinformação.

Essas percepções apontadas podem ser claramente vistas e comprovadas nas matérias investigadas nesta pesquisa, a partir das possibilidades reinterpretação da Hermenêutica em Profundidade. Ressaltamos que as narrativas analisadas, obtiveram seu próprio percurso interpretativo, tendo em vista que cada texto e narrativa possuem diferentes interpretações, mas que, reverberam nesse mundo que permite com que a desinformação continue atacando e descredibilizando as vacinas e os estudos científicos em benefício próprio, seja para obter vantagens, seja por lucros às custas da saúde pública.

Ao desenvolver esta dissertação, sinalizamos para um cenário de conhecimento que nos possibilita a compreensão do mundo e o desvelamento de questões que antes não estavam claras, como as vivências na pandemia e na forma como a desinformação sobre as vacinas atuaram para fortalecer suas narrativas e provocar na sociedade a desconfiança em relação aos imunizantes, através da pseudociência, do negacionismo científico e da *fake Science*.

Compreendemos que nossa pesquisa possui limitações, principalmente, por se tratar de um estudo relacionado ao fenômeno da desinformação que possui múltiplas formas de atuação e de afetar a sociedade. Nesse sentido, há ainda questões que precisam ser abordadas e estudadas, sobretudo, nos aspectos da pandemia da COVID-19 e das narrativas antivacinas. De modo que possa possibilitar novos caminhos e percepções, que ainda não foram desvelados e necessitam deste entendimento. Nosso trabalho não possui o sentido de criar uma interpretação e pensamento definitivo, pois o campo hermenêutico permite a refiguração do mundo e de novas perspectivas conforme a passagem do tempo.

As reflexões e resultados alcançados na pesquisa, carregam a visão de mundo, experiências de vida, e de como a autora se situa diante dos acionamentos, que foram ativados a partir dos textos analisados, sempre, respeitando os limites da reinterpretação para não apresentar resultados equivocados e fora da realidade vivenciada. Por fim, destacamos que diante do fenômeno da desinformação e dos movimentos antivacinas, a educação é o principal caminho para sairmos desse mundo de ignorância, pelo qual a desinformação perpassa e afeta as estruturas sociais,

permitindo deste modo, o conhecimento da história e do passado pelo qual afetamos e somos afetados.

REFERÊNCIAS

ABI-RAMIA, J.; SANDOVAL, A. **Mestre do Tempo**. Rio de Janeiro: MultiRio, 2011. Disponível em:

<http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagensartigos/artigos/11429-a-revolta-da-vacina>. Acesso em: 29 fev.2024.

AGÊNCIA LUPA. **Como a Lupa Faz suas checagens?**. 2022. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2015/10/15/como-fazemos-nossas-checagens/>. Acesso em: 20 de out. de 2023.

ALBUQUERQUE, Afonso. **As Fake News e o Ministério da Verdade Corporativa**. Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura, São Cristovão, v. 23, n. 1, p. 124–141, 2021. Disponível em: <https://ufs.emnuvens.com.br/eptic/article/view/14670>. Acesso em: 23 mar. 2024.

ALENCAR, M. T. **Da pós-verdade a pós-imprensa: a crise do jornalismo na era da desinformação**. Cadernos Cajuína. 2020.

ALSINA, M. R. SILVA, L. J. C da. **Ética e jornalismo: na era da Pós-verdade**. Revista Observatório. 2018.

ANDRADE, S. **Jornalismo em mutação: estudo sobre a produção de conteúdo na fase do capitalismo avançado**. Teresina: EDUFPI, 2015.

APS L, R. M. M; Piantola, M. A. F; Pereira, S. A; Castro, J. T. Santos, F. A. O; Ferreira, L. C. S. **Eventos adversos de vacinas e as consequências da não vacinação: uma análise crítica**. Rev Saúde Pública, 2018.

AVAAZ. **Grupos antivacina já começaram campanha de desinformação contra a vacina do Coronavírus**, 2020. Disponível em: https://secure.avaaz.org/campaign/po/brasileiros_ao_vacinar_covid/. Acesso em: 10 jul. 2023.

BARBOSA, M. B. **Cultura Pop e Linguagem de Videoclipe**. Edição 42, v. 22, n. 1, 2015.

BARCELLOS, C; XAVIER, D. R. **As diferentes fases, os seus impactos e desafios da pandemia de covid-19 no Brasil**. Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 221-226, abr.-jun. 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BELDA, F. SANTOS, G. A concepção e a percepção da credibilidade no jornalismo. **Anagrama**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 1- 16, 2017. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/anagrama/article/view/135299>. Acesso em: 16 jan. 2024.

BENEDETI, Carina. A. **A qualidade da informação jornalística: uma análise da cobertura da grande imprensa sobre os transgênicos em 2004**. Dissertação (mestrado em Comunicação) - Faculdade de Comunicação - UnB, Universidade de Brasília. Brasília, p.167. 2006.

BIROLI, F. MIGUEL, L. F. **Orgulho e preconceito: a "objetividade" como mediadora entre o jornalismo e seu público**. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol.18, n1, junho, 2012, p.22-43.

BRENNEN, J. S.; SIMON, F.; HOWARD, P. N.; NIELSEN, R. K. 2020. **Types, sources, and claims of COVID-19 misinformation**. Reuters Institute for the Study of Journalism. Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/types-sources-and-claims-covid-19-misinformation>. Acesso em: 19 mar. 2021.

BRÍGIDO, E. I. **Michel Foucault: Uma Análise do Poder**. Rev. Direito Econ. Socioambiental, Curitiba, v. 4, n. 1 p. 56-75, jan. /jun. 2013.

BURGIERMAN, D. **Novos jornalistas para entender o jornalismo hoje**. Creative commons. 2010.

CAMARGO, K. R. De Jr. **Lá vamos nós outra vez: a reemergência do ativismo antivacina na Internet**. Cadernos de Saúde Pública. Suplemento 2. Rio de Janeiro, 2020.

CARUSO, F; Marques, A. J. **Ensaio sobre o negacionismo científico em tempos de pandemia**. Research, Society and Development, v. 10, n. 11. 2021.

CASTILHO, C. **A infodemia ameaça mais do que o coronavírus**. Observatório da Imprensa, São Paulo, ed. 1077. 2020. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/desinformacao/a-infodemia-ameaca-mais-do-que-o-coronavirus/>. Acesso em: 10 abr. 2020.

CASTILHO, C. **O futuro do jornalismo depende da sua sustentabilidade financeira**. 2022. Disponível em: <https://ccastilho.medium.com/o-futuro-do-jornalismo-depende-da-sua-sustentabilidade-financeira-8716f8829a25>. Acesso em: 12 mar. 2024.

CASTELFRANCHI, Y. **Fato ou Fake: Por que as pessoas criam fake News?** G1, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2022/03/14/fato-ou-fake-por-que-as-pessoas-criam-fake-news.ghtml>. Acesso em: 22 jun.2023.

CCDH, Center for Countering Digital Hate. **Pandemic profiteers the business of anti-vaxx**. 2021. Disponível em: <https://counterhate.com/>. Acessado em: 29 nov. 2022.

CDC. **CERC**: Psychology of a Crisis. U.S Department of health and human services, 2020. Disponível em: https://emergency.cdc.gov/cerc/ppt/CERC_Psychology_of_a_Crisis.pdf. Acesso em: 23 jun. 2023.

CENTOLA, D. **Influential networks**. Nature Human Behaviour, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41562-019-0607-5>; Acesso em: 4 ago. 2020.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CINELLI, M. et al. **The covid-19 social media infodemic**. arXiv preprint, 2020. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/2003.05004>. Acesso em: 4 ago. 2020.

CHRISTOFOLETTI, R. **A crise do jornalismo tem solução?**. Estação das letras e cores, Barueri–SP, 2019.

CHRISTOFOLETTI, R. **A crise do jornalismo tem solução?**. Estação das letras e cores, Barueri–SP, 2019.

CHOU, W.-Y. S. **The COVID-19 Misinfodemic: Moving Beyond Fact-Checking**. Health Education & Behavior. 2021.

COMPROVA. **Projeto Comprova inicia quarta fase com 33 veículos de comunicação**. 2021. Disponível em: <https://projeto comprova.com.br/publica%C3%A7%C3%B5es/projeto-comprova-inicia-quarta-fase-com-33-veiculos-de-comunicacao/>. Acesso em: 01 nov. 2022.

COMPROVA. **Jornalismo colaborativo contra a desinformação**. 2021. Disponível em: <https://projeto comprova.com.br/>. Acesso em: 01 nov. 2022.

COSTA, L. **O Jornalismo Digital e as fake News**: Um estudo das plataformas digitais de fact-checking “Lupa” e “Aos Fatos”. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social com Hab. em Jornalismo) - Universidade Estadual do Piauí - UESPI. Picos- PI, 2018.

COSTA JÚNIOR, J. **O vírus como metáfora e a infodemia contemporânea**. Observatório da Imprensa, São Paulo, ed. 1081, 31 mar. 2020. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/coronavirus/o-virus-como-metafora-e-a-infodemia-contemporanea/>. Acesso em: 20 mai. 2023.

COMISSÃO EUROPEIA. **Uma abordagem multidimensional para a desinformação**: relatório do Grupo Independente de Alto Nível sobre *fake News* e desinformação online. União Europeia, 2018.

CORNU, Daniel. **Ética da informação**. Bauru: EDUSC, 1998.

CUNHA, M. B. dá; CHANG, V. R. J. **Fake Science: uma análise de vídeos divulgados sobre a pandemia/Fake Science: an analysis of videos released about the pandemic.** Amazônia Revista de Educação em Ciências e Matemática, v17, n38, pp. 139 -152, 2021.

DELEUZE, Gilles. **Espinosa: filosofia prática.** São Paulo: Escuta, 2002.

DATA SENADO. **Pesquisa aponta que WhatsApp é a principal fonte de informação de 79% dos entrevistados**, 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2019/12/12/pesquisa-aponta-que-whatsapp-e-a-principal-fonte-de-informacao-de-79-dos-entrevistados>. Acesso em: 22 mai. 2023.

D'ANCONA, M. **Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake News.** Barueri: Faro Editorial. 2018.

DIGITAL NEWS REPORT. **Reuters Institute for the Study of Journalism;** Universidade de Oxford. 2023. Disponível em: https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/202306/Digital_News_Report_2023.pdf. Acesso em: 10 jul. 2023.

DINIZ, A. **Fact-checking no ecossistema jornalístico digital: práticas, possibilidades e legitimação.** Mediapolis. Ed. 5. 2018.

ENGLISH OXFORD LIVING DICTIONARIES. **Word of the Year 2016 is.** 2016. Disponível em: <https://en.oxforddictionaries.com/word-of-the-year/word-of-the-year-2016>. Acesso em: 04 out. 2021.

ERMAN, George. **Da varíola à covid-19, a história dos movimentos antivacina pelo mundo.** Serviço ucraniano da BBC, 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-59867755>. Acesso em: 25 fev. 2024.

FIOCRUZ. **Editara Fiocruz lança livro sobre trajetória e importância das vacinas ao longo da história.** 2021. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/editora-fiocruz-lanca-livro-sobre-trajetoria-e-importancia-das-vacinas-ao-longo-da-historia>. Acesso em: 30 nov. 2022.

FIOCRUZ. **Estimando o impacto da implementação e do momento do programa de vacinação contra a COVID-19 no Brasil: uma análise contrafactual.** 2022. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lanam/article/PIIS2667-193X\(22\)00214-9/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lanam/article/PIIS2667-193X(22)00214-9/fulltext) Acessado em: 30 nov. 2022.

FIOCRUZ. **Impactos sociais, econômicos, culturais e políticos da pandemia.** 2020; Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/impactos-sociais-economicos-culturais-e-politicos-da-pandemia>. Acesso em: 20 mai. 2023.

FIOCRUZ. **Editora Fiocruz lança livro sobre trajetória e importância das vacinas ao longo da história**, 2021. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/editora-fiocruz-lanca-livro-sobre-trajetoria-e-importancia-das-vacinas-ao-longo-da-historia>. Acesso em: 01 jul.2023.

FERREIRA, Maria, F. **O papel do fact-checking no combate à “infodemia” sobre COVID-19**. Relatório de Estágio do Mestrado em Jornalismo e Comunicação, apresentado ao Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal. 2021.

FERREIRA, Vitória. P. **Consórcio de Veículos de Imprensa: uma resposta do jornalismo brasileiro para combater parte da desinformação na pandemia de Covid-19**. Dissertação (mestrado) -Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, p.134. 2023.

FONCECA JUNIOR, Wilson Correia. Org: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2ª.ed. São Paulo: Altas, 2012.

FONSECA, V. et al. **Jornalismo guiado por dados como ferramenta de Fact-Checking: uma experiência laboratorial**. Comunicação & Inovação. 2018.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 23. ed. São Paulo: Graal, 2004.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: **Forense Universitária**, 2008.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da Violência nas prisões**. 38. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

FOUCAULT, M. **Aulas sobre a vontade de saber: curso no collège de France**. São FWMF Martins Fontes, 2014.

FRANCISCATO, C. **O jornalismo e a reformulação da experiência do tempo nas sociedades ocidentais**. Brazilian Journalism Research. 2014.

FRANCISCATO, Carlos; GONÇALVES, Ana L. **Uma inovação aberta no desenvolvimentodas agênciascomo de fato-verificando durante uma pandemia**. Comunicação & Inovação. 2022, Disponível em:https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/8074. Acesso em: 25 fev. 2024.

FREIRE, N. P. et al. **A infodemia transcende a pandemia.** Ciênc. saúde coletiva. 2021. Disponível em: <https://scielosp.org/article/csc/2021.v26n9/4065-4068/>. Acesso em: 20 mai. 2023.

FULLERTON, N. **'Instagram vs. Reality: The Pandemic's Impact on Social Media and Mental Health.'** Penn Medicine News, 2021.

GALHARDI, C. P. **Vacinas contra Covid-19 são principal alvo de fake News no Brasil, aponta estudo.** CNN, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/vacinas-contra-covid-19-sao-principal-alvo-de-fake-news-no-brasil-aponta-estudo/>. Acesso em: 29 nov. 2022.

GARCIA, L. P.; DUARTE, E. **Infodemia: excesso de quantidade em detrimento da qualidade das informações sobre a COVID-19.** Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, v. 29, n. 4, e2020186, 2020. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167949742020000400001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 ago. 2023.

GARRETT, L. **COVID-19: the medium is the message.** The Lancet. 2020.

GERK, C. BARBOSA, M. **Jornalismo, Memória e Testemunho: Uma análise do tempo presente.** Contracampo, Niterói. 2018.

GOMES, C. et al. **MOVIMENTOS ANTIVACINA: dilema social e contrapontos da história.** v. 2 n. 26. 2021.

GONÇALVES, A. L. F. **Estratégias de enfrentamento da desinformação na pandemia no Brasil e na Argentina: a atuação das agências de Fact-Checking Lupa e Chequeado.** Dissertação (Mestrado em Comunicação) Universidade Federal Sergipe. São Cristóvão. 2021.

GUILHERMANO, L. **A crise não é do jornalismo, mas do seu financiamento:** entrevista com Jean Charron. Intexto, Porto Alegre, UFRGS, n. 45, p. 5-15, maio/ago. 2019.

GUERRA, Josenildo Luiz. **O percurso interpretativo na produção da notícia.** São Cristóvão. Editora UFS, 2008.

GUENTHER, M. MELLO, I. G. **A desinformação em tempos de pandemia e a importância da divulgação científica nas mídias sonoras.** Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação –Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcgiclfndmkaj/https://portalintercom.org.br/anais/nacional2021/resumos/dt7-sa/mariana-guenther.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2023.

G1. **Vítimas do negacionismo:** as mortes causadas pela desinformação na pandemia da Covid-19. 2021. Disponível em:

<https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2021/10/18/vitimas-do-negacionismo-as-mortes-causadas-pela-desinformacao-na-pandemia-da-covid-19.ghtml>. Acesso em: 19 out. 2021.

GRUSZYNSKI, A. et al. **Fact-checking e saúde**: análise da seção 'Verdade ou Boato' de GaúchaZH. Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Informação em Saúde. Rio de Janeiro, 2020.

GDI. **The Quarter Billion Dollar Question**: How is Disinformation Gaming Ad Tech. Global Disinformation Index, 2019. Disponível em: <https://www.disinformationindex.org/research/2019-9-1-the-quarter-billion-dollar-question-how-is-disinformation-gaming-ad-tech/>. Acesso em: 18 jun. 2023.

HENRIQUES, Rafael Paes. **O problema da objetividade jornalística: duas perspectivas**. Griot: Revista de Filosofia, Amargosa/Bahia, v.17, n.1, p.256-268, 2018.

HOPF, H. et al. **Fake science and the knowledge crisis: ignorance can be fatal**. Royal Society Open Science, 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/livia/Downloads/rsos.190161.pdf>. Acessado em: 01 dez. 2022.

HUSSERL, Edmund. **Idéias para uma fenomenologia pura e para um filosofia fenomenológica: introdução geral à fenomenologia pura**. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2006.

INSTITUTO POYNTER. **Rede Internacional de Verificação de Fatos, Capacitando verificadores de fatos em todo o mundo**. Disponível em: <https://www.poynter.org/ifcn/>. Acesso em: 29 fev. 2024.

ISLAM, M. D. S. et al. **COVID-19–Related Infodemic and Its Impact on Public Health**: a global social media analysis. The American Journal of Tropical Medicine and Hygiene, [S.L.], v. 103, n. 4, 2020.

LAURIANO, J. V. **Desinformação e jornalismo: as estratégias de verificação da Agência Lupa durante as eleições presidenciais brasileiras de 2018**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), Programa de Pós Graduação em Comunicação, Goiânia, 2020.

LIMAYE, R. J. et al. **Building trust while influencing online COVID-19 content in the social media world**. Lancet Digit Health, 2020.

LIMA, G. Da S. ANDRADE, H. P. LIMA, A. R. M. **A relação entre a evolução da pandemia e a produção de notícias de verificação sobre COVID-19 na América Latina**. Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación, 2023.

LISBOA, S. BENETTI, M. **O jornalismo como crença verdadeira justificada.** Brazilian journalism research, 2015.

LUENGO, M., GARCÍA-MARÍN, D. **The performance of truth: politicians, fact-checking journalism, and the struggle to tackle COVID-19 misinformation.** American Journal of Cultural Sociology, 2020.

MACEDO, L. R., Struchner, C. J., & Maciel, E. L. B. **Contexto de elaboração do Plano de Imunização contra COVID-19 no Brasil.** *Ciência & Saúde Coletiva*, 2021.

MACHADO, R. **Entrevista com Taís Seibt.** Cultura de verificação é um caminho para enfrentar as *fake News*. Revista do Instituto Humanitas Unisinos-IHU, 2018. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7250-cultura-de-verificacao-e-um-caminho-para-enfrentar-as-fake-news>. Acesso em: 18 jan. 2024.

MACHADO, V, L. CORDEIRO, D. F. **O lado obscuro da antivacinação: Análise de um grupo brasileiro antivacina no Facebook.** Revista FAMECOS, [S. l.], v. 30, n. 1, 2023. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/revistafamecos/article/view/43710>. Acesso em: 21 fev. 2024.

MARQUES, R. RAIMUNDO, J. A. **O Negacionismo Científico Refletido Na Pandemia Da Covid-19.** Boletim de Conjuntura (BOCA), Boa Vista, v. 7, n. 20, p. 67–78, 2021. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/410>. Acesso em: 10 ago. 2023.

MARQUES, J. F. ALVES, Edvaldo Carvalho; MEDEIROS, José Washington de Moraes. **Desinfodemia: negacionismo e desinformação no contexto da COVID-19 no Brasil.** Informação em Pauta, Fortaleza, v. 8, n. esp., p. 327-343, jul. 2023.

MASSARANI, L. et al. **Vacinas contra a COVID-19 e o combate à desinformação na cobertura da Folha de S. Paulo.** Revista Fronteiras – estudos midiáticos, 2021.

MATHIAS, F. **Câmaras de eco, filtro bolha e polarização: do que estamos falando?** Desinformante - informação confiável sobre desinformação. 2022. Disponível em: <https://desinformante.com.br/camaras-de-eco-filtro-bolha-e-polarizacao-do-que-estamos-falando-e-como-se-relacionam/>. Acesso em: 11 out. 2022.

MIELNICZUK, L. **Jornalismo na WEB: Uma Contribuição para o Estudo do Formato da Notícia na Escrita Hipertextual.** 2003. 246 p. Tese (Doutorado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia. Salvador- BA, 2003.

MIGUEL, L. F. **O jornalismo como sistema perito.** Tempo social. 1999.

MIRANDA, J. FIDALGO, J. MARTINS, P. **Jornalistas em Tempo de Pandemia: Novas Rotinas Profissionais, Novos Desafios Éticos**. Comunicação e sociedade. 2021.

MOURA, C. S. de; ALMEIDA, A. C. e. **Para além da doxa: caminhos metodológicos da Hermenêutica de Profundidade**. Cadernos UniFOA, Volta Redonda, 2017.

NARCISO, I; COSTA, A. **O Público Não Quer a Verdade, Mas a Mentira que Mais Lhe Agrade**. Nação e Defesa, 2021.

NAZÁRIO, H. et al. **Hermenêutica de profundidade e suas aplicações**. Linguagens -Revista de Letras, Artes e Comunicação, 2016.

NEISSER, Fernando Gaspar. **Fact-checking e o controle da propaganda eleitoral**. Ballot. Rio de Janeiro: UERJ, 2015. Disponível em: [<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/ballot>] Acesso em: 28 fev. 2024.

NOBREGA, Natália. **Apesar dos avanços, checagem de fatos ainda não acompanha sofisticação da desinformação**. 2023. Disponível em: <https://desinformante.com.br/checagem-de-fatos-desinformacao/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

OMS, ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Dados e reflexões sobre a COVID-19**. 2023. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/brasil>. Acesso em: 11 ago. 2023.

OMS, ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a COVID-19**. 2020. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52054/FactsheetInfodemic_por.pdf?sequence=16. Acesso em: 15 out. 2021.

OLIVEIRA, T. **Desinformação científica em tempos de crise epistêmica: circulação de teorias da conspiração nas plataformas de mídias sociais**. Fronteiras –estudos midiáticos, v. 22, n. 1, p. 21-35, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4013/fem.2020.221.03>. Acesso em: 10 mar. 2024.

OPAS, Organização Pan-Americana da Saúde. **OMS declara fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à COVID-19**. 2023. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente>. Acesso em: 26 jul. 2023.

PALÁCIOS, M. et al. **Jornalismo móvel e inovações induzidas por affordances em narrativas para aplicativos em tablets e smartphones**. In: CANAVILHAS, João; SATUF, Ivan. (Orgs.). In: Jornalismo para Dispositivos móveis: produção, distribuição e consumo. Covilhã: Livros Labcom, 2015.

PENA, F. **Desafios da comunicação em tempos de pandemia um mundo e muitas vozes**. Nair Prata, Sônia Jaconi e Genio Nascimento (org). São Paulo: INTERCOM, 2020.

PEREIRA, F. H. ADGHIRNI, Z. L. **O jornalismo em tempo de mudanças estruturais**. Intexto, Porto Alegre: UFRGS. 2011.

PÉREZ, C. R. **Una reflexión sobre la epistemología del fact-checking journalism**: retos y dilemas. Revista de Comunicación, 2020.

PILATI, R. **Ciência e pseudociência**: Porque acreditamos naquilo que queremos acreditar. 1ª ed. São Paulo: Contexto. 2018.

PILATI, R. **Por que Acreditamos só no que queremos?**. Agência Lupa, 2022.

Disponível em:

<https://lupa.uol.com.br/educacao/2022/07/15/porqueacreditamossooquequeremos#:~:text=Por%20que%20acreditamos%20somente%20naquilo,num%20mecanismo%20chamado%20racioc%C3%ADnio%20motivado>. Acesso em: 19 jun. 2023.

PREDIGER, R. P. et al. **“Hermenêutica de profundidade e suas possibilidades metodológicas**: um levantamento bibliométrico da produção científica com essa metodologia”, Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, 2018.

RAMONET, I. **A tirania da comunicação**. 2a Ed. Petrópolis, Vozes, 2001.

RÊGO, A. R. **A construção intencional da ignorância na contemporaneidade e o trabalho em rede para combater a desinformação**. RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde, 2021.

RÊGO, A. R. **Crises e impermanências do jornalismo em um cenário digital-expectativas no horizonte**. Rihc. Revista Internacional de História de La Comunicación, [S.L.], v. 2, n. 13, p. 29-52, 2019.

RÊGO, A. R. **Fake Science: a invasão**. 2021. Disponível em:

<https://www.nujocchecagem.com.br/fake-science-a-invasao/>. Acesso em: 01 de Dez. de 2022.

RÊGO, A. R. **Os riscos da desinformação no mercado de mídia brasileiro**. 2021.

Disponível em: <https://www.nujocchecagem.com.br/os-riscos-da-desinformacao-no-mercado-de-midia-brasileiro/>. Acesso em: 01 dez. 2022.

RÊGO, A. R; Leal, R. **Desinformação sobre vacinas em plataformas digitais**:

um movimento simbiótico em torno da lucratividade. Journal of Science Communication – América Latina. 2023. Disponível em:

<https://jcomal.sissa.it/article/1245/galley/2596/download/>. Acesso em: 08 ago. 2023.

RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. 2ª Edição. Porto Alegre: Editora Meridional, 2009.

RECUERO, R; SOARES, F. **O Discurso desinformativo sobre a cura do COVID-19 no Twitter: estudo de caso**. 2021.

RECUERO, R; SOARES, F. B. et al. **Desinformação, Mídia Social e Covid-19 no Brasil: Relatório, resultados e estratégias de combate**. Relatório de Pesquisa. 2020.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **A mídia e o lugar da história**. Lugar Comum (UFRJ), n.11, p. 25-44, 2000.

ROCHA, J. C. de C. **Desinformação permanente impacta de políticas públicas à saúde mental**: Pesquisa aponta forte movimento antivacina em dia de campanha nacional. Agência Brasil, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2023-04/desinformacao-permanente-impacta-de-politicas-publicas-saude-mental>. Acesso em: 20 jun. 2023.

ROQUE, T. **O negacionismo no poder**: como fazer frente ao ceticismo que atinge a ciência e a política. Piauí, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-negacionismo-no-poder/>. Acesso em: 20 jun. 2023.

SANTINI, R. M; **Ciência da Informação**: sociedade, crítica e inovação / Gustavo Saldanha, Paulo César Castro, Ricardo M. Pimenta (org.). – Rio de Janeiro: IBICT, 2022.

SANTINI, R. M; CALVI, J. C. **O consumo audiovisual e suas lógicas sociais na rede**. Comunicação, Mídia e Consumo. São Paulo, 2013.

SANTIN, J. R; PRA, M. D. **Relações de poder e democracia**: como regular a desinformação no ecossistema das big-techs. Pensar, revista de ciências jurídicas. Pensar, Fortaleza, 2022.

SANTANA, E. J. **Pensamentos Linear-Cartesiano, Sistemico e Complexo aplicados à Governança Pública**: As aquisições governamentais. Coluna Jurídica da Administração Pública, 2012. Acesso em: https://portal.jmlgrupo.com.br/arquivos/news/newsletter_adm_publica/arquivos/ANEXO_3_12_03.pdf. Acesso em: 30 jun. 2023.

SANTOS, J. A; SPINELLI, E. M. **Jornalismo na era da pós-verdade: fact-checking como ferramenta de combate às fake News**. Revista Observatório. Palmas, 2018.

SEIBT, T.; DANNENBERG, M. **Pandemia, desinformação e discurso autoritário: os sentidos das declarações de Jair Bolsonaro no Twitter a partir de checagens do Aos Fatos**. Liinc em Revista, [S. l.], v. 17, n. 1, p. e5687, 2021. DOI:

10.18617/liinc.v17i1.5687. Disponível em:<https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5687>. Acesso em: 23 mar. 2024.

SEVCENKO, N. **Revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Scipione, 1993.

SILVA, A. F. **Por que é que as *fake News* se transformaram em protagonistas do jornalismo contemporâneo?** Comunicação Pública. v.14, n.26, 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cp/4139>. Acesso em: 11 out. 2021.

SILVA, Fernando Firmino. **Jornalismo móvel**. Salvador: EDUFBA, 2015.

SHIMIZU, N. R. **Movimento Antivacina: A memória funcionando no/pelo (per)curso dos sentidos e dos sujeitos na sociedade e-urbana**. v. 5 (2018): Revista do EDICC, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). 2018.

SHU, K. et al. **Combating Disinformation in A Social Media Age**. Wires Datamining and Knowledge Discovery 10, 2020.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política**. – 2 ed. – Rio de Janeiro. Mauad X, 2018.

SOUTHWELL, B; BOUDEWYNS, V. **Curbing the Spread of Misinformation: Insights, Innovations, and Interpretations from the Misinformation Solutions Forum**. Technical Report, 2017.

TAVARES, L. ALMEIDA, L. **Pandemia e desinformação de *fake News* no Brasil: uma análise a partir de uma plataforma de fact-checking**. 10º simpósio internacional de educação e comunicação, 2021.

TARDÁGUILA, C. Politização, polarização e o futuro do jornalismo profissional. In: FEITH, Roberto. **Tempestade Perfeita: sete visões da crise do jornalismo profissional**. 1ed. Rio de Janeiro: História Real, 2021.

TEIXEIRA, J. **Jornalismo Audiovisual para Dispositivos Móveis: um estudo das formas de inserção de conteúdos audiovisuais em produtos exclusivos para tablets**. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) - Universidade Federal da Bahia, Universidade da Beira Interior, Salvador, 2017.

TEIXEIRA, J. MARTINS, A. **Fact-Checking no combate às *fake News* sobre a covid-19: um estudo exploratório das agências digitais de checagem de fatos contra a desinformação da pandemia**. São Caetano do Sul, 2021.

THE LANCET. **The truth is out there, somewhere The Lancet**. Editorial Volume 396, 2020. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/%20lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)31678-0/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/%20lancet/article/PIIS0140-6736(20)31678-0/fulltext). Acesso em: 22 jun. 2023.

THE NEWS YORK TIME. **The Most Influential Spreader of Coronavirus Misinformation Online**. 2021. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/07/24/technology/joseph-mercola-coronavirus-misinformation-online.html>. Acesso em: 15 mai. 2023.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e Cultura Moderna**. Teoria Social Crítica na Era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TRÄSEL, Marcelo. **Comprova inicia quarta fase com 33 veículos de comunicação**. ABRAJI, 2021. Disponível em: <https://www.abraji.org.br/noticias/comprova-inicia-quarta-fase-com-33-veiculos-de-comunicacao>. Acesso em: 08 ago. 2023.

UFMG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **COVID-19: desinformação sobre vacinas pode ter consequências de longo prazo**. Disponível em: [https://www.medicina.ufmg.br/covid-19-desinformacao-sobre-vacinas-pode-ter-consequencias-de-longo-prazo/Revista Mídia e Cotidiano](https://www.medicina.ufmg.br/covid-19-desinformacao-sobre-vacinas-pode-ter-consequencias-de-longo-prazo/Revista%20M%C3%ADdia%20e%20Cotidiano). Acessado em: 05 fev. 2024.

UNESCO. **Stop COVID-19 disinformation at the root with media and information literacy**. Paris, 7 maio 2020.

UNICEF. **Pandemia de covid-19 alimenta o maior retrocesso contínuo nas vacinações em três décadas**, 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/pandemia-de-covid-19-alimenta-o-maior-retrocesso-continuo-nas-vacinacoes-em-tres-decadas>. Acesso em: 05 ago. 2023.

VALENTE, J. C. L. **Regulando desinformação e fake News**: um panorama internacional das respostas ao problema. Comunicação Pública, 2019.

VASCONCELLOS, P. R. S; CASTIEL, L. D. **COVID-19, as fake News e o sono da razão comunicativa gerando monstros: a narrativa dos riscos e os riscos das narrativas**. Cadernos de Saúde Pública, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/d6ZXNpddtmjgNjRtKMDY4bR/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: 28 nov. 2022.

VILELA, M.; SELLES, S. E. **É possível uma educação em ciências crítica em tempos de negacionismo científico?** Caderno Brasileiro de Ensino de Física, Florianópolis, 2020.

VIGNOLI, R. G; RABELLO, R; ALMEIDA, C. C. de. **Informação, misinformação, desinformação e movimentos antivacina: materialidade de enunciados em regimes de informação**. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, 2021.

VIZOSO, Angel; LÓPEZ-GARCÍA, Xosé; Pereira-Fariña, Xosé. **Habilidades tecnológicas como factor clave en el perfil del fact checker para la verificación de la información en la sociedad red.** Communication Studies, Portugal, n. 27, v. 1, 105-126, dez. 2018. Disponível em: <http://ojs.labcom-ifp.ubi.pt/index.php/ec/article/view/356>. Acesso em: 11 mar. 2024.

WARDLE, R. D; CLAIRE Ph.D. **Online misinformation About vaccines.** Online misinformation. 2020. Disponível em: https://www.atrainceu.com/sites/default/files/299_Part%202-Article%205-Online%20Misinformation.pdf. Acesso em: 29 nov. 2022.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. **Information disorder:** Toward an interdisciplinary framework for research and policy making. Council of Europe report DGI. 2017. Disponível em: <<https://shorensteincenter.org/wpcontent/uploads/2017/10/PREMS-162317-GBR-2018-Reportde%CC%81sinformation.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2023.

WATSON, O. J. et al. **Global impact of the first year of COVID-19 vaccination: a mathematical modelling study.** Lancet Infect Dis, 2022.

YENGAR, S. MASSEY, D. S. **Comunicação científica numa sociedade pós-verdade.** Departamento de Ciência Política, Universidade de Stanford, Stanford, CA 94305; e Departamento de Sociologia, Universidade de Princeton, Princeton, 2019.

ZATTAR, M. **Competência em informação e desinfodemia no contexto da pandemia de COVID-19.** Liinc em revista, v. 16, 2020. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5391>. Acesso em: 20 dez 2023.